



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Assistência Social
Departamento de Proteção Social Básica

Serviço de Convivência e Fortalecimento de
Vínculos para Pessoas Idosas

Orientações Técnicas

Brasília, dezembro de 2012.

EXPEDIENTE

PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | **DILMA ROUSSEFF**
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | **MICHEL TEMER**
MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME | **TEREZA CAMPELLO**
SECRETÁRIO EXECUTIVO INTERINO | **MARCELO CARDONA**
SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | **DENISE COLIN**
SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL | **MAYA TAKAGI**
SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA | **LUÍS HENRIQUE DA SILVA DE PAIVA**
SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | **PAULO JANNUZZI**
SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA | **TIAGO FALCÃO**

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETÁRIA ADJUNTA | **VALÉRIA GONELLI**
DIRETORA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | **SIMONE ALBUQUERQUE**
DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | **LEA LUCIA CECILIO BRAGA**
DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | **TELMA MARANHO GOMES**
DIRETORA DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | **MARIA JOSÉ DE FREITAS**
DIRETORA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS | **CAROLINA GABAS STUCHI**
DIRETOR EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | **ANTONIO JOSE GONÇALVES HENRIQUES**

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ELABORAÇÃO

REDAÇÃO

JULIANA DE MELO BORGES

CONSULTORA

DAIZY VALMORIBIDA STEPANSKY

SUPERVISÃO

ADRIANA DA SILVA PEREIRA

COLABORAÇÃO TÉCNICA

ADRIANA DA SILVA PEREIRA
RITA DE CASSIA ALVES DE ABREU
SARA ESPÍNDOLA DA CUNHA ELETO

APOIO

DENISE ALESSANDRA GOULART
EDIANE PEREIRA DIAS
EMANUELLA DE CARVALHO LUZ
FERNANDA DE SÁ MENESES
MARIA CAROLINA PEREIRA ALVES
MARIA VALDÊNIA SANTOS DE SOUZA

CONTRIBUIÇÕES

GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

Sumário	3
Introdução.....	5
1. Parte I - Fundamentos.....	7
1.1. Envelhecimento populacional: um fenômeno mundial.....	9
1.2. O que é ser pessoa idosa hoje?.....	12
1.3. A pessoa idosa na Política Nacional de Assistência Social: sujeito de direitos	16
1.4. A Política Nacional de Assistência Social, a Proteção Social Básica e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	16
1.4.1 As seguranças afiançadas pela proteção social de assistência social.....	17
1.4.2 A pessoa idosa e a convivência familiar	18
1.4.3 A pessoa idosa e a convivência comunitária e social.....	21
1.5. O perfil dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas.....	25
1.5.1 Benefícios assistenciais e transferência de renda para a população idosa	25
2. Parte II - Organização e funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas na Proteção Social Básica	34
2.1. A organização da Proteção Social Básica	35
2.2. Organização e funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas	36
2.2.1 Trabalho essencial ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas.....	37
2.2.2 Implantação do SCFVI.....	39
2.2.3 Formação e composição dos grupos.....	41
2.2.4 Proposta de organização do traçado metodológico	43
2.2.5 Recursos Humanos.....	45
3. Parte III - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas: Traçado Metodológico	49
3.1. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais	50
3.2. Proposta de desenho do SCFVI	53
3.2.1. Grupos.....	53
3.2.2. Eixos estruturantes	55
3.2.2.1 Convivência Social e Intergeracional	55
3.2.2.2 Envelhecimento Ativo e Saudável	56

3.2.2.3 Autonomia e Protagonismo	57
3.2.3. Temas transversais.....	57
3.2.3.1 Envelhecimento e Direitos Humanos e Socioassistenciais.....	58
3.2.3.2 Envelhecimento Ativo e Saudável	58
3.2.3.3 Memória, Arte e Cultura.....	58
3.2.3.4 Pessoa Idosa, Família e Gênero	59
3.2.3.5 Envelhecimento e Participação Social	59
3.2.3.6 Envelhecimento e Temas da Atualidade	59
3.3. Traçado Metodológico	61
3.3.1. Da organização das atividades e prazo de duração	61
3.3.2. Planejamento, sistematização e avaliação.....	64
3.4. Os Percursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas	66
3.4.1. Percurso I.....	68
3.4.2. Percurso II.....	77
3.4.3. Percurso III.....	88
3.4.4. Percurso IV	103
3.4.5. Percurso V	118
4. Conclusão do Traçado Metodológico	124
5. Desligamento do SCFVI.....	125
Referências Bibliográficas	127
Anexo.....	132

Nota de Esclarecimento

Informamos que o documento de Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas é uma versão preliminar e está sendo disponibilizado para promover a construção coletiva e a oferta com qualidade deste serviço.

Torna-se fundamental ressaltar que a alternativa de organização do serviço, proposta neste documento, caracteriza-se como sugestão de traçado metodológico, sendo que os municípios e o DF podem aplicar a metodologia proposta ou adaptar e propor outras metodologias, desde que alinhadas à Tipificação.

Dessa forma, o MDS apresenta, neste documento, uma contribuição ao debate sobre a oferta do SCFV para pessoas idosas na proteção social básica, processo esse que será enriquecido pelas práticas e reflexões de gestores, trabalhadores e estudiosos da área nos municípios e no DF. O importante é que as colaborações contribuam para tornar a prática mais efetiva e o serviço adequado às necessidades da população.

Sugestões e dúvidas deverão ser enviadas ao email:

servicosdeconvivencia@mds.gov.br

Com o título **SCFV para pessoas idosas**

Agradecemos a colaboração de todos e contamos com essa parceria.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 instituiu a Assistência Social como política pública de direito do cidadão e dever do estado. Esta determinação da Lei Magna foi regulamentada posteriormente pela Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993 e, recentemente, complementada pela aprovação da Lei nº 12.435/2011.

A Política Nacional de Assistência Social avançou na consolidação de uma política de Estado, fazendo parte de um processo que tem como perspectiva a ampliação do acesso a direitos, criando condições para a garantia de oferta de um serviço de qualidade para a população que dela necessita. Já a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, tipifica os serviços socioassistenciais, organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, caracterizando e padronizando os serviços.

A elaboração de um documento de orientação técnica para os municípios e Distrito Federal de execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas - SCFVI, em conformidade com o definido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, objetiva subsidiar os gestores, coordenadores, técnicos e demais profissionais do SUAS no desenvolvimento de um serviço que contribua para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e de suas famílias, tendo como foco o processo de envelhecimento ativo e saudável, o desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, o fortalecimento dos vínculos familiares e a prevenção dos riscos sociais.

Os dados do Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic¹/2009 aponta para a importância de serviços para pessoas idosas no âmbito da proteção social básica. De acordo com a Munic, realizada em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 84% dos municípios brasileiros ofertam serviços específicos de proteção social básica para idosos (IBGE, 2010).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas² deve promover ações e atividades pautadas nas características, interesses e demandas desta faixa etária, considerando a vivência em grupo, as experiências artísticas

¹ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic é realizada anualmente pelo IBGE. Já o Suplemento de Assistência Social, desenvolvido em parceria com o MDS, foi realizado pela primeira vez em 2005, sendo 2009 sua segunda edição.

² O movimento social que defende os direitos das pessoas idosas argumenta que o termo idoso, muito embora apareça na legislação, carrega um tom que não reflete as questões de gênero. Assim, o termo hoje comumente utilizado na academia e na defesa dos direitos é PESSOA IDOSA. O termo idoso quando usado neste documento, não guardará relação com discriminação de gênero. Ele será usado para resguardar a referência a alguns autores ou normas.

culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas, sempre levando em consideração a centralidade da família e a referência ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O presente documento se propõe a contribuir da seguinte forma:

- ✓ trazendo elementos para a organização do serviço, informações úteis para gestores de assistência social, coordenadores de CRAS, técnicos de CRAS e demais técnicos que atuam diretamente nesse serviço;
- ✓ reunindo conteúdos mínimos para a compreensão da questão do envelhecimento populacional e da inserção da pessoa idosa na sociedade, mais especificamente de pessoas idosas inseridas em famílias em situação de vulnerabilidade social, como as do Programa Bolsa Família e as que recebem o Benefício de Prestação Continuada, público prioritário deste serviço.
- ✓ apresentando uma proposta de traçado metodológico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para esse público, com sugestões de temáticas a serem desenvolvidas.

As orientações aqui contidas objetivam fornecer subsídios para a construção de uma proposta de trabalho a ser utilizada na oferta do SCFV para as pessoas idosas. Torna-se fundamental ressaltar que a alternativa de traçado metodológico para o serviço proposta neste documento caracteriza-se como sugestão, sendo que os municípios e o DF podem optar por aplicar o traçado proposto, adaptar ou ainda, propor outras metodologias, desde que alinhadas à Tipificação.

Espera-se, assim, alcançar o objetivo de fornecer orientação para o profissional que atua com estes usuários, buscando aprimorar a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a organização da proteção social básica e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social.

Parte I

Fundamentos e Concepções

VERSÃO PRELIMINAR

1. Parte I - Fundamentos

1.1. Envelhecimento populacional: um fenômeno mundial

O envelhecimento populacional, como uma “revolução silenciosa”, mudou a face das populações de todo o mundo. Em praticamente todos os países, desenvolvidos, emergentes ou em desenvolvimento, a população está ficando mais velha. Em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial sem precedentes. Segundo a ONU³, em 1950, a população com mais de 60 anos correspondia a 8,1% da população mundial, em 2010, passa a representar 11% de toda a população e, em 2050, este segmento deverá corresponder a 21,9% de toda a população. A população idosa está aumentando, não apenas em sua totalidade, mas também em seus segmentos mais avançados. A população mundial com mais de 100 anos deverá aumentar 15 vezes entre 1999 e 2050: de 145 mil para 2,2 milhões (IBGE, 2002).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), as alterações demográficas na estrutura social brasileira indicam que 11,1% da população total do Brasil tem mais de 60 anos (pelo Estatuto do Idoso – Lei Federal nº. 10.741/2003 - são considerados idosos pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos). Cerca de 4,9% tem 70 anos ou mais, seguindo a tendência dos países desenvolvidos. As projeções para 2050 apontam para 22,71% da população brasileira com mais de 65 anos, enquanto a população infanto-juvenil, de 0 a 14 anos, representará 13,15%. Em 2008, estes grupos correspondiam, respectivamente, a 6,53% e 26,47% da população total (IBGE, 2008). Isto mostra que a pirâmide de base larga que representava a população brasileira está mudando seu contorno e se assemelhará, nas próximas décadas, à estrutura populacional de países desenvolvidos.

Concentrada principalmente nas grandes cidades, a população brasileira, em poucas décadas, mudou seu perfil: deixou de ser jovem e rural, mudou as características da família, do consumo, das atividades econômicas, da divisão social do trabalho. O perfil demográfico que se apresenta é mais envelhecido: em 2008, para cada 100 crianças/adolescentes de 0 a 14 anos havia 24,7 pessoas idosas. Em 2050, a projeção se alterará consideravelmente: para cada 100 crianças/adolescentes de 0 a 14 anos teremos 172,7 pessoas idosas (IBGE, 2008).

Segundo o IBGE (2008), a expectativa de vida ao nascer aumenta a cada ano e, desde 1940, já cresceu 27,28 anos: de apenas 45,5 anos em 1940, ampliou-se para 72,78 anos em 2008, 73,1 em 2010, e projeta-se para 81,29 anos em 2050. A idade

³ Organização das Nações Unidas. Dados disponíveis em <http://esa.un.org/UNPP> Acesso em: 16/07/10.

mediana da população brasileira de 20,2 anos em 1980, projeta-se para 39,9 em 2035 e para 46,2 anos em 2050.

O crescimento populacional do Brasil vem diminuindo, principalmente, em decorrência das quedas da taxa de fecundidade. Em 2009, a taxa de fecundidade estimada era de 1,94 filhos por mulher, abaixo do nível de reposição, que é de 2,1 filhos por mulher, enquanto em 1970 era de 5,76 filhos por mulher. No período de 1950 a 1960, a taxa de crescimento populacional era de 3,04% e passou a 1,05% em 2008 e para 1,02% em 2010. As projeções indicam que em 2039 o Brasil alcance o “crescimento zero” e apresente a partir daí, crescimento negativo. Em 2050, poderá ter o crescimento de -0,291%, segundo o IBGE (2008). Contudo, os resultados apresentados pelo IBGE indicam que o segmento populacional acima de 65 anos ou mais é o que tem a taxa de crescimento mais elevada, acima de 4% ao ano, principalmente entre as pessoas idosas acima de 80 anos.

Outro indicador importante que afeta o envelhecimento populacional, principalmente em relação à longevidade da população, é a taxa de mortalidade, que diminuiu consideravelmente em decorrência da melhoria da qualidade de vida, atribuída à urbanização e aos avanços na política pública de saúde, como por exemplo, a realização de campanhas de vacinação, dentre as estratégias que implicaram na redução da mortalidade infantil, diminuição de mortes por doenças infectocontagiosas, responsáveis na década de 50 por metade das mortes. (IBGE, 2008 e IBGE, 2009). Entre 1990 e 2010 a taxa de mortalidade caiu 61,7% (IBGE, 2010).

A população brasileira envelhece em ritmo acelerado em comparação com o conjunto de países mais populosos. A perspectiva para os próximos anos é de maior longevidade. Segundo Veras (1998), o envelhecimento de uma população é resultado de um processo dinâmico que necessita: *“que nasçam muitas crianças; que as mesmas sobrevivam até idades avançadas e que, simultaneamente, o número de nascimentos diminua”* (p. 385-386). Ou seja, a transição demográfica vivenciada atualmente no Brasil é um processo histórico que envolve a combinação de vários fatores, relacionados, principalmente, aos avanços científicos e tecnológicos, como os da medicina, e a elevação da qualidade de vida. A queda nas taxas de mortalidade nos primeiros anos de vida e a diminuição nas taxas de fecundidade ampliam, proporcionalmente, os grupos adulto e pessoa idosa. De acordo com o Censo IBGE 2010, 24,1% da população brasileira é menor de 14 anos, sendo que em 1991 essa representatividade era de 34,7%. Ocorre também o aumento contínuo da representatividade de pessoas idosas: 7,4% da população têm mais de 65 anos, contra apenas 4,8% em 1991. Desta maneira, o envelhecimento populacional é uma conquista, resultado do avanço de várias áreas, como o desenvolvimento de novas tecnologias medicinais, além de cuidados e preocupação com a saúde.

Este cenário de envelhecimento populacional relaciona-se também à mudança na composição da população brasileira denominada pelos demógrafos de “bônus demográfico”. Uma situação que é favorável ao crescimento econômico, onde o número de pessoas potencialmente ativas cresce e a razão de dependência total da população declina, em consequência da diminuição do número de crianças/adolescentes de 0 a 14 anos e do aumento da população de 15 a 64 anos. Ocorre, então, a denominada “janela demográfica”, desejável para o desenvolvimento econômico. A população brasileira com idades entre 15 a 24 anos é de cerca de 34 milhões e tende a diminuir. O aproveitamento da “janela demográfica”, situação vivida atualmente pelo Brasil, segundo o IBGE (2008), pode proporcionar dinamismo e crescimento econômico.

No Brasil, assim como no resto do mundo, o aumento da esperança de vida, grande conquista do século XX, é contraditoriamente abordado como um agravante dos problemas sociais já existentes – e não resolvidos, com crianças, jovens e outros segmentos com situações específicas – ou como mais uma “dívida social”.

Contudo, o cenário do envelhecimento populacional no Brasil deve ser visto não como um problema, mas como uma oportunidade e expressão do impacto positivo de diversas áreas, traduzido na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Essa mudança populacional traz impactos para as políticas sociais, principalmente para aquelas destinadas à população idosa. É preciso compreender o fenômeno do envelhecimento populacional de forma vinculada às características da sociedade brasileira, tendo como referência o fato de ser um fenômeno que ocorre no mundo inteiro. Nessa direção, é importante que as políticas públicas brasileiras se coloquem diante dos desafios apresentados por esta mudança populacional no contexto do país e possam atualizar-se para atender novas necessidades.

Além de conhecer os principais aspectos referentes ao fenômeno do envelhecimento populacional, é importante compreender quem é a pessoa idosa de hoje e qual a realidade social que vivencia, principalmente a pessoa idosa que é público das políticas socioassistenciais, foco deste documento de orientação.

1.2. O que é ser pessoa idosa hoje?

Envelhecer: uma etapa do ciclo de vida

Com o intuito de compreender como é ser uma pessoa idosa na nossa sociedade contemporânea é que trazemos alguns elementos para este diálogo. O primeiro ponto importante é compreender que o envelhecimento é uma etapa do ciclo de vida, que faz parte do desenvolvimento natural do ser humano e, como toda fase, tem características biológicas, psicológicas e sociais específicas.

O desenvolvimento do ser humano é marcado pelas mudanças no seu corpo relacionadas ao ciclo de vida: nascer, crescer, tornar-se adulto, envelhecer e morrer. Biologicamente, o envelhecimento do organismo é um processo que ocorre gradualmente e que pode ser caracterizado de uma maneira geral com a perda de algumas funções do organismo ou mesmo da vitalidade em um menor ou maior grau.

Se pensarmos no envelhecimento como um processo amplo e complexo, podemos perceber que é um acontecimento diário. O ciclo de nascimento e morte está presente desde o primeiro dia de vida até o último, como, por exemplo, no processo de renovação celular.

Este processo não ocorre de forma homogênea para todas as pessoas e não pode ser visto de forma isolada. Ele está associado à maneira como cada pessoa vivencia esta etapa que, por sua vez, está vinculada ao contexto familiar e social em que a pessoa se encontra.

“Nem todo mundo me trata como velho. Acho graça disso. Por quê? Porque um velho nunca se sente um velho. Compreendo, a partir dos outros, o que a velhice implica para aquele que a olha de fora. Mas eu não sinto a minha velhice. Logo, a minha velhice não é algo que, em si mesmo me ensine alguma coisa. O que me ensina alguma coisa é a atitude dos outros em relação a mim. Em outras palavras, o fato de que ser velho para outrem é ser velho profundamente. A velhice é uma realidade minha que os outros sentem; eles me vêem e dizem “este velho senhor”; são amáveis porque vou morrer logo, e são também respeitosos, etc.: os outros é que são a minha velhice.” (Jean-Paul Sartre, 1992, p. 37)

Apesar desta fase da vida caracterizar-se de, uma maneira geral, por perdas na capacidade física do organismo, ela não pode ser reduzida a uma fase de doença ou de declínio. Dependendo da maneira que a pessoa vive, poderá ser saudável, ter vitalidade e mais energia do que pessoas jovens que vivem muito cansadas, sob

pressão do trabalho etc. A pessoa idosa, por exemplo, poderá vivenciar a etapa de vida em que se encontra alcançando uma melhor qualidade de vida do que a que tinha em sua juventude, pois poderá ter uma maior atenção com seu corpo, um cuidado consigo mesmo que produza uma vivência de bem-estar e saúde.

A velhice é uma etapa do desenvolvimento humano e, como toda etapa do ciclo de vida, caracteriza-se como um processo de crescimento, com perdas e ganhos, com possibilidades de aprendizado, crises e mudanças. As perdas e ganhos não são vivenciados apenas em seu corpo, mas nas relações familiares e sociais e influenciam a maneira como cada um se relaciona consigo mesmo, o modo como se percebe e os significados que atribui à fase em que se encontra. As emoções vividas estão relacionadas ao modo como a velhice é vivenciada, aos sentidos e significados dados pela própria pessoa que é influenciada pela relação com seus pares e grupo social.

Neri (2008) ao estudar as necessidades afetivas das pessoas idosas defende que estas não são diferentes das que as pessoas vivenciam em outras fases da vida. Contudo, observa especificidades entre pessoas idosas, tais como: uma capacidade maior, em relação à juventude, de vivenciar emoções mais complexas, positivas e negativas ao mesmo tempo; uma satisfação maior com a vida, grande capacidade de resiliência, definida como “habilidade auto-reguladora” frente a perdas (RABELO e NERI, 2005), e um maior senso de domínio sobre o meio quando estão com as condições preservadas de atuar sobre este ou dispõem de “estratégias compensatórias”. Estas especificidades, provavelmente, caracterizam uma maturidade emocional conquistada ao longo da vida, que expressam o processo inverso vivenciado pelo corpo que envelhece para o campo de possibilidades de experiências e aprendizagens que continua a se ampliar.

Ser uma pessoa idosa é uma questão de relação com o mundo

Apesar de cada um vivenciar uma velhice singular, essa é influenciada pelo lugar atribuído à pessoa idosa na nossa sociedade. Um primeiro aspecto em relação a isso é que não há um “tipo” único de pessoa idosa. As pessoas que já atingiram a idade de 60 anos, entretanto, ainda não vivenciam as principais características dessa fase. Continuam exercendo suas atividades sociais, de trabalho e seu papel na família, apesar de vivenciarem algumas mudanças no convívio familiar, como a saída dos filhos de casa, que segundo alguns estudiosos pode se caracterizar pela “síndrome do ninho vazio” (VIANA, 2008), e também com a chegada dos netos.

Apesar disso, como diz Mori (2008) ao estudar o processo de envelhecimento em mulheres de 40 a 60 anos, o corpo já denuncia o processo de envelhecimento que é negado e evitado, provavelmente por sugerir proximidade com a finitude e

evidenciar o preconceito existente na sociedade com esta etapa da vida, indicando que não há preparação para o envelhecer. A imagem que a pessoa idosa se depara diante do espelho não é mais a mesma de sua juventude. O envelhecer é um processo de desconstrução da identidade construída na infância e adolescência e de reconstrução de uma nova identidade, de forma gradativa e em relação com o mundo que nos cerca.

Outro tipo de pessoa idosa é aquele de mais idade que se encontra aposentado e tem, por isso, uma redução de seu ciclo social, mas continua exercendo seu papel familiar, seja de provedor, de pai, mãe, avô, avó, responsável pela administração das atividades domésticas etc. Essa pessoa idosa vivencia a fase da velhice, sente as limitações físicas de seu corpo que requer determinado cuidado e, entretanto, continua mantendo sua autonomia no gerenciamento de sua própria vida, podendo, inclusive, ser o responsável pela casa e pela família.

Há ainda outro tipo: aquela pessoa com idade mais avançada que vivencia uma limitação funcional, com dependência, com perda da autonomia e do papel social e familiar que exercia, muitas vezes já viúvo (a), passa a morar com um filho ou outro parente e pode vivenciar a solidão pela perda das pessoas com quem conviveu durante sua vida, enfrentando também as diferenças do mundo das gerações mais novas. Essa é uma pessoa idosa que se encontra numa situação mais frágil, exigindo atenção e, às vezes, cuidados específicos ou especializados. O grupo de pessoas com 80 anos ou mais é o segmento populacional que mais cresce e, geralmente, compreende o grupo que exige mais cuidados cotidianos.

Essa identificação de três “tipos” de pessoas idosas é apenas didática com o intuito de demonstrar que a população idosa é muito diferente entre si, principalmente se pensarmos nas características da população com sua diversidade de gênero, raça, cor, etnia, religião, classe social, renda e as diferentes territorialidades e culturas de cada região do país, se urbano ou rural etc. No entanto, a despeito dessa variedade, há percepções e valores sociais que produzem visões sobre o que é ser pessoa idosa e o lugar que esses ocupam na sociedade que influencia, de uma maneira geral, a vivência da velhice experimentada por cada um.

A nossa sociedade tem o mundo do trabalho como o cerne de sua organização e funcionamento. O fato de uma pessoa estar em idade economicamente ativa ou não diz muito sobre ela, sobre as expectativas sociais que lhe são atribuídas, sobre seus desejos e perspectivas. Além da vivência orgânica, a velhice é associada a uma fase de não trabalho, de aposentadoria, e costumeiramente vista como não produtiva e ociosa. Essa visão social sobre a pessoa idosa acentua as perdas físicas vivenciadas pelo corpo que envelhece, intensificando a ideia de declínio e de proximidade com o fim da vida.

A atual sociedade da comunicação, da imagem, do consumo e do espetáculo coloca a juventude e a beleza em um patamar de valores como se tivessem o poder de eternizar, situando-se acima do processo natural de ciclo da vida, ditando padrões que descartam aquilo que não corresponde a essa estética. A velocidade com que o mundo tecnológico e informatizado empreende uma nova organização social cria abismos entre as gerações.

A maior longevidade, alcançada em razão da melhoria na qualidade de vida das pessoas idosas, proporcionada pelo acesso a ações ligadas à saúde, envolvendo atividade física, como ginástica e caminhadas, além dos avanços tecnológicos na área médica, impõe a desconstrução da antiga identidade das pessoas idosas de outras gerações e sua reconstrução sob os parâmetros atuais de juventude e beleza. A mídia cria, recria e exhibe as novas imagens e identidades das pessoas idosas modernizadas e globalizadas, em oposição às representações de pessoas idosas reais e locais. A pessoa idosa real, local, é a da notícia, da publicidade, do consumo globalizado, é a da utopia do consumo.

O papel exercido pelas pessoas idosas em algumas sociedades tradicionais, como conselheiro e guardião da sabedoria e da cultura da comunidade, torna-se, em nossa sociedade, um estereótipo ingênuo e romântico diante do lugar social comumente reservado para a pessoa idosa relacionada ao não produtivo e à solidão, que fortalecem a imagem desse indivíduo como arcaico, ultrapassado, ocioso, que está “fora do tempo e de lugar”, “fora do mundo”. Contudo, é preciso reinventar uma nova cultura que acolha o envelhecer, que integre essa pessoa no espaço atual que também é seu, que produza novos sentidos de ser velho hoje e que reconheça a valiosa contribuição social da pessoa idosa.

A sociedade em que as pessoas idosas de hoje nasceram, cresceram e trabalharam

Os diversos “tipos” de pessoas idosas que existem estão relacionados também à faixa etária em que se encontram, pois há diferenças importantes entre pessoas de 60 anos de idade, de 70, 80 e 90. Hoje, elas têm em comum o fato de terem nascido antes da década de 50 e acompanharam muitas transformações ocorridas no Brasil e no mundo. Alguns, por exemplo, acompanharam durante sua infância o início das transmissões de rádio, na década de 20; o início do Estado Novo, no final dos anos 30; a segunda guerra mundial, ocorrida no período de 1939 a 1945; a chegada da televisão, na década de 50; o período de ditadura militar e os movimentos sociais da década de 60.

Enfim, o Brasil em que cresceram, trabalharam e viveram a maior parte de suas vidas é bem diferente da sociedade atual e, pelo fato de serem maiores de 60

anos, não significa dizer que vivenciaram a mesma realidade social, pois muitas vezes suas vivências são separadas por décadas e por contextos sociais completamente diferentes, apesar de todos serem considerados pessoas idosas.

Com relação à heterogeneidade desse grupo, CAMARANO e PASINATO (CAMARANO, 2004) são categóricas: defendem que a distância entre as faixas etárias, a vivência, em momentos e lugares distintos, das mudanças sociais ocorridas no país, as diferentes histórias de vida, impedem tratar as pessoas idosas como um grupo único e homogêneo.

A pessoa idosa de hoje tem em sua história de vida experiências de uma realidade cujos fatos compõem a história social do país, cujos principais referenciais de suas vidas relacionados aos períodos de infância, juventude e de vida adulta produziram valores e formas de estar-no-mundo relacionados a esses tempos, definindo identidades para as gerações às quais pertencem e marcando modos distintos de perceber e vivenciar a atualidade.

É fundamental reconhecer a importância que as experiências de vida de uma pessoa, sua história e memória têm para si mesma, para a forma como se percebe, para o modo como se relaciona com os outros e para as expectativas que projeta para o futuro. Essa é uma história construída cotidianamente, juntamente com as mudanças que ocorrem na nossa sociedade. Contudo, a pessoa idosa, muitas vezes, por ter sua rede social diminuída com o afastamento das atividades produtivas e com as mudanças dos papéis sociais na família, pode ter como referência central as experiências vividas no tempo em que construiu seus valores, em períodos de maior significado para ela, como a época do trabalho. Com isso, pode ter, em maior ou menor grau, dificuldades de lidar com o mundo que se apresenta no momento. É importante compreender que esse é um processo natural, que embasa as diferenças entre as gerações e alimenta os conflitos entre essas, um processo que ocorre, por exemplo, entre pais e filhos adolescentes, e que ocorrerá com as futuras pessoas idosas: as crianças, jovens e adultos de hoje.

1.3. A pessoa idosa na Política Nacional de Assistência Social: sujeito de direitos

A Política Nacional de Assistência Social, publicada em 2004, compreende a pessoa idosa como sujeito de direitos, cidadã, participante da sociedade e usuária desta política pública. Esta concepção advém da Constituição Federal de 1988 que coloca a assistência social no campo da seguridade social, assim como a saúde e a previdência social, e enquanto política pública, atribui ao Estado o dever de atender necessidades de proteção social para a população (Sposati, 2009).

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. Esse *status* elevou serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à categoria de direito social, colocando-se em oposição às concepções e práticas clientelistas, paternalistas e de pouco profissionalismo. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), regulamentada em 1993, e atualizada pela Lei nº 12.435/2011, constitui importante marco regulatório ao reordenar o campo da assistência social, redesenhando-a como política descentralizada, organizada nas três esferas governamentais, com órgãos gestores e instâncias deliberativas.

Para a área da pessoa idosa, além da Constituição Federal, a Política Nacional do Idoso aprovada em 1994 é considerada um marco jurídico que, assim como o Estatuto do Idoso, aprovado em 2003, dá sustentação a esta concepção de sujeito de direitos (BATISTA et al, 2009).

Ainda como garantia de direito, a pessoa idosa tem acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC⁴, que foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 07/12/1993, pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011, e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS, e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008.

Esta visão é fundamental para a forma como a pessoa idosa é considerada, tratada, cuidada e protegida, em especial pelos profissionais responsáveis pela execução dos serviços socioassistenciais, mas também pelo poder público, pelas instituições, e pela sociedade, contrapondo-se a uma perspectiva que coloca a pessoa idosa em um lugar de submissão, de passividade, sem direito a escolhas, dependente de caridades e benevolência.

1.4. A Política Nacional de Assistência Social, a Proteção Social Básica e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece dois tipos de proteção social, que devem ser assegurados pelo Estado, para a população: a proteção social básica e a proteção social especial. As duas proteções são complementares e estão organizadas hierarquicamente dando organicidade ao Sistema Único de

⁴ O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

Assistência Social (SUAS). A proteção social especial se subdivide ainda em 2 níveis: média e alta complexidade.

A proteção social básica tem os seguintes objetivos: *“prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.”* (BRASIL, 2005, p. 33) Já a proteção social especial é *“a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social (...)”*. (Idem, p. 37)

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009 c), constituem-se em serviços de proteção social básica. E por isso é necessário nos determos um pouco mais sobre as características desta proteção social.

A proteção social básica tem um caráter eminentemente preventivo, constituindo-se na expressão proativa do Sistema Único de Assistência Social, contrariando as tradicionais práticas pontuais, emergenciais e reativas que caracterizaram a assistência social. Desta maneira, apresenta-se como uma concepção inovadora e universalizante para a área da assistência social e, por isso, estratégica enquanto política pública. A sua natureza preventiva se fundamenta no desenvolvimento de potencialidades e aquisições de seus usuários e, assim, requer uma concepção ativa de seus destinatários, reforçando a compreensão dos usuários como sujeitos de direitos. O desenvolvimento de potencialidades e aquisições dos usuários e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários constituem em meio para alcance do objetivo de prevenção de riscos, como também constituem em si, objetivos desta proteção social.

1.4.1. As seguranças afiançadas pela proteção social de assistência social

A Política Nacional de Assistência Social define três seguranças a serem garantidas pelas proteções sociais básica e especial: a segurança de sobrevivência, que abrange as seguranças de rendimento e de autonomia; a segurança de acolhida; e a segurança de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2005).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais identifica as aquisições dos usuários de cada serviço de acordo com cada uma das seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser capaz de afiançar: a segurança de acolhida; a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; e a segurança do convívio ou vivência

familiar, comunitária e social⁵. Do ponto de vista da proteção social básica, estas seguranças consistem em:

- **segurança de acolhida** diz respeito ao direito de todo cidadão ter suas demandas e necessidades acolhidas, ouvidas e respeitadas, recebendo as devidas informações e os encaminhamentos apropriados. Isso diz respeito tanto a forma como o profissional recebe o usuário que procura o serviço, quanto ao ambiente e estrutura física que deve observar a privacidade das famílias e pessoas atendidas, primar pelo sigilo, respeitar as singularidades e diferenças e atender a necessidades específicas como o caso de pessoas com dificuldades de locomoção.
- **segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social** compreende a necessidade de desenvolver-se de forma independente, com respeito e liberdade de escolha, poder de decisão e condições de exercício da cidadania. Abrange o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, situações que possibilitem crescimento e o desenvolvimento de novos aprendizados, da autoestima e da autoconfiança. Fundamenta-se na capacidade das famílias e dos grupos sociais de se organizarem, concepção baseada no entendimento dos usuários como sujeitos ativos, capazes de transformar a própria vida e contribuir com a realidade.
- **segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social:** diz respeito à necessidade humana de estar em relação com o outro, com seu núcleo primeiro, a família; com seu entorno, os grupos sociais aos quais pertence, a comunidade, o espaço, o território onde vive. Os laços de pertencimento, os vínculos que se estabelecem fazem parte da constituição da identidade de cada pessoa e dos grupos sociais. Por ser nosso objetivo tratar de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, aprofundaremos um pouco alguns elementos que compõem a segurança do convívio por entendermos que estão diretamente relacionados com a natureza deste serviço.

1.4.2. A pessoa idosa e a convivência familiar

“Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.” (BRASIL, 1988)

⁵ Sugere-se consulta a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005) para obter mais informações sobre a segurança social de renda e segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.

A política de assistência social tem como um dos seus objetivos “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária”. Isso quer dizer que compreende a família como unidade de atenção primeira e é também no seu contexto que os indivíduos são considerados. Assim, a velhice, compreendida como uma fase do ciclo de vida é percebida na relação da pessoa idosa e sua família.

A família exerce um papel fundamental no processo de identidade dos indivíduos, no processo de socialização das crianças, na constituição de referências de afeto e na proteção e cuidado de seus membros, incluindo a pessoa idosa. Para a política de assistencial social, a família é:

“(...) o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica.” (BRASIL, 2009 b, p. 12)

É importante destacar que a família acompanha as mudanças ocorridas na sociedade. As transformações históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais produzem modificações nas formas como as famílias se organizam, nas experiências vividas por seus membros e nas possibilidades encontradas para exercerem suas funções.

Nas últimas décadas, a família brasileira tem apresentado uma variedade maior em sua organização. Há famílias compostas por filhos de um dos cônjuges, famílias monoparentais, um aumento de famílias cuja referência do domicílio são mulheres, famílias unipessoais, formada por casais homossexuais ou que estão no segundo, terceiro casamento, etc. Uma diversidade de arranjos que rompe com a ideia tradicional da família nuclear composta simplesmente por pai, mãe e filhos. Essa variedade na composição das famílias não estabelece um padrão ideal ou normal, mas formas diversas de organização com a mesma competência para exercício das funções familiares de proteção e cuidado de seus membros, apresentando, no entanto, uma maior complexidade nas situações vividas pela unidade familiar (Brasil, 2008).

Vale lembrar que além de lugar de socialização, proteção e cuidado, a família é também lócus de conflito e contradições. As famílias vivenciam as tensões presentes na sociedade e também aquelas que são próprias de cada fase do ciclo de vida. Experimentam impasses, novas exigências de organização, produzem alternativas possíveis para enfrentamento das situações vividas, “estratégias familiares de sobrevivência” (GOMES, 2006), desenvolvem habilidades e respostas de acordo com o contexto em que estão inseridas (BRONZO, 2009).

A política de assistência social, ao adotar a centralidade na família, adota também um respeito pelos diferentes arranjos em que as famílias atuais têm se organizado, adota a concepção da família como capaz de desempenhar as funções que lhes são atribuídas pela legislação, e coloca como responsabilidade do Estado a proteção social das famílias que estão em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo meios para apoiá-las e para aumentar a capacidade protetiva destas.

No caso da família que tem pessoa idosa ou que é formada por pessoas idosas, a relação destas com a família se apresenta de forma bastante diversa, dependendo de vários elementos; como por exemplo, se a pessoa idosa é casada, viúva, separada ou solteira; se mora sozinha ou com filhos; se é dependente e qual grau de escolaridade possui, se tem ou não autonomia; se é provedor da família, se sua renda é parte significativa da renda familiar ou mesmo é a própria renda familiar, etc.

Algumas pesquisas como as de SAAD (IN CAMARANO, 2004) e SABOIA, (IN CAMARANO, 2004) têm mostrado que a aposentadoria e os benefícios sociais direcionados para as pessoas idosas, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), têm contribuído para uma nova organização familiar em torno da pessoa idosa, que passa a receber uma renda fixa e mensal, muitas vezes a única da família. Este fenômeno é acentuado nos pequenos municípios, principalmente, nas áreas rurais e regiões mais pobres contribuindo com a valorização da pessoa idosa pela família. Assim, passa a residir com esta pessoa idosa mais um membro da família, um neto, por exemplo, ou mesmo uma outra família, composta por um de seus filhos, com cônjuge e filhos.

Todavia, a segurança de renda proveniente da condição desta pessoa como aposentada ou beneficiária não traz mudanças apenas na organização familiar. Esta situação pode trazer aspectos positivos, como por exemplo, um novo papel familiar e social que passa a ter um maior poder e ser provedor da família; a proximidade e maior contato com a família e a oportunidade de exercer cuidados com seus entes queridos, sendo, muitas vezes, responsável pela socialização dos netos. Ou pode também trazer uma maior sobrecarga de cuidados com a presença de crianças pequenas, por exemplo, ou ainda constituir em uma situação de exploração da família de uma pessoa idosa dependente que não tem o poder de decidir sobre a renda recebida, caracterizando-se como uma situação de violação de seus direitos.

Independentemente da questão de renda, as tensões vividas pela família nas transições de cada fase do ciclo de vida produzem por si conflitos, sendo os conflitos intergeracionais característicos de famílias com membros de gerações diferentes. Assim, é muito comum que as pessoas idosas vivenciem conflitos intergeracionais com netos adolescentes, por exemplo, ou mesmo com seus filhos pelos novos arranjos de suas famílias. Os valores e referências construídos pelas pessoas idosas estão

vinculados às gerações das quais fazem parte. Há de considerar, por exemplo, que parte das pessoas idosas de hoje foram criadas em uma sociedade brasileira em que havia uma predominância de casais que eram separados apenas pela morte de um dos cônjuges.

Contudo, independente da fase do ciclo de vida, a família tem um lugar de importância vital para o indivíduo, inclusive para a pessoa idosa, por sua função de proteção e cuidado e, principalmente, pelos sentidos e significados produzidos nas relações estabelecidas entre seus membros. A despeito de ser uma relação próxima ou distante, a família constitui-se em referência importante para a identidade do indivíduo, para a imagem que tem de si e para a relação que tem consigo mesmo e com a realidade que o cerca.

“(...) a família tem importância tal que permanece viva, como realidade psicológica, ao longo de todo o ciclo vital do indivíduo, ainda que sentida como falta.” (BRASIL, 2006, p. 33)

Trabalhar no sentido de fortalecer os vínculos familiares das pessoas idosas significa reforçar a relação da pessoa idosa com as pessoas com quem mantém “laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade” em bases positivas, pessoas geralmente significativas e de referência que desempenham um papel importante na percepção que a pessoa idosa tem de si, na sua relação consigo mesmo e com o meio que o circunda, sendo capaz de contribuir com novos sentidos e significados, com a afirmação de sua identidade e com uma presença ativa na família e na sociedade.

Significa também reconhecer as relações existentes, os conflitos, os cuidados e descuidados exercidos tanto pela família quanto pela pessoa idosa. Significa apostar nas funções da família como lugar primeiro de proteção, cuidado e desenvolvimento de capacidades e apoiá-la no exercício de uma responsabilidade que é também da sociedade e do Estado: a promoção do bem-estar das pessoas idosas no seu direito de envelhecer com cidadania. Significa ainda a garantia do acesso a direitos e o compromisso do Estado com a oferta de serviços que ampliam a capacidade protetiva das famílias.

1.4.3. A pessoa idosa e a convivência comunitária e social

“Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (BRASIL, 1988)

Enquanto a convivência familiar abrange, de uma maneira geral, um espaço de afetividade, laços – consanguíneos, de aliança ou afinidade –, no qual os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno das relações, a convivência comunitária e social abrange o espaço público, as relações com seu entorno social, com a vizinhança, o bairro, os amigos, a comunidade em que vive, com os serviços disponíveis como a padaria, a farmácia, os centros de cultura, esporte e lazer, as praças, o território como um todo, com suas características físicas e geográficas, culturais, históricas, sociais, políticas e econômicas.

A PNAS dispõe que os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco a atenção às famílias, seus membros e o território como base de sua organização. Dessa forma, o SUAS é organizado tendo como referência os territórios em que vivem as famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim sendo, o CRAS e as demais unidades públicas devem ser implantadas nos territórios de vulnerabilidade social com o objetivo de facilitar o acesso destas populações aos serviços socioassistenciais, aproximar os serviços da realidade de seus usuários, das famílias, e constituir na presença do poder público nestes territórios. (BRASIL, 2005).

Assim, o território é o espaço público onde vivem as famílias, é o lugar geográfico com as características ambientais e naturais, onde os serviços públicos e privados são organizados, onde são expressas as manifestações da cultura local, onde podem ser visualizados os modos de vida das pessoas de uma determinada região. É no território, no espaço público, que as relações comunitárias e sociais se estabelecem, incluindo o cidadão e a cidadã que tem mais de 60 anos. O território não é um espaço neutro ou se resume à sua dimensão física com suas árvores, prédios, ruas e casas. Ele é atravessado, constituído pelas conjugações de forças sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade. É no território que será ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, no CRAS ou em unidades a ele referenciadas.

Como consta na Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994), o envelhecimento populacional não diz respeito apenas à pessoa idosa, mas a toda a sociedade, ao modo como esta se organiza em relação a este segmento populacional. O território expressa a organização social, assim, algumas dimensões políticas e sociais relacionadas a este segmento podem ser observadas no território, como por exemplo, a organização das vias públicas de modo acessível para facilitar a circulação, sobretudo daqueles que possuem dificuldades de locomoção, a existência de placas nos estabelecimentos indicando a preferência de atendimento incluindo este público, ou mesmo a presença das pessoas idosas nas praças e calçadas das ruas.

Estes aspectos refletem os modos de vida relacionados à cultura local, ou mesmo a uma geração, e também materializam suas conquistas. Fato é que todo território tem sua história e esta é produto da história de homens e mulheres que viveram e vivem ali. Assim, muitas vezes, as pessoas idosas têm uma relação com o território onde moram que pode se confundir com a própria história daquele bairro, do lugar onde moram, sendo testemunhas ativas ou não de sua transformação ao longo do tempo. Esta historicidade é uma dimensão muito importante quando trata de pessoas idosas e deve ser considerada na sua relação com a comunidade, com o social (BOSI, 1994). Por outro lado, há também aqueles que migraram recentemente, ainda desprovidos de vínculos com a comunidade local. Alguns poderão se adaptar rapidamente, mas há os que apresentarão dificuldades de se adequar a esta nova situação e de construir vínculos de pertencimento à comunidade.

O conceito de comunidade pode ser compreendido de diversas formas, seja designando um lugar em termos geográficos, seja em termos sociológicos, culturais, antropológicos, indicando laços de afinidade, identidade, interesses compartilhados ou pertencimento a um grupo (CAMPOS, 1996). O vínculo comunitário e social refere-se às duas dimensões, tangível e intangível, que estão imbricadas, apesar da dimensão intangível transcender muitas vezes o espaço físico, a territorialidade, e se expressar de outras formas, por exemplo, por meio da internet, onde as pessoas idosas podem manter contato, compartilhar experiências em comum, formar vínculos, organizar-se e atuar no controle à violência no trânsito contra a pessoa idosa.

A proteção social básica tem como um dos objetivos o fortalecimento de vínculos comunitários e sociais, a aquisição das seguranças afiançadas pela PNAS e o acesso a direitos. Além disso, este é um dos direitos previsto na nossa Constituição e na legislação que trata da pessoa idosa. Vale salientar ainda que as Nações Unidas, ao propor à adoção pelos governos de Princípios em Favor das Pessoas Idosas⁶ nos programas e políticas direcionados a este segmento populacional, compreende a comunidade como provedora de cuidados e proteção à pessoa idosa na prevenção de riscos sociais.

Alguns pesquisadores da área do envelhecimento como Romero (2002) e Rabelo e NERI (2005) citam estudos sobre a importância do suporte social na qualidade de vida, no bem estar e saúde da pessoa idosa. Estes estudos afirmam que uma rede social ampla e variada, com amigos, vizinhos, a comunidade de uma maneira geral, possibilita a pessoa idosa um melhor enfrentamento de situações de crises, como doenças ou perda de parentes. O suporte social fortalece a autoestima e

⁶ PRINCÍPIOS DAS NAÇÕES UNIDAS EM FAVOR DAS PESSOAS DE IDADE, Resolução n.º 46/91, aprovada na Assembléia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/DirHumanos/princPessoasIdade.htm> Acesso em: 06/08/10.

autoconfiança da pessoa idosa, aumenta a sensação de domínio e competência diante de dificuldades, constituindo em um recurso que amplia as possibilidades de um envelhecimento bem-sucedido.

A partir das ideias apresentadas sobre o envelhecimento da população brasileira, as concepções sobre a pessoa idosa e sobre a proteção social de assistência social para este público, é que discutiremos sobre os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas.

1.5. O perfil dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define os seguintes usuários para este serviço:

“Idosos(as) com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial:

- Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;*
- Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;*
- Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço. (BRASIL, 2009 c, p. 12)”*

Primeiro, abordaremos as características principais desses usuários que são beneficiários do BPC e de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Em seguida, discutiremos a participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de pessoas idosas encaminhadas pela Proteção Social Especial, em particular, aqueles que estão em serviços de acolhimento (abrigos). E, por último, a inclusão de pessoas que ainda não são consideradas idosas em razão da idade, mas que demandam a inclusão em serviços de convivência ou atividades de convívio.

1.5.1. Benefícios assistenciais e transferência de renda para a população idosa

Uma diretriz que norteia a política do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é a integração de serviços com os programas de transferência de

renda e benefícios assistenciais⁷. Esta diretriz tem sido utilizada para definição de públicos prioritários nos serviços socioassistenciais. A ideia é agregar esforços, somar ações que se complementem com o objetivo de produzir um resultado mais efetivo no combate à pobreza e ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social.

É importante compreender que os públicos beneficiários de transferência de renda e de benefícios assistenciais são aqueles que, por situação de pobreza, estão entre os mais vulneráveis da população, já que a pobreza tende a agravar a situação de vulnerabilidade social, requerendo a proteção da assistência social para a garantia de seus direitos. O critério para elegibilidade do Benefício de Prestação Continuada⁸ é a renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para pessoas com deficiência ou pessoas idosas que não tenham como prover sua subsistência ou tê-la provida por sua família. Já o Programa Bolsa Família utiliza as informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais. É com base nessas informações que as famílias são incluídas no Programa, sendo o critério principal a renda familiar por pessoa⁹. Os critérios e valores dos benefícios do Programa Bolsa Família estão dispostos na Lei nº 10.836/2004 e Decreto nº 7.494 de 02/06/2011, devendo ser consideradas as alterações posteriores. Considerando que as pessoas idosas beneficiárias do BPC e de famílias do Programa Bolsa Família constituem público do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, apresentamos alguns dados de levantamentos e estudos referentes a esses públicos com o objetivo de conhecer quem são essas pessoas e, assim, ofertar um serviço próximo à sua realidade.

⁷ Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Protocolo%20de%20Gestao%20Integrada%20de%20Servicos%20Beneficios%20e%20Transferencias%20de%20Renda%20no%20ambito%20do%20Sistema%20Unico%20de%20Assistencia%20Social%20-%20SUAS.pdf> Acesso em: 09/10/2012.

⁸ É um benefício **individual, não vitalício e intransferível**, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente.

⁹ O cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício.

Pessoas idosas no Programa Bolsa Família

Estão cadastrados no Cadastro Único¹⁰ mais de 4 milhões¹¹ de pessoas idosas, que pertencem a 3,5 milhões de famílias. Considerando a população idosa do país que abrange mais de 21 milhões de pessoas idosas, o número de pessoas idosas cadastrados no Cadastro Único corresponde a 20,6% da população idosa brasileira (PNAD 2008).

No Programa Bolsa Família (PBF) estão cadastradas 824.512 pessoas idosas que representam 3,84% da população idosa do país (PNAD, 2008). 44,8% da população idosa do PBF são do sexo masculino e 55,2% são do sexo feminino. Esta quantidade maior de mulheres idosas é explicada pela sobremortalidade masculina atribuída a uma maior exposição do homem a riscos como o consumo de cigarro, álcool, situações de violência, stress no trabalho, etc, gerando uma expectativa de vida maior para mulheres, que em 2010 era de 3,34 anos a mais que os homens, segundo o IBGE (2010), tornando as mulheres mais longevas.

A maior parte das pessoas idosas do PBF reside em áreas urbanas (71, 1%), sendo que as regiões norte e nordeste são as que têm mais pessoas idosas do PBF residindo em áreas rurais: 34,2% e 36,2%, respectivamente. A PNAD de 2011 indica que há maior concentração desse grupo nas áreas urbanas, com 84,1% residindo nas cidades e 15,9% em áreas rurais (IBGE, 2010).

Possivelmente, esta característica explique uma quantidade menor de homens idosos entre os beneficiários do PBF do que mulheres, pois Batista et al (2008) observaram a partir dos dados da PNAD de 2005 que no meio rural há uma quantidade maior de idosos, enquanto no meio urbano esta proporção se inverte, há mais idosas. As autoras afirmam que essa diferença do local de moradia é importante para o planejamento das políticas públicas, pois no meio urbano há uma facilidade maior de acesso a serviços, como os de saúde, em relação ao meio rural. Já nas áreas metropolitanas, apesar de uma ampla oferta de serviços, há uma complexidade maior no acesso, por exemplo, na disponibilidade de transporte, que leva muitas vezes a um maior isolamento da pessoa idosa.

Quanto ao estado civil, a maioria das pessoas idosas do PBF é casada (41,7%) ou solteira (32%), sendo que apenas 12,5% são viúvo(a)s, cuja maioria está na região Sudeste (18,1%). Já entre os solteiros, a maioria está no Norte (45,3%) e os casados no Sul (20,5%).

¹⁰ Cadastro Único para Programas Sociais, regulamentado pelo Decreto n. 6.135/2007 objetiva integrar o banco de dados dos programas sociais do Governo Federal.

¹¹ Os dados referentes aos idosos cadastrados no Cadastro Único foram fornecidos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania em maio de 2012.

Tabela 1 - Distribuição dos Idosos do PBF por estado civil					
Região	Estado Civil				
	Casado	Solteiro	Divorciado/separado	Viúvo	Sem informação
Norte	38,2%	45,3%	5,0%	8,2%	3,4%
Nordeste	42,1%	35,9%	7,2%	9,7%	5,1%
Sudeste	41,6%	22,4%	12,0%	18,1%	5,9%
Sul	43,5%	20,5%	12,2%	17,1%	6,7%
Centro-Oeste	41,3%	30,2%	10,0%	14,4%	4,2%
Brasil	41,7%	32,0%	8,7%	12,5%	5,2%

Quanto ao número de pessoas com deficiência na família, 9,2% das famílias destas pessoas idosas inclui uma pessoa com deficiência. A deficiência física é o tipo de deficiência com maior índice entre as famílias das pessoas idosas do PBF com o percentual de 1,7% no país. Segundo os dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), 23,9% da população brasileira declararam ter alguma deficiência, correspondendo a 45,6 milhões de pessoas. A deficiência mental permanente atinge 2,8 milhões de brasileiros, sendo a deficiência severa de maior percentual na população.

Ao comparar a deficiência ou incapacidade pelos grandes grupos de idade, os dados do Censo 2010 indicam que 67,2% das pessoas idosas declararam ter algum tipo de deficiência ou incapacidade, percentual bastante elevado quando comparado ao grupo de 0 a 14 anos, 7,5%, e ao grupo de 15 a 64 anos, 24,9%. O Censo mostra ainda que as pessoas com deficiência concentram-se mais nas áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste e têm o nível de escolaridade menor em relação ao restante da população. Camarano (2006) aponta ainda que a quantidade de pessoas idosas institucionalizadas que têm alguma deficiência física ou mental é maior que as pessoas idosas que não estão em abrigos.

Quanto à escolaridade, 42,8% das pessoas idosas do PBF são analfabetos, sendo que na região Nordeste este número aumenta para 48,4% e na região Sul diminui para 31,9%. Entre os que estudaram, 37% não concluíram a 4ª série do ensino fundamental, sendo considerados analfabetos funcionais por terem menos de quatro anos de estudo. Estes dados sugerem uma situação semelhante à do restante da população idosa do país, pois, de acordo com os dados do IBGE (2000), 35,2% do grupo de pessoas idosas no Brasil responsáveis por domicílio não sabem nem ler e nem escrever, sendo que 54,4% não têm três anos de estudo, ou seja, são analfabetos funcionais. Os baixos índices refletem as políticas educacionais das décadas passadas, anos 30 e 40, em que o acesso às escolas era restrito, principalmente, para as mulheres. A tabela a seguir mostra o percentual de escolaridade por região do país entre as pessoas idosas do Programa Bolsa Família.

Regiões	Tabela 2 – Escolaridade – Idosa do PBF				
	Analfabeto	4ª série incompleta	4ª série completa	Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental	Ensino fundamental completo
Norte	43,2%	39,7%	4,4%	6,4%	,8%
Nordeste	48,4%	34,7%	4,0%	5,4%	,6%
Sudeste	35,1%	39,2%	9,9%	6,3%	1,3%
Sul	31,9%	39,2%	9,9%	8,9%	1,4%
Centro-Oeste	40,8%	39,4%	6,0%	6,7%	,8%
Brasil	42,8%	37,0%	6,1%	6,1%	,9%

A família de pessoas idosas do PBF é composta por uma média de 4,2 pessoas, sendo que 45,4% das pessoas idosas são responsáveis legais pela família e 25,7% são esposo ou esposa deste responsável. Os dados da PNAD 2008 revelam que 22% dos domicílios brasileiros têm a pessoa idosa como a pessoa de referência e 11% são cônjuges dessa pessoa de referência com idade também acima de 60 anos.

Os dados revelam ainda que, quando a pessoa idosa mora com a família, esta é composta por uma média de 3,2 componentes. A partir dos dados da PNAD 2005, Batista et al (2008) apontam que 12,9% dos idosos vivem só, 87,1% vivem com a família, sendo que do total de famílias brasileiras, 26% possuem idosos entre seus componentes e 74% não possuem. Os dados trabalhados pelas autoras indicam ainda que a presença de idosos nas famílias gera uma renda média maior que nas famílias que não têm idosos, indicando a presença do idoso como um elemento de fortalecimento econômico da unidade familiar.

Entre as famílias do PBF, 43,3% dos idosos não trabalham e 27,5% são aposentados ou pensionistas. A média de renda dos idosos aposentados é de R\$ 402,72. Sendo que, em média, 3,44 pessoas vivem da aposentadoria deste idoso. Destaca-se ainda que 16,9% das pessoas idosas da região Nordeste são trabalhadores rurais, enquanto que o número das pessoas idosas de outras regiões que trabalham com esta atividade é menor (13,7% na região norte, 4,7% Sudeste, 5,3% Sul e 5,1% Centro-Oeste).

Pessoas Idosas beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) tem atingido importante público beneficiário que além da vulnerabilidade de renda foca outras duas vulnerabilidades: deficiência e velhice. O BPC é um benefício previsto na Constituição Federal no valor

de um salário mínimo destinado a pessoa idosa e a pessoa com deficiência¹². Em junho 2012, aproximadamente 3,6 milhões de pessoas recebiam o BPC, sendo cerca 2 milhões de pessoas com deficiência e 1,7 milhões de pessoas idosas¹³, correspondendo a 7% do total da população idosa brasileira. A faixa etária de 70 a 80 anos de idade é a de maior concentração de beneficiários, com 53,85%¹⁴ de pessoas idosas que recebem o BPC.

De acordo com os dados¹⁵ disponíveis referentes ao processo de revisão do BPC realizado até 2007, com uma amostra de 152.959 pessoas idosas beneficiárias, 47,55% são homens e 52,45% são mulheres. Destes, 55,97% vivem só e 1,74% vivem em instituições de longa permanência. Em relação à dependência, 28,95% dos beneficiários afirmaram ser dependentes e 7,63% afirmaram ser responsáveis por pessoas mais velhas. Quanto ao grau de escolaridade, 46,2% dos beneficiários não são alfabetizados e 48,86% possuem apenas o 1º grau incompleto.

Quanto à situação econômica dos beneficiários idosos, 67,33% deles afirmaram que o BPC é a única fonte de renda; 74,78% informaram utilizá-lo para sustentar a própria família, 74,36% realizam compras de medicamentos com o benefício e 36,51% utilizam o recurso com tratamento de saúde. Quanto às condições de atividade produtiva, 59,62% declararam que não têm condições de exercer atividade produtiva e 32,89% afirmaram ter poucas condições. Com relação ao impacto imediato na vida dos beneficiários, 67,71% afirmaram que a qualidade de vida e a autoestima melhoraram após o recebimento do benefício.

Quanto às relações sociais e convívio comunitário, 79,62% declararam não ter atividades fora do domicílio, 9,92% ter dificuldades de relações sociais e 6,74% afirmaram não ter contatos com amigos e parentes. 55,54% afirmaram que os serviços comunitários ofertados não têm atenção a pessoa idosa, 12,99% disseram que os serviços tinham barreiras do meio¹⁶, 12,8% consideraram os serviços de difícil acesso e 27,95% disseram ter dificuldades de transporte gratuito. A maior parte das pessoas idosas beneficiárias do BPC, 74,83%, foi classificada como de média vulnerabilidade.

¹² Segundo a LOAS, no artigo 2º, para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011).

¹³ Dados obtidos na página da SAGI, disponível no site oficial do MDS, endereço eletrônico: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGJjYWNvZXMuMubWRzLmdvdi5iY29tL2lcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v> Acesso em 05/09/2012.

¹⁴ Dados fornecidos pelo Departamento de Benefícios Assistenciais/SNAS/ MDS.

¹⁵ Dados fornecidos pelo Departamento de Benefícios Assistenciais /SNAS/MDS, extraídos do REVAS GERENCIAL em 18/11/2008, referentes a 4ª e 5ª etapas de revisão do BPC que já foram sistematizados pela DATAPREV.

¹⁶ Barreiras do meio: obstáculos construídos em meio urbano que impedem ou dificultam a livre circulação ou o livre acesso de pessoas idosas ou com deficiência.

Estes dados mostram a importância de atividades que promovam a convivência familiar e comunitária como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Considerações sobre o PBF e o BPC

Estudos recentes têm apontado as políticas de transferência de renda como um importante fator na redução da pobreza e da desigualdade social.

Para o público idoso, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) contribui significativamente para a redução da vulnerabilidade decorrente da renda e, segundo Batista *et al* (2008), juntamente com a previdência pública, é responsável por garantir que parte significativa da população idosa não se encontre em situação de extrema pobreza como pode ser observado no trecho a seguir:

“Os dados mostram que a população idosa enquadrada na linha da pobreza e em situação de indigência atingiria metade desse grupo se não fosse o BPC, a previdência pública e os programas de transferência de renda. De fato, segundo a PNAD, em 2004 apenas 3,6% dos idosos detinham renda per capita inferior a ¼ de SM, sendo considerados em situação de indigência. Contudo, se suprimidos os benefícios monetários oriundos dos programas de transferência de renda (PTR) e da seguridade social (BPC e aposentadorias e pensões públicas), 44,6% dos idosos passariam a deter uma renda per capita inferior àquele patamar.

Ainda de acordo com a PNAD 2004, o número de idosos em situação de pobreza chegava a 11%. Repetindo o mesmo exercício de supressão das rendas de PTR e de benefícios previdenciários e assistenciais, o número de idosos pobres cresceria para quase 60% desta população de pessoas com 60 anos ou mais.” (Batista et al, 2008, p. 97-98)

As pesquisas têm apontado que nos últimos anos, no intervalo de 2001 a 2009, o Brasil reduziu a desigualdade social alcançando o melhor índice dos últimos 30 anos. As análises realizadas pelo IPEA sobre a distribuição de renda no período de 1995 a 2009, a partir dos dados da PNAD 2009, apontam que os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o BPC, contribuíram para redução da desigualdade social e da pobreza. Nesta direção, o IPEA afirma que:

“A proporção da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza está em forte queda desde 2003”. (...) “Não apenas há menos pobres, como as pessoas que ainda o são, são menos pobres.” “(...) o vigésimo mais pobre viu sua renda aumentar 64%. (...) De 2005 a 2009, todos os vigésimos experimentaram fortes ganhos de renda. As pessoas na metade mais pobre foram as que tiveram maior crescimento na renda 31% e 35% (salvo os 5% mais pobres).” (IPEA, 2010, p. 13, 14 e 16).

Segundo o IPEA (2010), os programas de transferência de renda, exercem contribuição importante nestes resultados. Outros fatores que contribuíram para redução das taxas de pobreza e da desigualdade social são as rendas do trabalho e da

previdência social, principalmente, as que estão vinculadas ao salário mínimo em decorrência do aumento dos últimos anos.

Pessoas Idosas encaminhadas pela proteção social especial

Além das pessoas idosas beneficiários do BPC e de programas de transferência de renda, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define como um dos públicos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

“Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço. (BRASIL, 2009 c, p. 12)”

O encaminhamento de pessoas idosas para participação em serviço de convivência deve ser realizado pelo CRAS, pois cabe ao CRAS a gestão do território e, dentre suas ações, a articulação da rede socioassistencial a ele referenciada e dos serviços ofertados. Compete ainda ao CRAS a promoção do acesso dos usuários aos serviços de proteção social básica e a inclusão da família do usuário em acompanhamento pelo PAIF, quando necessário¹⁷.

Dessa forma, em relação às pessoas idosas atendidas ou acompanhadas pelos CREAS, a partir do levantamento de suas necessidades e de seus interesses, estas podem ser encaminhadas ao CRAS para inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Particularmente em relação às pessoas idosas que vivem em serviços de acolhimento (abrigos), haverá a necessidade de articulação entre a Gestão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e da Proteção Social Básica para a participação em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Cabe destacar que, no âmbito da proteção social especial de alta complexidade, e de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os Serviços de Acolhimento para Pessoas Idosas são:

a) **Serviço de Acolhimento Institucional (abrigos):** destinado a indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Deverá ser organizado de forma que o

¹⁷ No final desse documento, encontra-se um desenho de fluxo para encaminhamento e inclusão no serviço de convivência.

atendimento seja personalizado e em pequenos grupos. O público se constitui de pessoas com 60 anos ou mais, independentes ou com algum grau de dependência, que vivenciaram situações de violência ou negligência, que estavam em situação de rua ou de abandono ou que de algum modo vivenciaram situações de risco com necessidade de um serviço de proteção integral. Os serviços de acolhimento institucional podem ser desenvolvidos em diferentes tipos de equipamentos: Casas Lares; unidade residencial com grupos de até 10 pessoas idosas residentes; ou Abrigos Institucionais conhecidos também como Instituições de Longa Permanência para Idosos – (ILPIs): propõem-se a acolher pessoas idosas com diferentes necessidades e graus de dependência.

b) **Serviço de Acolhimento em Repúblicas:** trata de um serviço ofertado para pessoas idosas com independência para as atividades da vida cotidiana. São unidades residenciais para até 10 pessoas, com capacidade de autogestão.

É importante destacar que as pessoas idosas que residem em serviços de acolhimento não estão e não deverão ser privados da convivência familiar e comunitária, sendo este um dos objetivos de tais serviços. Assim, a vivência na comunidade onde vivem, a utilização dos serviços disponíveis e a participação social deve ser facilitada e estimulada como direito social de exercer sua cidadania de forma plena.

Considerando-se que as pessoas idosas que residem em unidades de acolhimento também são público usuário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é fundamental conhecer as unidades de acolhimento do território de abrangência do CRAS, uma vez que essas unidades constituem-se residências coletivas de pessoas idosas que tem direito a estar inseridas na comunidade e fazer parte dela.

Ressalta-se que cabe ao gestor municipal a garantia da oferta de serviços socioassistenciais de acordo com a demanda local.

Inclusão de outros usuários no SCFV para Pessoas Idosas

Em pesquisa realizada sobre os Centros de Convivência de Idosos (CCI) em 2010, coordenada pela Secretaria de Avaliação da Informação – SAGI, foi verificado que cerca de 15% dos usuários dos Centros possui menos de 60 anos de idade. A presença de pessoas com idade próxima, mas inferior ao parâmetro estabelecido pela legislação brasileira para a definição de pessoa idosa, propõe uma análise sobre a possibilidade da inclusão de outros grupos etários nas atividades de convívio do CCI, considerando a natureza dos serviços de Proteção Social Básica e a demanda existente no território.

Os Serviços de Proteção Social Básica são destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da falta de acesso aos serviços públicos,

da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade ou risco social presentes no território. Especialmente em relação à pessoa idosa, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais aponta que as ações do serviço devem contribuir no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento de vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de risco social.

Embora o Estatuto do Idoso classifique como idosas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, é importante que esta definição não se torne um limite restritivo para a participação de usuários no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). É necessário que a história de vida de cada usuário seja considerada, bem como as experiências oriundas do contexto socioeconômico, cultural e familiar que influenciam o processo de envelhecimento. Assim, pessoas que ainda não atingiram a idade legal para ser considerada pessoa idosa podem estar vivenciando situações ou limitações físicas próprias desta faixa etária.

Nesse sentido, ainda que exista uma faixa etária específica a ser atendida pelo SCFV para pessoas idosas, aquele que ainda não completou 60 anos, mas já enfrenta situações de fragilidade de vínculos, de autonomia ou de falta de acesso a direitos, poderá ser atendido pelos serviços, tendo em vista o seu caráter protetivo.

É importante, no entanto, que a equipe do PAIF, em articulação com o SCFV, analise a situação vivenciada pelo usuário e avalie se a inserção no serviço para pessoas idosas é a melhor forma de garantir as aquisições que necessita, ou se é conveniente incluí-lo em outros grupos do próprio PAIF que melhor se adequem as suas necessidades.

Ao realizar a análise para a inserção no serviço, algumas características devem ser verificadas, como a limitação da capacidade física, a redução do convívio social ou ainda, quando o indivíduo ou sua família considera o processo de envelhecimento de forma negativa, a ponto de deixar de realizar atividades coletivas, acarretando até situações de isolamento social. Estas características devem ser examinadas, em conjunto ou isoladamente, como exemplos de situações que deverão ser consideradas na inserção dos usuários com menos de 60 anos no SCFV. A identificação do usuário com as atividades propostas pelo serviço também se constitui como fator relevante para a análise.

A inserção de outros usuários no SCFV para pessoas idosas poderá se dar mediante avaliação da equipe técnica de referência, levando em consideração a situação de vulnerabilidade e o direito à proteção integral, entendendo-se que a flexibilização está relacionada à necessidade de proteção. Destaca-se, ainda, que essa avaliação técnica deve ser individual, considerando as peculiaridades inerentes ao usuário e sua família.

PARTE II

Organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas na Proteção Social Básica

2. Parte II - Organização e funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas na Proteção Social Básica

2.1. A organização da Proteção Social Básica

O CRAS e a Centralidade do PAIF

O CRAS é a principal unidade pública da proteção social básica e é em torno dele que esta proteção se organiza.

“O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.” (BRASIL, 2009 b, p. 9)

O principal serviço de proteção social básica que deve ser ofertado necessariamente no CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

“O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (...)

É serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.” (BRASIL, 2009, p. 6)

O PAIF¹⁸ é o principal serviço de proteção social básica, expressa a matricialidade sociofamiliar da Política Nacional de Assistência Social neste nível de proteção. Por ser um serviço de exclusividade de oferta do poder estatal, fortalece a responsabilidade pública de proteger as famílias em situação de vulnerabilidade social. Os demais serviços de proteção social básica são complementares ao PAIF.

Assim, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas – SCFVI deve ser desenvolvido em articulação com o PAIF. Ou seja, é o PAIF que identifica e realiza o encaminhamento das pessoas idosas para a inserção em SCFV e que acompanha as

¹⁸ Caderno de Orientação específica sobre o PAIF disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/Caderno%20PAIF%20-%20Tipificacao.pdf/view>.

famílias dos usuários do serviço, caso se encontre em situação de maior vulnerabilidade ou risco social. Desta maneira, os serviços devem ser desenvolvidos de forma integrada, articulada e complementar, sendo necessário um diálogo estreito entre os profissionais envolvidos.

A proposta de trabalho é a de integração, união de esforços e potencialização dos trabalhos, pois ambos os serviços de proteção social básica se destinam às famílias e seus membros que vivenciam situação de vulnerabilidade social, em especial, aqueles que são beneficiários de programas de transferência de renda, apresentam algum tipo de deficiência ou fragilidade, decorrente do ciclo de vida, que aumente a situação de vulnerabilidade social¹⁹.

Caso o CRAS apresente condições para a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sem prejuízo das atividades do PAIF, isso poderá facilitar a articulação entre os serviços, mas é importante definir bem os papéis e atribuições para que cada serviço cumpra seus respectivos objetivos. Quando a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é realizada em outro espaço público, como Centro de Convivência de Idosos, ou entidade privada de assistência social, é preciso que essas unidades estejam referenciadas ao CRAS do território onde estão localizadas e o serviço seja articulado ao PAIF. A articulação da rede de proteção social básica referenciada ao CRAS é uma atividade de gestão do CRAS, cabendo ao coordenador do CRAS o papel de articulador da rede. O referenciamento visa tornar factível a articulação do PAIF com os demais serviços²⁰.

Com a matricialidade sociofamiliar preconizada pela Política Nacional de Assistência Social, os serviços socioassistenciais não devem ser desenvolvidos com uma lógica segmentada, focados apenas nos indivíduos, devendo ser compreendidos em seu contexto, de uma forma cada vez mais integrada e relacional. A família é a unidade primária de relação das pessoas e ganha, com a matricialidade sociofamiliar, um lugar de grande importância nos esforços empreendidos pela política pública de assistência social.

2.2. Organização e funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas

Este documento apresenta uma proposta de organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas baseada, principalmente, na oferta de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e de atividades complementares ao serviço continuado, tais como a realização de atividades de convívio, encontros mensais e de oficinas para pessoas idosas, familiares e comunidade²¹.

¹⁹ Consultar a descrição completa de usuários de cada serviço presente na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

²⁰ Consultar as orientações técnicas “O CRAS que temos e o CRAS que queremos”

²¹ Consultar parte III deste documento que se refere à metodologia proposta.

2.2.1 Trabalho essencial ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais traz a seguinte definição de trabalho essencial ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

“Acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.” (BRASIL, 2009 c, p. 13).

A *acolhida* está ancorada na segurança de acolhida da Política Nacional de Assistência Social e perpassa todas as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas que promove contato direto com os usuários, tais como a prestação de informação pela recepção da unidade onde o Serviço é ofertado, o atendimento realizado pela equipe técnica e as atividades realizadas com as pessoas idosas no grupo de convivência e fortalecimento de vínculos.

Orientações e encaminhamentos abarcam desde a simples atividade de entrega de um folheto pela recepção onde o Serviço é ofertado que informa, por exemplo, sobre os horários das atividades do SCFVI, até como se dá uma atividade mais complexa, como o encaminhamento ao CRAS de uma pessoa idosa em situação de dependência que necessita ser atendido por outra política pública como a de saúde, por exemplo.

A atividade de *informação, comunicação e defesa de direitos* diz respeito ao direito fundamental da pessoa idosa de acesso à informação, de comunicação e de proteção e defesa de seus direitos e ao dever de promoção desses direitos pelo serviço público. Relaciona-se à cidadania da pessoa idosa e à interface com outras políticas e sistemas de defesa de direitos como conselhos de defesa de direitos da pessoa idosa e ministérios públicos. Pode incluir, por exemplo, a realização de campanhas, de orientação quanto aos direitos previstos no Estatuto do Idoso, entre outros.

O *fortalecimento da função protetiva da família* permeia as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, fundamentado na matricialidade sociofamiliar da Política Nacional de Assistência Social. O trabalho social com famílias constitui atribuição específica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, mas o SCFVI também contribui para o fortalecimento da capacidade protetiva da família ao desenvolver atividades que fortalecem o convívio e os vínculos familiares e comunitários, como, por exemplo, encontros e oficinas intergeracionais com a participação de pessoas idosas e familiares. O grupo de convivência e fortalecimento de vínculos prevê atividades específicas que tratam da temática familiar, fortalecendo a função protetiva da família, quando, por exemplo, promove maior autonomia das pessoas idosas e o desenvolvimento de novas capacidades, afetando de forma positiva a organização familiar.

Mobilizar e fortalecer redes sociais de apoio também faz parte do trabalho do SCFVI. Para isso, é necessário que o técnico de referência e demais profissionais da equipe técnica conheçam os serviços ofertados para pessoas idosas no território. A articulação com a rede socioassistencial (que é de competência do CRAS) contribui para o acesso a outros serviços ofertados no território, podendo contar com a parceria de entidades em ações conjuntas e utilizando os recursos disponíveis. A constituição e gestão de redes socioassistenciais não é atribuição do SCFVI, mas este deve ter conhecimento da realidade, estar próximo do cotidiano das pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade.

Banco de dados de usuários e organizações deve ser previsto desde a implantação do SCFVI, pois são instrumentos essenciais para o desenvolvimento do monitoramento, acompanhamento e avaliação do Serviço. As informações que deverão ser registradas e sistematizadas são aquelas oriundas das atividades desenvolvidas no Serviço e devem ser encaminhadas ao técnico de referência do CRAS de forma periódica. Uma das informações essenciais que deve ser registrada é a frequência do usuário ao serviço, que deverá ser enviada ao técnico de referência mensalmente. Outra informação importante é o registro do trabalho desenvolvido pelo SCFVI, que poderá se constituir em um plano de trabalho. O encaminhamento dessas informações ao técnico de referência é necessário para que este tome conhecimento da participação do usuário e identifique ausências ou situações que poderão agravar a vulnerabilidade social. Para a sistematização das informações, o serviço poderá contar com profissional específico, como um técnico ou auxiliar administrativo, sendo responsável por registrar, organizar e acessar os dados disponíveis na Rede Suas ou outros sistemas locais.

A elaboração de relatórios é uma atividade que registra e sintetiza o trabalho realizado pelo serviço, devendo possuir um profissional formalmente responsável por sua elaboração, ainda que possa contar com a colaboração dos demais profissionais do SCFVI. Os relatórios podem ser denominados de Plano de Trabalho ou outra denominação usualmente utilizada.

Desenvolver o convívio familiar e comunitário é um dos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e também uma das características da natureza deste Serviço que é a convivência. Desta maneira, um dos eixos propostos para o SCFVI é a convivência social e intergeracional, que norteia várias atividades do trabalho com pessoas idosas, suas famílias e a comunidade.

Mobilização para a cidadania também se expressa no Serviço como um de seus eixos, relacionada ao protagonismo da pessoa idosa e sua participação social. Fundamenta dois dos temas transversais propostos: envelhecimento e direitos humanos e socioassistenciais e envelhecimento e participação social. Busca-se com as atividades de mobilização para a cidadania, não só fortalecer os direitos das pessoas idosas, como promover meios de atuação enquanto cidadãos capazes de contribuir com a sociedade.

2.2.2 Implantação do SCFVI

A implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas²² deve ser precedida de estudo que inclui diagnóstico da demanda, conhecimento do território e das necessidades da população idosa, da oferta dos serviços prestados para este público pela rede socioassistencial, com o objetivo de evitar sobreposição de ações, como também avaliação das condições materiais disponíveis, tais como espaço físico com acessibilidade e recursos humanos suficientes e capacitados para a implantação e manutenção do serviço. É importante que a decisão de oferta do SCFVI esteja alinhada com o plano municipal ou distrital que define as metas, as prioridades e a viabilidade financeira para execução dos serviços.

Para isso, o gestor municipal poderá contar com a vigilância socioassistencial, estudos prévios, diagnósticos realizados por outras instituições como o IBGE, dados recentes da realidade dos territórios, informações disponíveis nos sistemas da Rede Suas, documentos que expressam reivindicações dos usuários, deliberações de conferências municipais ou distrital da pessoa idosa, conhecimento acumulado no processo de acompanhamento das famílias pelo PAIF e de gestão de serviços socioassistenciais no município ou DF, diretrizes, metas, planos e orientações oriundas de compromissos e pactos federativos.

O estudo de condições e necessidades para implantação do serviço produz informações importantes para sua execução de forma qualificada. A implantação deve ser realizada de forma planejada, prevendo prazos para cumprimento de cada etapa e contar desde seu início com as condições e formas de monitoramento, acompanhamento e avaliação do serviço. Isto permitirá observar se o objetivo proposto está sendo alcançado, no tempo e com os custos previstos. A avaliação, o monitoramento e o acompanhamento fornecem informações essenciais para a gestão do serviço, como principais dificuldades, resultados, recursos encontrados no território que facilitam sua execução, etc. Os dados sistematizados facilitarão a tomada de decisão, a definição de novos rumos, constituindo elementos úteis para um planejamento contínuo com definição de novas metas a cada etapa cumprida.

Uma das etapas do processo de implantação do Serviço é a definição de seu lugar de oferta, ou seja, o espaço físico. O estudo que embasou a decisão de implantação do Serviço poderá indicar elementos que auxiliem esta definição, que deverá guiar-se por um dos princípios do SUAS, que é a descentralização, ou seja, a oferta dos serviços nas localidades próximas de seus usuários, observando o mapeamento dos territórios de vulnerabilidade social e a oferta no território de abrangência do CRAS, quando a oferta não for realizada no próprio CRAS.

²² O MDS elaborou orientações para implantação de CRAS, incluindo as atividades principais para instalação da unidade (BRASIL/MDS, 2009, b). Esta pode ser uma referência útil para a implantação do SCFVI, resguardado às proporções, por se tratar de um serviço e não de uma unidade física que poderá abranger um conjunto de serviços.

“(...) os equipamentos sociais são ativos comunitários, socialmente apropriáveis, capazes de ampliar as possibilidades de acúmulo de habilidades e o nível de cidadania local.” (CASTRO, 2009, p. 38)

O espaço físico deve ser compatível com a quantidade de usuários que participarão das atividades ofertadas no local, além de apresentar condições de infraestrutura necessária para a execução do serviço, tais como iluminação, ventilação, limpeza e conservação adequadas, mobiliário adaptado às condições dos usuários, equipamentos permanentes e de consumo (como os recursos socioeducativos) entre outros. Os recursos físicos necessários à realização do serviço incluem espaço para a recepção dos usuários, sala de atividades coletivas, sala para atividades administrativas e instalações sanitárias adaptadas. Além disso, poderá contar com outras características, de acordo com a cultura local, e com espaços externos, ao ar livre, para a execução das atividades do serviço.

O espaço físico utilizado para a oferta do SCFVI pode ser potencializado por meio da combinação de horário de oferta e desenvolvimento de atividades conjuntas, uma vez que os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizados por ciclo de vida devem prever em seu planejamento atividades intergeracionais. Isso significa que em um mesmo espaço físico podem ser ofertados os serviços de convivência previstos pela Tipificação, desde que sua carga horária, condições de trabalho e grade de atividades sejam respeitados. Também os profissionais podem atender a diferentes grupos, respeitadas as particularidades, as habilidades de cada profissional, as exigências para a execução de cada serviço e as prioridades identificadas pelo gestor local. Ou seja, poderá, por exemplo, existir a oferta de SCFV para crianças até seis anos nas segundas e quartas-feiras em um determinado CRAS e nas terças e quintas-feiras ser ofertado o SCFV para pessoas idosas no mesmo espaço físico, horário e com a mesma equipe técnica, desde que a oferta de um serviço para determinada faixa etária não prejudique a qualidade de oferta do outro.

A implantação do Serviço requer uma equipe profissional capacitada para organizar o início das atividades, tais como divulgação e recepção dos usuários, observando o princípio da transparência e publicidade dos critérios de inserção e definição de usuário contida na Tipificação Nacional de Assistência Social, além da articulação com o PAIF. Os profissionais que compõem a equipe técnica do SCFVI deverão ser capacitados em conteúdos relativos ao SUAS, ao processo de envelhecimento, incluindo conteúdos que enfoquem a gestão dos serviços ofertados. A composição e atribuições da equipe de profissionais do SCFVI serão abordados em item específico deste documento.

Para viabilizar a referência ao CRAS e a articulação com o PAIF, é necessário que a gestão municipal defina fluxos, formas de organização e procedimentos de acompanhamento

dos encaminhamentos realizados²³. Isto facilitará e otimizará a ação conjunta que resultará no aumento da qualidade e efetividade dos serviços prestados. A troca de informações entre os profissionais, a criação de espaços que promovam o compartilhamento de experiências entre as equipes, o planejamento conjunto, a avaliação do trabalho realizado, a realização de encontros que promovam o diálogo e potencializem o desenvolvimento de um trabalho integrado, com responsabilidades compartilhadas, são situações ricas de aprendizagem, de criatividade e de geração de alternativas e soluções para os desafios colocados pela realidade.

2.2.3 Formação e composição do grupos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas compõe a política pública de assistência social, sendo, assim, destinado à população que dela necessita. Está constituído como um serviço de proteção social básica que visa à prevenção de riscos sociais e à universalização de acesso para toda a população potencialmente usuária.

Como já citado na primeira parte deste documento, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define como usuários deste serviço “idosos(as) com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial:

- *Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;*
- *Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;*
- *Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço”.* (BRASIL, 2009 c, p. 12)

Para que os grupos sejam formados em consonância com as prioridades estabelecidas, faz-se necessária a gestão integrada de benefícios e serviços²⁴, a referência e contrarreferência entre as duas proteções sociais e a articulação intersetorial. A inclusão de beneficiários do BPC e de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, requer articulação entre o coordenador do CRAS e os responsáveis pela gestão dessa informação no Município ou Distrito Federal, estabelecendo fluxos de encaminhamento e garantindo o acesso às listas do PBF e BPC.

A inserção dos usuários no SCFVI deverá, sempre que possível, ser realizada por meio de encaminhamento do CRAS, ainda que o acesso se dê por demanda espontânea, por ação de

²³ O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS é uma referência importante para a definição de fluxos e procedimentos de gestão integrada (MDS, 2009 d).

²⁴ O MDS publicou o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS que acorda procedimentos de gestão integrada de serviços destinados a usuários do PBF, PETI, BPC e benefícios eventuais (MDS, 2009 d).

busca ativa do PAIF, encaminhamento da rede socioassistencial ou das demais políticas entre outros.

O SCFVI ofertado em unidade diferente do CRAS, como um Centro de Convivência de Idosos, por exemplo, além dos usuários encaminhados pelo CRAS, poderá receber demanda espontânea de pessoas idosas e encaminhamento direto de outras entidades que atendem esse público, como Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa e de outras políticas setoriais. É importante estabelecer que, independente da origem da demanda, a informação sobre a inclusão de pessoas idosas no SCFVI passe pelo CRAS, para garantir o referenciamento do usuário e sua família. A gestão do Município ou do Distrito Federal deve definir fluxos de atendimento e informação, de modo a desburocratizar e facilitar o acesso dos usuários, sem perder a referência do CRAS como “principal porta de entrada” do SUAS. A articulação²⁵ da rede de proteção social básica referenciada ao CRAS consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informação e encaminhamentos entre CRAS e as demais unidades da rede de proteção básica do território. Essa articulação visa promover o acesso dos usuários aos demais serviços socioassistenciais e ainda possibilita que a família do usuário tenha assegurado o acesso ao PAIF.

Sugere-se que os grupos sejam compostos por cerca de 25 pessoas idosas, com uma variação de 15 a 30 participantes, sendo flexível para se adequar às condições de espaço físico, recursos humanos e demanda de usuários. Os grupos devem ser constituídos com transparência e ampla divulgação dos critérios adotados para a inserção dos usuários.

Quando a demanda de usuários for maior do que 30 pessoas idosas, o ideal é constituir dois grupos. Deverá ser considerado, entre outros aspectos, demanda dos usuários, disponibilidade de equipe técnica e de espaço físico para oferta dos grupos.

A participação das pessoas idosas no Serviço é livre, não se constituindo em condição ou obrigação, mas ao aceitar participar, a pessoa idosa assume um compromisso com o grupo e com o serviço, em uma relação recíproca de direitos e deveres. Assim, é uma participação orientada pelo interesse das pessoas idosas, pelo contato com os pares, cujo compromisso é gerado pelos acordos de convivência estabelecidos pelo grupo, fortalecidos por uma motivação que deve ser cultivada a cada encontro, por princípios éticos e de respeito à diferença.

A construção coletiva de um acordo de convivência possibilita a definição de horários a serem cumpridos pelos integrantes do grupo, reconhecimento das suas expectativas em relação ao serviço e à sua participação na família e sociedade, dentre outras questões que podem contribuir com o andamento das atividades. Deve ser considerada a possibilidade de

²⁵ Caderno “O CRAS que temos O CRAS que queremos”, Volume I.

uma conversa sobre os conteúdos já trabalhados pelo grupo de modo a facilitar o ingresso da pessoa idosa e evitar perda de informações importantes, como o acesso a direitos e a serviços.

O ideal é que as pessoas idosas ingressem no início dos encontros regulares, no Percorso I, e possam participar de todo o ciclo do serviço. No entanto, não há impedimento para entrada de usuários em outros momentos ou percursos, desde que a equipe técnica avalie a necessidade desta inclusão e o melhor momento para que ela ocorra. É necessário que haja um acompanhamento tanto do ponto de vista do grupo, que deve ser informado, preparado e estar aberto para receber um novo integrante, quanto da parte do novo participante, que deverá saber que o grupo já está em andamento, sendo informado dos acordos e regras de funcionamento, assumindo um compromisso de integração.

É necessário definir, em conjunto com a equipe do PAIF, a rotina de inserção de novos usuários no serviço. Por exemplo, poderá ser definido que a inclusão de pessoas idosas no SCFVI será feita mensalmente, no primeiro encontro regular do mês. Deve-se estabelecer uma periodicidade de reuniões entre as equipes técnicas do SCFVI e do CRAS.

2.2.4 Proposta de organização do traçado metodológico

O desenho proposto para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, a ser desenvolvido em grupos, se constitui de encontros regulares, encontros mensais ou ao final do percurso, oficinas e atividades de convívio de livre participação.

O SCFVI está organizado da seguinte forma:

- **Encontros regulares:** grupo de convivência e fortalecimento de vínculos formado por 15 a 30 usuários que participarão de encontros semanais com duração de até duas horas. Portanto, sugere-se a realização de um encontro regular por semana com duração de 02 (duas) horas. É central e essencial à execução do SCFV.

- **Encontros mensais ou ao final de cada percurso:** encontros realizados uma vez ao mês ou na finalização de cada percurso, podendo promover a participação de diversos grupos, de familiares e pessoas da comunidade, como, por exemplo, confraternizações, exposições e apresentações.

- **Oficinas:** realizadas com o grupo de pessoas idosas dos encontros regulares para aprofundar temas transversais, devendo ser realizadas pelo menos duas oficinas ao longo do percurso, com duração de oito horas.

- **Atividades de convívio:** de livre participação das pessoas idosas do grupo regular e outras pessoas idosas da comunidade. Realizadas pelo menos uma vez por semana, como, por exemplo, atividades culturais (sessões de cinema, coral, música, poesia); atividades físicas (yoga, alongamento, hidroginástica, dança); atividades manuais (bordado, pintura, jardinagem, artes plásticas), etc.

A parte III deste documento, que aborda o traçado metodológico do Serviço, descreve sua organização de forma detalhada.

2.2.5 Recursos Humanos

Para a execução do SCFVI, garantindo que os usuários obtenham as aquisições previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais²⁶, é necessário que a equipe seja constituída, ao menos, por um Técnico de Referência (técnico de nível superior do CRAS) e pelo Orientador Social (profissional responsável pelo grupo). Poderá ser agregado o Facilitador de Oficinas, de forma opcional. A equipe pode acompanhar grupos diferentes, mas é importante que cada grupo se identifique com o profissional com função de Orientador Social, visto que ele é o responsável pela organização e desenvolvimento do grupo, além de estimular a participação das pessoas idosas. A gestão municipal pode avaliar a possibilidade de contratação de outros profissionais para a ampliação da equipe e diversificação das atividades, como é o caso de facilitadores de oficinas ou de um técnico de nível superior específico para o serviço.

Compõe a equipe de referência para o SCFVI:

- Técnico de nível superior do CRAS: é o profissional de referência do SCFVI no CRAS. Compete a ele:

1. conhecer as situações de vulnerabilidade e risco social e das potencialidades das famílias do território de abrangência do CRAS;
2. participar da definição dos critérios de inserção das pessoas idosas no SCFVI;
3. realizar o encaminhamento de pessoas idosas para a inserção no SCFVI;
4. acompanhar as famílias dos usuários que frequentam o serviço e apresentam situações de vulnerabilidade que requerem a proteção da assistência social;
5. receber mensalmente a frequência ao serviço e analisar as demais informações prestadas;
6. realizar reuniões periódicas com o Orientador Social do SCFVI;
7. desenvolver atividades coletivas com as famílias dos usuários do serviço;
8. registrar as ações coletivas desenvolvidas com as pessoas idosas e suas famílias;
9. divulgar o SCFVI no território;
10. articular ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência do CRAS;

²⁶ As aquisições previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais para o SCFVI são: Segurança de acolhida; Segurança de Convívio Familiar e Comunitário; Segurança de Desenvolvimento da Autonomia.

11. Avaliar, junto às famílias, os resultados e impactos do SCFVI.

- Técnico de, no mínimo, nível médio, com função de Orientador Social, responsável pela execução do SCFVI. O perfil deste profissional requer conhecimento da PNAS e Estatuto do Idoso e, de preferência, experiência na área do envelhecimento e de trabalho com grupos. Compete ao Orientador Social:

1. organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas transversais e conteúdos previstos no percurso;

2. desenvolver oficinas esportivas, culturais e de lazer, em caso de habilidade para tal;

3. registrar a frequência das pessoas idosas e das ações desenvolvidas no percurso;

4. encaminhar a frequência e demais informações sobre a execução do SCFVI mensalmente, ao técnico de referência do CRAS;

5. participar de atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço, juntamente com os demais membros da equipe;

6. atuar como referência para as pessoas idosas no desenvolvimento do SCFV e demais profissionais que desenvolvem atividades com o grupo sob sua responsabilidade;

7. manter em arquivo o registro das informações sobre a execução do Serviço e participar de capacitações;

8. informar ao técnico de referência a identificação de contextos familiares e outras informações que podem afetar a participação do usuário no serviço (exemplo: mudança brusca de atitude, sinais de violência ou negligência, etc).

- Técnico de nível médio para exercer a função de Facilitador, de contratação opcional, sendo que suas funções poderão ser acumuladas pelo Orientador Social, desde que garantida a oferta com qualidade do serviço.

1. desenvolver atividades de convívio e oficinas, podendo participar dos encontros regulares, desenvolvendo atividades que contribuam para o alcance dos objetivos do percurso;

2. organizar e coordenar atividades, oficinas e eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, objetivando promover e qualificar o convívio social e comunitário;

3. desenvolver outras oficinas para as quais possua aptidão;

4. participar de atividades de capacitação da equipe;

5. participar de atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço, juntamente com a equipe de trabalho.

Para a função de facilitador, pode-se buscar profissional de outra política pública, de instituição conveniada, estagiário, voluntário da comunidade, familiar de um dos usuários ou ainda com um dos usuários do SCFVI, desde que seja uma atividade compatível com as habilidades, experiências e capacidade técnica. Por exemplo, poderá fazer uma parceria com uma escola de música cujos alunos possam ser responsáveis por uma atividade de convívio, realizando apresentações culturais uma tarde por semana ou mesmo o Serviço poderá

constituir em campo de estágio para estes alunos que poderão, por exemplo, formar um coral de pessoas idosas.

A importância para o SCFV do papel de articulação do CRAS

A gestão da rede socioassistencial de proteção social básica no território é responsabilidade do CRAS, especificamente de seu coordenador, com o apoio do nível central. A articulação da rede de proteção social básica referenciada ao CRAS é “uma atividade de gestão e consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica no território²⁷”. Esta articulação também inclui os serviços referenciados ao CRAS, inclusive o SCFVI, quando sua oferta é feita de forma indireta, em outra unidade pública ou entidade privada de assistência social. A articulação da rede de proteção social básica pelo CRAS é condição para que os serviços de convivência ofertados no território de sua abrangência sejam a ele referenciados, tornando possível realizar assim a articulação do PAIF com os demais serviços.

“O CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Ao eleger a territorialização como eixo estruturante do SUAS, reconhece-se que a mobilização das forças no território e a integração de políticas públicas podem potencializar iniciativas e induzir processos de desenvolvimento social. A integração de políticas, por sua vez, é potencializada pela clareza de objetivos e pela definição de diretrizes governamentais.” (BRASIL, 2009 c, p. 13-14)

O referenciamento dos serviços ao CRAS visa assegurar o compartilhamento de informações entre os técnicos do PAIF e dos serviços que possibilitem ampliar a capacidade protetiva das famílias, por meio da responsabilização do estado e do trabalho articulado. Expressa ainda a centralidade do PAIF e o caráter de complementariedade dos serviços.

Para garantir essa articulação, faz-se necessário que o gestor local organize a rede socioassistencial e estabeleça fluxos institucionalizados. Caso o serviço seja ofertado por entidades privadas de assistência social conveniadas com o setor público, o termo de convênio deve estabelecer condições a serem seguidas por essas unidades de forma a garantir o referenciamento ao CRAS. Deverá constar do termo de convênio, entre outras condições:

- capacidade instalada de estrutura física, recursos humanos e de gestão adequados às exigências para a execução do serviço;
- oferta de serviços de acordo com a regulação e orientações do MDS;
- realização de reuniões periódicas da equipe técnica responsável pela execução do serviço com o técnico de referência do CRAS;

²⁷ Orientações Técnicas, Metas de Desenvolvimento do CRAS, Volume 1, pg 46.

- participação dos profissionais em reuniões e capacitações;
- inserção no serviço de acordo com prioridades e critérios definidos e em decorrência dos encaminhamentos do CRAS;
- fornecer informações sobre a oferta de serviços e encaminhá-las ao gestor.

A intersetorialidade nas políticas para a pessoa idosa

A intersetorialidade é uma ação de gestão de competência do gestor local, municipal ou do DF, que deve exercer o papel de articulador entre as diversas políticas públicas. Entretanto, em relação à pessoa idosa, é preciso ter conhecimento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – RENADI²⁸, criada, em 2006, na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, como processo de articulação intersetorial, que está sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, assim como, a Política Nacional do Idoso.

A RENADI congrega esforços governamentais e não governamentais na luta pelos direitos das pessoas idosas, no combate a formas de discriminação e outras violações de direitos, na melhoria da qualidade de vida deste segmento da população e na ampliação e fortalecimento das possibilidades e oportunidades de contribuição das pessoas idosas para a sociedade. As Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa têm sido o meio mais expressivo de congregar as ações da RENADI, constituindo um canal importante de comunicação e articulação dos diversos atores, e conta com a participação de representantes das três esferas do governo e da sociedade civil. A construção da RENADI requer a integração entre Estado e sociedade civil, com foco na realização de parcerias e na integração de ações e serviços.

O SCFVI, enquanto serviço socioassistencial público destinado a pessoas idosas, faz parte das ações da RENADI, juntamente com os serviços de outras políticas públicas destinadas a esse público, e deve assumir seu papel neste esforço coletivo de realização de um trabalho integrado e articulado. A especificidade do SCFVI se dá, principalmente, pela prestação de serviço de proteção social básica de convivência e fortalecimento de vínculos. A assistência social constitui uma área estratégica para a manutenção de uma ampla rede de proteção para as pessoas idosas, que vai para além do Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Constituição. Além disso, a assistência social contribui para a melhoria do bem-estar da pessoa idosa, na medida em que proporciona possibilidades de participação social.

Desta maneira, o gestor local, ao realizar a articulação intersetorial no território, envolvendo os serviços socioassistenciais para pessoas idosas, deve levar em consideração as diretrizes da RENADI, esta rede mais ampla de proteção social da pessoa idosa. A integração das diversas ações da assistência social – entre si e com as demais políticas voltadas a pessoa idosa – é um passo importante para o alcance dos objetivos desta Rede.

²⁸ Texto base da 2ª CNDPI, 2009.

Esta parte do documento tratou da organização do SCFVI. A seguir será apresentada a proposta de traçado metodológico para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, com o objetivo de contribuir para que os entes federados envolvidos na gestão e oferta do SCFVI possam ter elementos essenciais para realização de investimento na capacitação e qualificação da equipe técnica responsável por sua execução.

VERSÃO PRELIMINAR

PARTE III

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas: Traçado Metodológico

VERSÃO PRELIMINAR

3. Parte III - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas: Traçado Metodológico

3.1. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

Em novembro de 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Resolução nº 109, definindo os serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social, organizados por nível de complexidade, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é fruto de um esforço da área da Assistência Social, coordenado, desde 2007, pela Secretaria Nacional de Assistência Social, que objetivou definir e caracterizar os serviços socioassistenciais, visando uniformizar, estabelecer padrões e critérios mínimos para os serviços desenvolvidos em todo o país.

Para a proteção social básica, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é um marco importante no processo de organização desta proteção. Assim, segundo a Tipificação, os serviços de proteção social básica são:

1. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
2. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
3. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

Estes serviços estão definidos e caracterizados na Tipificação segundo uma matriz padronizada e segue a lógica da proteção social básica, que tem como principal serviço o PAIF, executado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é organizado de acordo com o ciclo de vida e esse documento trata especificamente do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem a seguinte definição geral:

“Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no

território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009 c, p. 9)”

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser desenvolvido de forma planejada, a partir de “situações desafiadoras” que devem ser criadas com o objetivo de orientar, estimular e promover o desenvolvimento de habilidades, aquisições e potencialidades de forma progressiva. Assim, busca romper com ações pontuais, não planejadas e sem definição clara de objetivos, constituindo em um serviço caracterizado por atividades continuadas, ressaltando os objetivos da proteção social básica de prevenção de riscos sociais e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A Tipificação dispõe sobre a descrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para cada público, de acordo com o ciclo de vida. No caso do serviço para pessoas idosas, consta a seguinte descrição:

“Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir. (BRASIL, 2009 c, p. 11)”

Quanto aos objetivos, a Tipificação Nacional estabelece objetivos gerais para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e objetivos específicos para o serviço para pessoas idosas. Os objetivos estão relacionados a seguir:

Objetivos gerais:

- *Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;*
- *Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;*
- *Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;*
- *Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;*

- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários. (BRASIL, 2009 c, p. 12)”

Objetivos específicos:

- “- Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
- Assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária;
- Detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida;
- Propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários. (BRASIL, 2009 c, p. 13)”

A partir da descrição e dos objetivos definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, apresentaremos a proposta de traçado metodológico para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas.

3.2. Proposta de desenho do SCFVI

3.2.1. Grupos

A partir da definição anteriormente descrita, como serviço realizado em grupos, abordaremos o grupo como principal recurso metodológico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas. Algumas questões nortearão nossas reflexões, tais como: o que constitui um grupo? Qual a importância do grupo? Como trabalhar em grupo?

Um grupo é mais do que a união de indivíduos ou a simples presença de pessoas numa sala, como por exemplo, pessoas numa sala de espera de um consultório ou na fila de um banco não constituem, necessariamente, um grupo. Um grupo requer relação entre seus membros, constituição de vínculos e o desenvolvimento do sentimento de pertença. Ao longo de nossa vida, participamos de muitos grupos, sendo primeiro deles o grupo familiar, em seguida, podemos citar o grupo formado por alunos de uma mesma turma escolar, além de vários outros grupos que participamos durante a infância, como o grupo de crianças de uma mesma rua, bairro ou prédio. Os grupos estão presentes em nosso cotidiano, fazendo parte de cada fase da vida como a adolescência, a vida adulta com o grupo de trabalho e também na velhice. Assim, a participação em grupos, sejam espontâneos ou não, é

uma característica da vida em sociedade e expressa a natureza gregária do ser humano, de estar em relação com o outro.

Estar em relação, em contato com outras pessoas é uma necessidade do ser humano do início ao fim de sua vida. É a partir das relações estabelecidas que o ser humano se desenvolve, que descobre o mundo e a si mesmo, que expressa sua individualidade e constrói sua identidade. A singularidade de cada pessoa é apenas visível na relação entre os diferentes, gerando a pluralidade, base da convivência. A vida social é composta por estas características – relação, contato, outro, diferenças, tensões, conflitos, singularidades, pluralidade, convivência – e assim também é a vida dos grupos sociais.

Quando tratamos do grupo como instrumento metodológico, nos referimos a um grupo que não é espontâneo, mas um grupo criado para um determinado fim, que não faz parte da rotina diária, e, no nosso caso, que se constitui em principal ferramenta para um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Desse modo, é um grupo com um objetivo específico e para que seja cumprido é necessário que estes objetivos estejam claros e que os meios para alcançá-los sejam possíveis e viáveis.

Ainda que seja um grupo criado, ele não deixa de ter as características gerais de qualquer grupo que, entre outras coisas, é permeado de tensões, relações de poder, conflitos comuns a qualquer relação de convivência, presentes na sociedade como um todo. Mais do que evitar os conflitos e tensões é interessante que o grupo possa constituir-se em espaço de acolhimento, reflexão e debate. Afinal, as diferenças e divergências são forças criativas e produtoras de movimento e necessárias para a vida social, democrática e plural e para o desenvolvimento do indivíduo. Dessa forma, é necessário haver no grupo abertura para as discordâncias e conflitos, para que possam ser expressos, gerando transformações, afirmando identidades, potencializando a participação e produzindo uma convivência mais plena e plural.

O grupo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é de livre participação, desde que seus usuários atendam aos critérios definidos para a inserção, conforme já apresentado na Parte II deste documento. Ou seja, não há obrigatoriedade para que os usuários participem do grupo ofertado por este serviço, mas ao aceitar essa participação gera um compromisso com o grupo.

O grupo proposto como recurso metodológico é compreendido como uma criação coletiva em que seus membros possam se encontrar, participar de suas atividades e se fazer presentes não como mero espectadores, mas como principais agentes. Assim, o grupo tem que fazer sentido para cada um de seus integrantes e o melhor modo para isso é constituindo-se em um lugar de troca, de compartilhamento de experiências, de histórias e vivências significativas. No grupo, cada um de seus

integrantes é parte importante; traz contribuições para o coletivo do grupo e também aprende com esse, com as experiências trazidas por cada um de seus membros. Essa troca consiste em uma vivência rica, característica da experiência de grupo. Compartilhar experiências possibilita amparo, proteção, e tem a capacidade de gerar uma multiplicidade de outras vivências em cada um dos participantes do grupo.

Deste modo, o grupo tem a capacidade de proporcionar sentimento de interdependência, de ampliar a consideração mútua entre seus integrantes, fortalecendo a autoestima e a identidade, constituindo-se em uma referência significativa de valores e afetos para os participantes (Carlos, 1998). Deve se pautar no diálogo, no respeito à diferença, exercitando a ética da convivência, constituída de singularidades, diversidade, sentimentos comuns e experiências compartilhadas.

Silveira (2002) ao tratar de encontros intergeracionais incluindo pessoas idosas, traz a seguinte definição para grupo:

“Num grupo é possível discutir temas referentes às características, necessidades, preocupações, semelhanças e diferenças intra e intergerações, conflitos e possibilidades de intercâmbio entre pessoas de faixas etárias bastante diferentes. O grupo é um espaço ímpar para assimilação de novas atitudes, promovendo mudanças rápidas e eficientes. O grupo permite que se veja uma mesma situação de maneiras diferentes, favorecendo o respeito às diferenças. O grupo informa, esclarece, reorganiza. Além do mais, ele apóia e melhora o relacionamento interpessoal e neste sentido, o compartilhar faz descobrir identidades. Embora o grupo seja um lugar de interação e comunicação, não são apenas as características sociais que se desenvolvem. Nele as pessoas podem tomar consciência dos seus traços mais individuais, dos seus medos, do que acha que deve ser guardado como segredo, dos sentimentos mais ocultos, que podem ou não ser partilhados, de suas preferências, de seus gostos, de sua função e do seu papel dentro e fora dele.”

Cada grupo tem suas regras, formas de convívio e padrões de relacionamento. Algumas destas regras são claras e definidas pelos próprios integrantes desde o início do grupo, outras são formadas gradativamente na convivência e muitas vezes não são expressas abertamente, mas exercem, às vezes, mais influência do que aquelas que são conhecidas de forma direta. É importante que os integrantes do grupo participem da definição das regras desde seu início e que, quando necessário, haja espaços de reflexão sobre os acordos estabelecidos, as combinações implícitas e possibilidades de se fazer os ajustes necessários.

É importante destacar que o grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não objetiva ser um espaço psicoterápico, pois esta não é sua finalidade.

O grupo deve ser considerado como um espaço de possibilidades, privilegiado para o convívio, participação e criação. Assim, é fundamental que seja conduzido por um profissional que o compreenda como um processo em que a participação dos

integrantes é fundamental. Cabe a este profissional propor o estabelecimento das regras iniciais, observar os acordos implícitos e o movimento do grupo, estando atento às necessidades do grupo enquanto coletivo, bem como à individualidade dos participantes.

Merece também destaque as dificuldades vividas pelo grupo que não dizem respeito apenas aos conflitos, mas a impasses referentes à dinâmica grupal (Silveira, 2002). Por exemplo, há participantes que tendem a conduzir o grupo, utilizando sempre da palavra e dificultando que outros integrantes, como os mais tímidos, possam se expressar. Geralmente, isso ocorre quando há uma liderança no grupo que habitualmente está acostumada a exercer o lugar de poder em diversas situações da vida cotidiana e é provável que tenda a exercer este papel no grupo. Outro componente pode demonstrar impaciência ou irritabilidade com a maneira mais lenta ou prolixa de outro se expressar; outros podem fazer alianças de forma a excluir alguns membros; há ainda aqueles paternalistas que querem dar conselhos, apaziguar ânimos ou solucionar problemas com exemplo da própria experiência. Estes processos de grupo são situações características do convívio e das relações com o outro e que exigem experiência e habilidades do facilitador no trabalho com grupos que deve ter em mente os propósitos do Serviço.

A vivência em grupo é bastante rica, diversa, e expressa a variedade de situações vividas socialmente e a abundância de possibilidades das relações humanas. Contudo, o trabalho com grupos no contexto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve se fundamentar no diálogo, no respeito e na valorização do conhecimento, experiências e interesses dos participantes.

3.2.2. Eixos estruturantes

Com o objetivo de nortear a proposta de metodologia do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas propomos que este seja desenvolvido com base em três eixos estruturantes:

- 1) Convivência Social e Intergeracionalidade;
- 2) Envelhecimento Ativo e Saudável; e
- 3) Autonomia e Protagonismo.

Estes eixos visam planejar e organizar o serviço de modo que as atividades sejam desenvolvidas de maneira integrada e orgânica e se constituam em situações criativas e desafiadoras, visando alcançar os objetivos do Serviço.

3.2.2.1. Convivência Social e Intergeracionalidade

O eixo Convivência Social e Intergeracionalidade agrega elementos ao longo do Serviço que visam o desenvolvimento de sociabilidades, estimulem vivências coletivas, o estar em grupo em relação com o outro, privilegiando a convivência intergeracional, de modo a fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir riscos sociais como a segregação e o isolamento. Esse eixo tem importância central para o serviço, pois serve de base para todas as atividades a serem desenvolvidas.

Além de ser uma característica da vida em sociedade, a convivência social é uma necessidade do ser humano e pensando no público a que se destina este serviço, é importante destacar alguns estudos, como o de Neri (2008), que apontam que a convivência social e, em especial, a amizade com pessoas da mesma geração, promove qualidade de vida para pessoas idosas, amplia seu bem-estar, fortalece a autoestima, a identidade, a sensação de liberdade e poder de escolha, influencia na sensação de sentir-se integrado em seu meio, desenvolve o sentimento de pertença, de fazer parte, e contribui para participação social e construção de novos projetos de vida.

A convivência intergeracional proporciona ganhos para pessoas de mais de uma geração, seja a pessoa idosa, a criança, o adolescente, o jovem ou o adulto. Permite a troca e a solidariedade entre as gerações, a mediação de conflitos, fortalece os laços e promove proteção social, principalmente, para os indivíduos que apresentam alguma vulnerabilidade em decorrência do ciclo de vida em que se encontram, como por exemplo, a criança pequena ou o pessoa idosa com idade avançada.

Do ponto de vista da pessoa idosa, alguns estudos, como o de Romero (2002), têm apontado que além de produzir bem-estar, a convivência intergeracional favorece uma melhor percepção de saúde pela pessoa idosa, principalmente, para os que convivem com pessoas menores de 18 anos, indicando que este arranjo familiar proporciona maior proteção social. No entanto, a intergeracionalidade deve ser pensada não só na perspectiva familiar, mas também da comunidade. A convivência intergeracional valoriza a contribuição da pessoa idosa para sociedade, reduz os preconceitos, produz novos sentidos e papéis sociais para as pessoas idosas, promove trocas afetivas e culturais, fortalece o sentimento de utilidade e enriquece o aprendizado das novas gerações com a vivência e experiências de pessoas mais velhas.

A intergeracionalidade é a convivência social privilegiada do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas por ser capaz de produzir interações sociais mais ricas entre os participantes, proporcionando, além de outros sentimentos, a alegria do compartilhar, do aprendizado mútuo e da vivência coletiva, reinventando novas formas de contribuir com a “construção de um mundo para todas as idades”.

3.2.2.2. Envelhecimento Ativo e Saudável

O eixo Envelhecimento Ativo e Saudável repercute o lema de conferências internacionais na área do envelhecimento, como a II Conferência Mundial do

Envelhecimento, realizada em Madri em 2002, que resultou na elaboração do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2007), em assembleias posteriores, como a realizada em Brasília, em 2007, conhecida como Madri + 5, e em pactos nacionais assumidos pelo governo brasileiro, como o Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo e Saudável, traduzindo o esforço da intersetorialidade entre as políticas públicas e a constituição de redes de proteção com a participação de governos, sociedade e usuários.

Este eixo traduz a concepção do direito ao processo de envelhecer com dignidade e congrega uma visão de velhice ativa e saudável. Desta maneira, é por meio deste eixo que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas é estruturado de modo a proporcionar entre os participantes uma vivência da velhice de maneira integrada, ativa e saudável com a orientação sobre práticas de autocuidado.

Por meio deste eixo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas tem como objetivo a realização de atividades que tratem do processo de envelhecimento, de ser pessoa idosa, das perdas e ganhos advindos com a idade, produzindo espaços de reflexão, debate e vivências que permitam ressignificar experiências, desenvolver habilidades, capacidades, novas motivações e possibilitem a construção de projetos de vida.

3.2.2.3. Autonomia e Protagonismo

O terceiro eixo estruturante do Serviço, denominado de Autonomia e Protagonismo, objetiva fortalecer o processo de autonomia e independência da pessoa idosa e seu protagonismo social. É com base nesse eixo que o Serviço busca desenvolver a autonomia da pessoa idosa, por meio de situações que proporcionem a realização de atividades que potencializem sua capacidade pessoal de produção, de escolha e decisão, valorizando experiências de independência, fortalecendo a autoestima, a identidade, o sentimento de liberdade e a sensação de domínio e controle sobre a própria vida.

É também por meio deste eixo que se pretende abordar no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa o protagonismo e a participação social das pessoas idosas, tendo como referência a participação de sua geração na construção da sociedade atual e as possibilidades presentes e futuras de contribuição social da pessoa idosa. Pretende-se, assim, propiciar vivências estimulantes e desafiadoras de participação social e espaço para exercício de sua cidadania e de suas possibilidades, capacidades e interesses de contribuir socialmente.

3.2.3. Temas transversais

Além dos três eixos estruturantes propostos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, apresentamos seis propostas de temas transversais a serem trabalhadas com os grupos em atividades planejadas, de acordo com os objetivos do Serviço.

3.2.3.1. Envelhecimento e Direitos Humanos e Socioassistenciais

O tema transversal Envelhecimento e Direitos Humanos e Socioassistenciais abordará a concepção da pessoa idosa como sujeito de direitos, cidadã, participante ativa da sociedade, com direitos e deveres. Desta maneira, as atividades do serviço tratarão de conteúdos referentes aos direitos humanos e socioassistenciais da pessoa idosa, baseado na Política Nacional de Assistência Social, no Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso, além de outros documentos de referência. Este tema também contemplará informações sobre participação em conselhos e outras instâncias de controle social, como, por exemplo, conselhos de defesa dos direitos dos idosos, conferências da pessoa idosa. Informações sobre os programas sociais de proteção a pessoa idosa também serão apresentados neste tema transversal, incluindo conteúdos que tratem da prevenção de riscos sociais, como a violência contra a pessoa idosa, entre outros.

3.2.3.2. Envelhecimento Ativo e Saudável

Envelhecimento Ativo e Saudável é o tema transversal que abordará conteúdos sobre o processo de envelhecimento e as características biológicas, psicológicas, emocionais, espirituais e sociais da pessoa idosa. A concepção da velhice como uma fase do desenvolvimento humano, com suas perdas e ganhos, influenciada por aspectos culturais e sociais, constituirá na base para o debate e reflexão. Neste tema, também serão abordados conteúdos referentes à sexualidade, finitude humana, e aberto espaço para reflexões dos participantes sobre a questão da espiritualidade. Serão propostas atividades físicas, de esporte, integração, lazer e oficinas, envolvendo conteúdos sobre práticas de autocuidado e sobre outros conteúdos relacionados à visão de uma vida ativa e saudável na velhice, podendo utilizar recursos pedagógicos, lúdicos, esportivos e recreativos.

3.2.3.3. Memória, Arte e Cultura

Memória, Arte e Cultura é o tema transversal que versará sobre a importância da memória na vida da pessoa idosa, a arte e a cultura enquanto manifestação individual e coletiva. Serão propostas atividades práticas que envolvam rodas de conversa sobre histórias de vida e da comunidade, desenvolvimento de habilidades artísticas e culturais, utilizando recursos lúdicos e pedagógicos, e realização de oficinas artísticas e culturais, como dança,

trabalhos manuais, etc. Será privilegiada a expressão artística e cultural das pessoas idosas, a partir de seus interesses, experiências e conhecimentos, sendo valorizado a contribuição das pessoas idosas nas atividades, fortalecendo sua participação, capacidade de escolha e decisão. Serão criadas oportunidades de interação com a comunidade, incluindo a participação de pessoas de outras gerações nos encontros, como forma de promover a convivência intergeracional e comunitária.

3.2.3.4. Pessoa Idosa, Família e Gênero

O tema transversal Pessoa Idosa, Família e Gênero abordará a temática da família na contemporaneidade e a relação com a pessoa idosa, visando o fortalecimento de vínculos familiares e incentivando a convivência familiar. A questão da feminilidade da velhice também será tema de reflexão, abrangendo as diferenças de gênero nesta etapa da vida, abordando a atribuição social e cultural da mulher, inclusive a idosa, nas atividades de cuidado. Como atividade prática deste tema transversal, serão privilegiadas atividades intergeracionais compostas por pessoas de mesma família, incluindo a utilização de recursos audiovisuais, lúdicos e pedagógicos.

3.2.3.5. Envelhecimento e Participação Social

O tema Envelhecimento e Participação Social objetiva suscitar o debate e a reflexão sobre o papel e o lugar da pessoa idosa na sociedade e suas possibilidades de contribuição. Desta maneira, abordará conteúdos que possibilitem o exercício da cidadania, estimulem o protagonismo, a participação social da pessoa idosa, desenvolvendo autonomia, habilidades e capacidades, fortalecendo, assim, sua identidade, seu autocontrole e seu sentimento de sentir-se útil e capaz. Serão propostas atividades que proporcionem à pessoa idosa uma ampliação do conhecimento sobre a localidade em que mora, de modo a fortalecer vínculos comunitários, estimular trocas e interação social, e instigar a construção de novos projetos de vida e a participação cidadã.

3.2.3.6. Envelhecimento e Temas da Atualidade

O tema transversal Envelhecimento e Temas da Atualidade irá propor conteúdos e atividades relacionados à contemporaneidade, assuntos inovadores e característicos da sociedade atual, tais como o uso da tecnologia, meios de comunicação, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, entre outros. Desta maneira, além de trazer informações sobre assuntos recentes, proporá atividades práticas como de inclusão digital, uso de novas tecnologias como cartão de banco e caixa automático, além de oficinas sobre temas

relacionados ao meio ambiente como a relação com a natureza, reciclagem de lixo, produtos orgânicos e sustentáveis. Todos os temas transversais pretendem ter uma centralidade que os caracterizem, mas de modo aberto e processual que permitam uma contínua construção. O tema transversal Envelhecimento e Temas da Atualidade, por estar em sintonia com as inovações e assuntos da contemporaneidade, tem uma ênfase maior neste processo de construção conjunta e coletiva em que o papel do facilitador do grupo e a participação das pessoas idosas, com seus interesses, são fundamentais.

VERSÃO PRELIMINAR

3.3. Traçado Metodológico

3.3.1. Da organização das atividades e prazo de duração

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deverá ser organizado em percursos de forma planejada para “garantir aquisições progressivas” às pessoas idosas:

“Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. (BRASIL, 2009 c, p. 9)”

Para alcançar essa finalidade, propomos que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos seja organizado em grupos de pessoas idosas, com carga horária definida em um único ciclo composto por cinco percursos. Desta maneira, o SCFV para pessoas idosas compreende:

- A. Encontros regulares do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos com periodicidade semanal e duração de até duas horas (*um encontro por semana de até duas horas*).
- B. Encontros mensais ou ao final de cada percurso, podendo envolver a participação de diversos grupos, de familiares e pessoas da comunidade.
- C. Atividades de convívio de livre participação, realizadas no mínimo uma vez por semana (*uma ou mais atividades de convívio ao menos uma vez semana*).
- D. Oficinas que aprofundem os temas transversais, realizadas pelo menos duas, com duração mínima de oito horas.

A. Encontros Regulares

Os encontros regulares são constituídos por atividades reflexivas e vivenciais realizadas com periodicidade semanal, com a participação das pessoas idosas que integram o mesmo grupo. As atividades a serem desenvolvidas estão propostas em um ciclo organizado em percursos, devendo ser planejadas, sistematizadas e avaliadas de

forma contínua, com a participação das pessoas idosas. No próximo tópico, apresentaremos uma sugestão de atividades teóricas e práticas para cada percurso, baseada nos três eixos estruturantes e seis temas transversais propostos anteriormente.

B. Encontros mensais

Os encontros mensais caracterizam-se por momentos comemorativos que servem para realizar o fechamento de uma atividade. Constituem-se numa síntese de um tema trabalhado, que geralmente é apresentada para o próprio grupo de pessoas idosas, e também para outras pessoas, como familiares e comunidade. Além de atividade síntese e integradora, visa também favorecer o convívio, sendo comum envolver recursos lúdicos, culturais e recreativos.

Por exemplo, o grupo trabalhou o tema da memória e decidiu realizar como atividade síntese um encontro no mês. Nesse encontro cada um trouxe um álbum contando sua história, utilizando figuras e fotos da época, como também algumas fotos pessoais. Neste momento, participaram apenas as pessoas idosas do mesmo grupo com o objetivo de fortalecer os laços entre eles e promover um espaço de troca de experiências e vivências pessoais. No mês seguinte, resolvem ampliar o tema e realizam uma exposição para comunidade, contando o modo de vida da geração da qual fazem parte, os momentos históricos que participaram, apresentando histórias do lugar onde vivem, curiosidades, gracejos, conquistas, lutas e dificuldades. Desta maneira, além de favorecer os vínculos comunitários, o encontro proporciona o convívio comunitário, familiar e intergeracional, fortalece a identidade e autoestima das pessoas idosas, ao constituir-se em oportunidade de valorização de suas histórias e experiências.

C. Atividades de convívio

Consistem em atividades livres, recreativas, esportivas, culturais e de lazer, que visam à interação social das pessoas idosas e destas com a comunidade, como também o desenvolvimento de práticas de vida saudáveis, por meio da realização de atividades físicas e culturais. Deverá ser ofertada ao menos uma atividade, com duração de duas horas semanais. Podem ser desenvolvidas várias atividades de convívio, de acordo com as possibilidades profissionais e de infraestrutura da unidade onde o Serviço é ofertado e, é claro, do interesse das pessoas idosas.

As atividades de convívio podem ser ofertadas por unidades de outras políticas públicas, tais como cultura, esporte e lazer; por organizações não governamentais; pessoas da comunidade; voluntários; familiares; ou mesmo pelas próprias pessoas idosas. Assim, se apresentam como possibilidade de parceria, articulação em rede e de integração entre políticas públicas, além de constituir em rica oportunidade de interação com a comunidade e de convivência intergeracional, com a possibilidade de participação de pessoas da comunidade.

Como exemplo, podem ser realizadas sessões de filmes com debates; cafés da manhã com alongamento, prosa e poesia; exposições de artistas locais organizados por entidade que trabalhe com cultura popular; encontros organizados pelas próprias pessoas idosas para conversas informais; uma série de atividades que tenha como objetivo principal a convivência e a interação social de forma livre e espontânea.

D. Oficinas

As oficinas visam aprofundar um tema desenvolvido no grupo, preferencialmente de maneira prática, utilizando uma carga horária maior que os encontros semanais, por exemplo, de oito horas, abrangendo atividades durante um dia inteiro ou por duas manhãs ou tardes. As oficinas devem abordar um tema específico e ser organizadas e planejadas para atingir objetivos determinados. Elas podem envolver apenas os participantes do grupo ou, dependendo de seus propósitos, pode ter a participação de outras pessoas.

Pode-se realizar uma oficina intergeracional de confecção de brinquedos com a participação de netos dos idosos de um mesmo grupo. Uma oficina como esta é uma atividade que necessita uma carga horária maior, requer planejamento, estrutura e materiais pedagógicos, artísticos e culturais. Tem a possibilidade de atuar em várias direções: seja desenvolvendo capacidades e habilidades dos idosos na produção de brinquedos, que podem se basear nas brincadeiras de infância, nas aptidões, experiências e interesses em confeccionar objetos como bonecas de pano, carros de madeira, etc., trabalhando a criatividade, o lúdico, valorizando o conhecimento dos idosos e seu potencial de aprendizado; como também, atua no fortalecimento de vínculos familiares, favorecendo a convivência familiar e intergeracional, o respeito, o aprendizado e a troca entre as gerações. Entre as atividades que serão propostas neste documento, há outras sugestões de oficinas.

Em relação à duração, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pode ser organizado da seguinte maneira:

1. Duração regular de doze meses com atividades distribuídas em cinco percursos temáticos.
2. Cada percurso terá duração aproximada de dois meses.
3. Os doze meses compreendem o período preparatório de planejamento das atividades e organização do serviço.

3.3.2. Planejamento, sistematização e avaliação

Para o desenvolvimento de um serviço com qualidade, o planejamento é condição imprescindível. Este deve se incorporar na rotina diária, fazer parte das atividades e estar em sintonia com outros planos, como o Plano de Assistência Social do município ou Distrito Federal²⁹. Planejar consiste em um momento de reflexão sobre a situação presente e sobre a que se pretende alcançar. É uma reflexão que inclui verificação dos recursos existentes, ferramentas, meios disponíveis para se atingir os objetivos pretendidos, e avaliação do tempo necessário. São traçados, então, os objetivos, definidas as estratégias, prioridades e metas.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, como qualquer trabalho que se pretende de qualidade, inclui necessariamente, entre suas atividades, o planejamento. O ideal é que ele seja diário, faça parte da cultura de trabalho dos profissionais e que inclua os beneficiários principais do serviço, que, no caso, são as pessoas idosas.

Quando mencionamos recursos, tratamos não só da questão financeira, mas dos elementos humanos, da equipe profissional, das potencialidades do território, da rede social e dos próprios usuários. As ferramentas referem-se aos instrumentos necessários para o desenvolvimento das atividades como os materiais pedagógicos e lúdicos. É importante que além dos objetivos gerais definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a equipe do SCFVI conheça a realidade do território e defina objetivos ancorados nesta realidade, de modo a traçar prioridades concretas e metas estratégicas. Deste modo, a equipe do SCFVI deverá planejar as atividades de forma detalhada, de acordo com cada percurso, construindo um guia de atividades

²⁹ Para aprofundar sobre a elaboração de Planos de Assistência Social, sugere-se a leitura do Volume 3 da Coleção CapacitaSuas, elaborado pelo MDS em parceria com o Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP e publicado em 2008.

diárias que evite a redução do trabalho a ações pontuais e emergenciais, possibilitando uma atuação profissional focada, sistemática, flexível e estratégica.

A partir do planejamento podemos repensar sobre o que estamos fazendo e definir novos horizontes, aproximando-se das expectativas e pretensões, redefinindo alvos e descobrindo novas possibilidades e interesses. O planejamento não deve ser compreendido como algo estático que só se realiza no início de um trabalho, perdendo seu sentido quando este é desenvolvido e conduzido pelo ritmo da realidade. Ele deve acompanhar a natureza mutável da realidade, aproximar-se de sua concretude, indicando novos horizontes, alimentando os sonhos, motivando para direções desejadas.

A todo momento estamos avaliando, pensando sobre algo, se foi bom, se foi ruim, se gostamos ou não e pensando no amanhã, nos passos seguintes, como gostaríamos que fosse, nos organizando para o futuro. Como pode ser percebido, avaliar e planejar estão intrinsecamente ligados. Enquanto planejar busca um olhar para o futuro, este só pode ser feito a partir do presente que, por sua vez, é constituído de tudo o que foi passado. O presente e o passado constituem as bases, os patamares para novos projetos, para qualquer plano ou arte de planejar e, para dimensioná-los, requer uma boa avaliação.

A avaliação também deve ser concebida como atividade diária, incorporada em uma cultura de trabalho com qualidade. Existem inúmeras formas de fazê-la, desde formatos mais tradicionais como a realização de provas e exames para medir conhecimento sobre algo, a formatos livres e criativos com utilização de recursos lúdicos e culturais, como a composição de um poema, verso ou letra de música. Há a auto avaliação feita pelo próprio avaliado, a avaliação entre pares feita por colegas de uma mesma atividade ou grupo e a avaliação feita por outro, um superior, um chefe, um avaliador externo. Vale à pena acrescentar também a avaliação do usuário do serviço, ou seja, a avaliação da pessoa idosa sobre a atividade realizada, do atendimento recebido pelo profissional ou pela unidade.

Como o planejamento, a avaliação é momento de reflexão que traz informações úteis sobre o que está sendo avaliado. O mais importante é que tenha sentido para as pessoas que estão sendo avaliadas, que sejam úteis para o trabalho, que constituam em subsídios para o aprimoramento, em retornos e reflexões preciosas, momento de colher frutos pelos esforços empreendidos e oportunidade de gerar as mudanças necessárias, novos aprendizados para aperfeiçoar e superar dificuldades e obstáculos.

A avaliação deve ser feita de forma contínua e processual e, para isso, o ideal é que sejam desenvolvidos instrumentos de registro que permitam uma sistematização das atividades, da experiência das pessoas e do grupo. Pode-se utilizar

vários recursos de registro, desde a simples anotação, realização de painéis, cartazes, diários de registros, a recursos audiovisuais, como fotografia e filmagem. Este material forma um conjunto importante para o processo de avaliação e sendo produzido periodicamente e com a participação das pessoas idosas e do profissional responsável pelo grupo, reflete a vida do grupo, expressando uma riqueza de vivência que por si só já constitui em um processo de aprendizado.

Ao longo das atividades propostas serão sugeridas formas de registro e sistematização das atividades. Contudo é interessante que o profissional responsável pelo grupo utilize um diário onde registre as atividades planejadas, as que foram realizadas, os resultados percebidos, as impressões do grupo, a vivência de alguns dos participantes com as atividades desenvolvidas e tudo aquilo que lhe chamar atenção e considerar importante.

É importante também que cada grupo tenha seu diário, no qual sejam registradas as principais informações como início e fim do grupo, entrada e saída dos participantes, dados de identificação dos usuários do grupo, as atividades realizadas, indicações importantes para o trabalho do técnico de referência CRAS e outros elementos considerados importantes para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa.

3.4. Os Percursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa

Baseado nos três eixos estruturantes: 1) convivência social e intergeracionalidade; 2) envelhecimento ativo e saudável e 3) autonomia e protagonismo, o grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas tem uma proposta de organização em cinco percursos:

Percurso I: *O grupo criou vida!*

Propósito do percurso: Constituir o grupo.

Percurso II: *O grupo se viu!*

Propósito do percurso: Refletir sobre ser pessoa idosa, envelhecimento e relação familiar.

Percurso III: *O grupo olhou o mundo!*

Propósito do percurso: Refletir sobre a comunidade e a contribuição social da pessoa idosa.

Percurso IV: *O grupo reinventou sua casa!*

Propósito do percurso: Exercitar capacidades criativas, participação social e construção de projetos pessoais e coletivos.

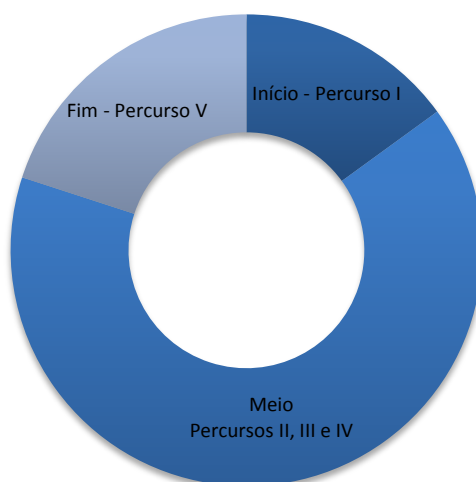
Percurso V: *E o grupo voou...*

Propósito do percurso: Encerrar o grupo e criar possibilidades de encontro entre os participantes.

Os percursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa foram desenhados para compor um ciclo com duração de um ano. O ciclo objetiva dar sentido de movimento ao serviço, buscando um modo integrado e orgânico de funcionar, reproduzindo três etapas: o início do Serviço com o Percurso I, que objetiva constituir o grupo; o desenvolvimento do Serviço com os Percursos II, III e IV, que objetiva aprofundar os temas transversais propostos; e a conclusão do Serviço com o Percurso V, que objetiva encerrar o grupo e criar outras possibilidades de convívio e de projetos pessoais para as pessoas idosas.

Assim, a ideia é que o serviço expresse este movimento cíclico, mas que ao final do último percurso, este se abra para outras possibilidades, representando um movimento que seria mais próximo de um espiral do que de um círculo (o gráfico abaixo é limitado para representar esta ideia).

Percursos



3.4.1. Percurso I

O grupo criou vida!

Era uma vez um grupo...

Um grupo de idosos.

Idosos cheios de vida.

E o grupo caminhou, descobriu novos mundos...

Reiventou outros...

Olhou a si mesmo.

E gostou!

O Percurso I tem o objetivo de constituir o grupo e, para isso, abordará atividades em duas direções: a primeira relaciona-se à apresentação do serviço, a definição de regras e acordos e o planejamento das atividades; e a segunda relacionada a atividades que envolvam a apresentação das pessoas idosas, a formação do grupo, a constituição do vínculo grupal e do vínculo dos participantes com o Serviço.

Os temas transversais que serão explorados neste primeiro percurso são: Envelhecimento e Direitos Humanos e Socioassistenciais; e Envelhecimento Ativo e Saudável. Serão propostas atividades para serem desenvolvidas no Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em sete encontros, assim, a duração média deste primeiro percurso é de aproximadamente um mês e meio a dois meses.

É importante que o planejamento das atividades do Serviço seja feito em conjunto com todos os profissionais envolvidos. As atividades de convívio realizadas no Percurso I devem levar em consideração o início do grupo, a chegada recente de participantes, o nível de conhecimento entre as pessoas idosas e destes sobre as características de um serviço socioassistencial, de convivência e fortalecimento de vínculos. O lúdico, atividades recreativas e culturais, que permitam uma maior convivência entre os participantes, são facilitadoras para este início do grupo e devem ser exploradas nas atividades de convívio.

Nesse primeiro momento, a segurança de acolhida tem lugar privilegiado no desenvolvimento do Serviço, devendo ser a meta desse primeiro percurso: acolher as necessidades dos usuários, respeitando as características individuais e as diferenças, conhecendo as expectativas diante do serviço, informando e esclarecendo os propósitos do grupo. Nessa direção, vale à pena fazermos uma citação para trazer reflexão sobre este momento:

“Frequentemente as relações que se estabelecem entre os setores pobres e os agentes governamentais e não governamentais são assimétricas. Favorecem a dependência e/ou a estigmatização, que reforçam as atitudes de passividade e resignação. De forma geral, os pobres são vistos pelos setores não pobres (e principalmente pelos agentes públicos encarregados da execução de programas sociais) como aqueles “que não sabem”, “que não têm”, o que acaba por fortalecer atitudes de passividade, baixa autoestima, resignação, dependência.” (BRONZO, 2009, p. 179)

A atitude dos profissionais responsáveis pelo Serviço deve se fundamentar no diálogo, no respeito à diferença, no reconhecimento das experiências e saberes das pessoas idosas, e na valorização de suas capacidades. Bases importantes para constituição do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos.

Transcrevemos a seguir orientações sobre condutas recomendadas para o profissional que trabalha com pessoa idosa, elaboradas pela Coordenação de Proteção Social Básica do Governo do Estado da Bahia:

“Algumas condutas são consideradas inadequadas na relação com a Pessoa Idosa. São elas:

- Infantilização do idoso, tratando-o com paternalismo e compaixão, negando-lhe a sua individualidade e capacidade como interlocutores (por exemplo, chamar de crianças da 3ª idade, meninos(as));*
- Perceber o idoso como um ser sem passado, alguém que sempre foi velho, negando-lhe a sua história de vida;*
- Considerar o idoso como indivíduo tolo, egoísta, decadente, teimoso ou adotar posturas autoritárias que intensificam a dependência e deterioram a relação de confiança;*
- Criticar, dar sermões e conselhos ou formular expressões de falsa tranquilização;*
- Manifestações não verbais inadequadas, como falta de contato visual, posturas que demonstram pressa ou inquietação; contradição entre a fala e a expressão corporal;*
- Evitar o termo “melhor idade”. A melhor idade é aquela em que a pessoa está bem, feliz. Todas as idades são boas.*

O estímulo de atitudes corretas é necessário para que a relação com a Pessoa Idosa seja humana e digna. Procurar sempre:

- Aceitar a pessoa como ela é, sem juízo de críticas;*
- Agir de modo sereno e competente, proporcionando uma forma de relação respeitosa, amável e humana;*
- Chamar o idoso pelo nome, personalizando a sua assistência;*
- Respeitar a individualidade dos idosos, pois todos possuem personalidade própria que os tornam únicos e diferentes entre si;*
- Estar disponível para escutar, dar apoio e esclarecer, sempre incentivando o idoso a tomar suas próprias decisões;*
- Solicitar que o idoso repita de forma própria as etapas da atividade para certificar-se de que está seguro para realizar e concluir a atividade com êxito.”*

(Extraído do Manual de Orientações para o Trabalho Social com Pessoas Idosas. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Governo do Estado da Bahia. Salvador, 2009, p. 15 - 16)

Atividades propostas para os encontros do Percurso I: *O grupo criou vida!*

Encontro I:

O primeiro encontro do Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa é muito importante, pois é o momento de acolhida das pessoas idosas ao grupo, provavelmente, é o primeiro contato entre os participantes e, certamente, há muitas expectativas em relação ao Serviço. Assim, após a expressão de boas vindas dada pelo facilitador do grupo, propõe-se como primeira atividade do grupo uma dinâmica de apresentação dos participantes. Há muitas dinâmicas de apresentações que podem ser escolhidas para este momento. Uma delas solicita que os participantes reúnam-se em duplas e se apresente para o companheiro, acrescentando, por exemplo, entre as informações que quiser compartilhar, o nome de seu prato de comida preferido. Em seguida, cada dupla fará a apresentação de seu companheiro para o grande grupo. Aqueles que quiserem acrescentar ou corrigir alguma informação durante a apresentação poderão fazê-lo.

O que deve ser privilegiado neste momento é a oportunidade para que os participantes do grupo se conheçam, afinal, são os primeiros contatos de relações de convívio semanal que ocorrerão por quase um ano. Nesta atividade, a expressão dos participantes deve ser cuidada, possibilitando tempo e espaço para as falas, interações e trocas entre as pessoas idosas. Caso o facilitador já conheça mais características dos participantes, preferências e habilidades, poderá propor atividades de apresentação mais elaboradas ou que envolvam uma interação maior entre as pessoas idosas. É importante não colocar atividades que estejam fora do repertório usual dos participantes, por exemplo, colocar para escrever o nome no crachá, quando há integrantes que não sabem ler e nem escrever ou não têm facilidade para escrita.

Além da dinâmica de apresentação, propõe-se que seja apresentado para as pessoas idosas o que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e os principais objetivos do grupo. Isso deve ser feito a partir de uma linguagem didática e de fácil compreensão, podendo utilizar algum recurso audiovisual ou lúdico. Deve ser exposto para os participantes, por exemplo, que o serviço destinado às pessoas idosas faz parte da Política Nacional de Assistência Social, que busca garantir proteção social à população, por meio de várias ações ofertadas nos CRAS e nos Centros de Convivência de Pessoas Idosas, entre outras unidades. Esclarecer que este serviço busca promover um espaço de convivência entre as pessoas idosas, visando o envelhecimento ativo e saudável, potencializando a participação da pessoa idosa na sociedade, fortalecendo os vínculos, a relação das pessoas idosas com a família, com a comunidade, prevenindo, assim, riscos sociais, como isolamento, segregação, violência, entre outras situações de risco.

Esta definição deve ser feita de forma breve, com informações úteis e necessárias para que as pessoas idosas conheçam os objetivos do grupo. Este é um cuidado importante para que as informações não se tornem longas e cansativas, com

linguagem técnica que dificulte a compreensão da pessoa idosa. Deve-se informar às pessoas idosas o modo de funcionamento do grupo, local e horário definido e a proposta de encontros semanais³⁰, enfatizando que a participação destes é muito importante. Deve esclarecer também sobre as outras atividades de convivência que o Serviço possui, sobre os responsáveis por cada atividade, os dias, horários e locais onde são realizadas, esclarecendo que são de livre participação das pessoas idosas.

Encontro II: Definindo regras e acordos

O segundo encontro do grupo poderá dar continuidade à apresentação do Serviço, caso não tenha sido concluído no primeiro. É importante realizar uma dinâmica para aproximar os participantes e aumentar o conhecimento entre estes, já que o grupo está apenas começando. Como sugestão de dinâmica, pode-se colocar no centro do grupo figuras diversas, como por exemplo, plantas, animais, objetos, e pedir para cada um escolher uma figura para ser discutida em pequenos grupos. A ideia é que cada pessoa idosa compartilhe os motivos da escolha da figura e possa com isso expressar um pouco de si, se há ou não alguma característica da figura que pareça consigo mesmo, se lembrou de alguma experiência vivida, alguma história, etc. Após este momento dos pequenos grupos, as pessoas idosas são convidadas para compartilhar a experiência com todo o grupo. O facilitador poderá utilizar sua criatividade e seu conhecimento sobre os participantes para propor outras dinâmicas que promovam contato entre as pessoas idosas.

Com o grupo todo reunido, sugere-se que seja iniciada uma discussão a respeito das regras de participação no Serviço e realizados acordos entre os participantes para funcionamento do grupo. O facilitador poderá iniciar combinando, por exemplo, que cada pessoa idosa respeite a experiência do outro e ouça o que cada um tem para dizer. Para isso poderá utilizar alguma história que fale sobre esse tema ou citar um trecho do Estatuto do Idoso, como o Capítulo II, que trata do “direito à liberdade, ao respeito e à dignidade”.

Outro tema que poderá ser acordado diz respeito à quantidade de faltas e a possibilidade de avisar para o grupo ou para um colega quando alguma pessoa idosa não puder comparecer aos encontros. Pode ser também uma oportunidade para distribuir uma relação contendo os nomes dos participantes, telefones e datas de aniversário. Esta lista poderá ajudar a fortalecer os vínculos entre as pessoas idosas.

Neste momento é importante que as pessoas idosas possam expressar sua opinião e contribuir com a definição de regras e acordos. Os pequenos grupos poderão ajudar a expressão dos participantes, o compartilhamento das opiniões e a expressão do que é importante para cada um. Ao final do grupo, o facilitador ficará responsável, podendo solicitar auxílio de algum membro do grupo, por relacionar todas as regras definidas. As regras devem ser lidas para todo o grupo e afixadas em lugar acessível onde ocorrem os encontros, de forma que todos possam ter clareza sobre elas.

³⁰ O Serviço poderá ofertar outras opções de horário que possam melhor atender à demanda local.

Quando necessário, as regras devem ser revistas e atualizadas, com flexibilidade para atender as necessidades do grupo.

Encontro III: Conhecendo as expectativas do grupo – 1º parte

Após a apresentação dos participantes e da definição de regras e acordos para funcionamento do grupo, é o momento de conhecer as expectativas de cada pessoa idosa participante do Serviço. É provável que algumas expectativas nem estejam claras para os próprios participantes e com a possibilidade de refletir sobre, é possível clarificar, desmistificar, reconhecer e até criar expectativas novas.

Para começar o trabalho sobre as expectativas, sugerimos uma atividade de recorte e cole. O facilitador poderá trazer revistas contendo figuras diversas e disponibilizar para os participantes, que se reunirão em duplas para fazer seu trabalho de colagem, representando o que espera ao participar do grupo, quais são suas expectativas. Além de papel ou cartolina, lápis e outros materiais de desenhos poderão ser também utilizados. Após o trabalho manual, é importante que a dupla converse a respeito. Os trabalhos poderão ser colados formando um grande painel em uma parede da sala e, em seguida, o grupo deverá discutir sobre as expectativas trazidas para o Serviço.

Encontro IV: Explorando as expectativas do grupo – 2º Parte

O encontro seguinte continuará o trabalho anterior a respeito das expectativas dos participantes acerca do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O facilitador utilizará o painel produzido pelas pessoas idosas e suas observações a respeito das falas no grande grupo e organizará as expectativas trazidas pelos participantes, apresentando-as como um conjunto único para o grupo.

Este é um momento importante para esclarecer as expectativas que poderão ser atendidas pelo Serviço e as que não poderão, para identificar as que poderão ser encaminhadas para outros serviços, e também para detectar necessidades, interesses, motivações, habilidades e potencialidades das pessoas idosas. É oportuno também acrescentar outras expectativas que estão relacionadas com os objetivos do Serviço, que fazem parte dos resultados esperados do Serviço e das especificidades locais e, que eventualmente, não foram apresentadas pelos usuários, ou mesmo expectativas do facilitador do grupo referente ao trabalho com as pessoas idosas.

As expectativas do grupo devem ser guardadas para atividade posterior, relacionada à avaliação do trabalho individual e coletivo, e também serão úteis para as atividades do próximo encontro, que estão relacionadas ao planejamento das atividades.

Vale ressaltar que o facilitador, se houver, deve utilizar sua criatividade para propor outras atividades e dinâmicas, utilizando as ferramentas e recursos que tem disponível e também o conhecimento que já dispõe sobre o grupo, habilidades e

interesses das pessoas idosas. Deve considerar que estamos ainda em um momento de início do grupo, em que um dos objetivos é fortalecer os vínculos entre os participantes. O trabalho com as expectativas das pessoas idosas facilita este processo, ao aumentar o conhecimento das pessoas idosas sobre eles próprios, produzindo aproximações, reconhecimento de diferenças, constituindo, assim, o grupo.

Encontro V: Planejando as atividades – 1ª Parte

O planejamento das atividades é parte importante de qualquer processo, pois é momento de reflexão, organização e vislumbre de metas e resultados. É fundamental que as pessoas idosas possam participar deste momento, pois além de constituir em um exercício de participação, estimulando seu protagonismo, possibilita que as mesmas expressem seus interesses e que o Serviço atenda melhor as necessidades dos usuários.

O planejamento das atividades abordará dois sentidos: o primeiro refere-se à forma que se relaciona ao modo como as atividades serão desenvolvidas, utilizando recursos artísticos, expressivos, lúdicos, pedagógicos, recreativos, audiovisuais, etc.; o segundo refere-se aos conteúdos que deverão constituir-se em desdobramentos dos temas transversais apresentados para cada percurso. O produto deste trabalho, o planejamento das atividades, será uma proposta que deve diferir das sugestões de atividades a serem apresentadas e de sua ordem, pois atenderá à especificidade de cada grupo. Contudo, isto não deve afetar a organização geral e o sentido que caracteriza a identidade de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas.

Para que este trabalho seja realizado de forma leve, participativa e produtiva, sugerimos que seja desenvolvido a partir de uma atividade lúdica, recreativa ou uma dinâmica de grupo. Para início, pode-se utilizar uma música, de preferência, alguma música conhecida na região que promova descontração e que seja do gosto das pessoas idosas. Peça para as pessoas idosas caminharem na sala e depois se dividirem em pequenos grupos, por exemplo, de cinco pessoas (dependendo do tamanho do grupo). Quando tiverem reunidos em pequenos grupos, informe que a proposta é de contribuírem com o planejamento das atividades e que cada grupo deve escolher a forma como gostariam que elas fossem desenvolvidas.

Para isso, eles poderão se inspirar em uma folha a ser distribuída pelo facilitador do grupo, onde constarão desenhos de atividades diversas, como: rodas de conversa (pessoas idosas reunidas em um círculo), teatro, música, palestras, trabalhos manuais, trabalho corporal, exibição de filmes, etc. É importante que as pessoas idosas compreendam que a escolha é livre, que poderão sugerir outras formas de realizar atividades, que expressem quais atividades não se sentem confortáveis em realizar e compartilhem também habilidades específicas, por exemplo, se há uma pessoa idosa que goste de cantar, outro que saiba bordar, outro que adore consertar objetos, contar piada, etc.

Essa diversidade produzirá uma riqueza de atividades e representará o grupo, pois cada um tem sua forma, seu ritmo e estilo, e essa especificidade deve ser encontrada, respeitada e fortalecida.

Após o trabalho dos pequenos grupos, cada um deles deverá apresentar o que produziu no grupo grande. O orientador social (ou facilitador, se houver) deve estar atento para registrar essa produção e utilizá-la como referência no planejamento das atividades ao longo do Serviço.

Encontro VI: Planejando as atividades – 2ª Parte

Possivelmente o conteúdo a ser trabalhado pelo Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ficará para um segundo encontro que dará continuidade ao planejamento das atividades. Para iniciar esta segunda etapa do planejamento, o orientador social poderá fazer uso também de um recurso lúdico ou recreativo e solicitar que as pessoas idosas reúnam-se novamente em pequenos grupos para discutir e propor os conteúdos que gostariam que fossem abordados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Essas proposições serão posteriormente relacionadas aos eixos e temas transversais.

Após o trabalho dos pequenos grupos, as propostas deverão ser apresentadas por cada grupo para o coletivo. Além de apoiar as apresentações, o orientador social (ou facilitador, se houver) deverá registrar as ideias e sugestões para que possa trabalhar a partir delas. Quando o grupo tiver discutido sobre as propostas trazidas, é momento de o orientador social apresentar a ideia geral que está sendo proposta de conteúdos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Irá explicar que o grupo é constituído de cinco grandes momentos, ou seja, cinco percursos:

Percorso I: *O grupo criou vida!*

Propósito do percurso: Constituir o grupo.

Percorso II: *O grupo se viu!*

Propósito do percurso: Refletir sobre ser pessoa idosa, envelhecimento e relação familiar.

Percorso III: *O grupo olhou o mundo!*

Propósito do percurso: Refletir sobre a comunidade e a contribuição social da pessoa idosa.

Percorso IV: *O grupo reinventou sua casa!*

Propósito do percurso: Exercitar capacidades criativas, participação social e construção de projetos pessoais e coletivos.

Percurso V: *E o grupo voou...*

Propósito do percurso: Encerrar o grupo e criar possibilidades de encontro entre os participantes.

É importante esclarecer a ideia do ciclo, de movimento e integração entre cada período e também os objetivos do percurso, informando que ao final de cada percurso haverá uma atividade coletiva, e que ao longo do ciclo serão realizadas duas Oficinas. Além do grupo que as pessoas idosas participarão semanalmente, há também a atividade de convívio de livre participação. O orientador social deverá aproveitar e informar novamente quais são as atividades ofertadas, quem é o profissional responsável, onde e quando são realizadas.

Além de informar a previsão de tempo para cada percurso, o orientador social deve apresentar os seis temas transversais que orientarão os conteúdos de cada percurso, esclarecendo com exemplos práticos e didáticos o que será abordado por cada tema: Envelhecimento e Direitos Humanos e Socioassistenciais; Envelhecimento Ativo e Saudável; Memória, Arte e Cultura; Pessoa Idosa, Família e Gênero; Envelhecimento e Participação Social e Envelhecimento e Temas da Atualidade.

Antes de terminar o encontro, o profissional deve dar a palavra ao grupo para que as pessoas idosas possam expressar alguma reflexão ou tirar dúvidas. Contudo, para concluir a atividade de planejamento, é necessário um terceiro encontro, onde o orientador social apresentará uma síntese da proposta geral apresentada e as sugestões trazidas pelas pessoas idosas.

Encontro VII: Planejando as atividades – 3ª Parte

A síntese que será apresentada pelo orientador social deve contemplar ao máximo as sugestões trazidas pelas pessoas idosas em termos de conteúdo e forma de trabalho. Isto exige habilidade, tempo, criatividade e dedicação. A síntese deve ser apresentada como algo flexível, que poderá ser alterada a qualquer momento para melhor atender as necessidades e interesses, que poderão mudar ao longo do ciclo. A importância da participação das pessoas idosas deve ser ressaltada, enfatizando que o SCFVI deve fazer sentido, principalmente, para seus usuários.

Informar que algumas das sugestões apresentadas pelas pessoas idosas serão desenvolvidas na atividade de convívio, desde que compatíveis com as condições de oferta. Por exemplo, se a pessoa idosa sugere realizar alguma atividade física sistemática, como aulas de alongamento, deve-se verificar se há profissional habilitado, espaço adequado e se for possível, a sugestão poderá ser atendida. Outras

sugestões poderão ser desenvolvidas em oficinas ou nos encontros mensais, e outras ainda poderão não se adequar à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, mas talvez possa ser atendida por outra política pública como, por exemplo, pela política de saúde, no caso de sugestão para medição de pressão, por exemplo. O orientador social poderá informar a pessoa idosa que há oferta deste outro serviço no território. Contudo, é o momento de esclarecer os objetivos de cada atividade proposta e também a especificidade do Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

É importante que o fechamento da atividade seja feito e que este planejamento sirva de horizonte para mobilizar a participação das pessoas idosas, seus interesses e para fortalecer o grupo.

Proposta de encontro no final do percurso:

O Percurso I foi concluído. Para encerrar esta etapa, combine um encontro informal com as pessoas idosas, pode ser por um período mais longo, um final de tarde, em outro espaço diferente da sala em que costumam se reunir. Convide-os para fazer juntos este momento, escutarem música, conversarem à vontade. Se achar que é possível e conveniente, peça para cada um trazer um prato ou uma bebida, se não, providencie o lanche habitual dos encontros.

Prepare um painel com papel madeira ou cartolina e deixe livre para que as pessoas idosas possam utilizá-lo para se expressarem de forma espontânea. Deixe do lado do painel alguns recursos como cola, tesoura, fita adesiva, figuras, canetas de hidrocor, tinta guache e até flores que poderão ser colocadas para compor o painel. Use sua imaginação e criatividade. A máquina fotográfica não pode ser esquecida. Registre este momento. As pessoas idosas reunidas, a composição do painel, a mesa de lanches, etc. Este encontro fará parte da memória do grupo.

Como se trata do primeiro encontro informal do grupo que se inicia, sugerimos que apenas as pessoas idosas participem, para que os laços entre eles possam se fortalecer. Contudo, isto dependerá do grupo e da avaliação do orientador social. Se considerar que já é conveniente, pode convidar familiares e até outros grupos, outras pessoas idosas, grupos compostos por outras faixas etárias, fazer um encontro coletivo.

Se perguntarem o que está sendo festejado: apenas a vida, o encontro. É importante cuidarmos de nossa necessidade de celebração, alimentar nossa alegria, trazer este elemento lúdico para nosso cotidiano, fortalecer nossa própria condição de saúde e de relação com o outro.

3.4.2. Percurso II

O grupo se viu!

O objetivo principal do Percurso I foi constituir o grupo. O do Percurso II é de proporcionar espaço de reflexão para o grupo a respeito do que significa ser pessoa idosa, discutindo temas relacionados aos direitos das pessoas idosas, à família e ao envelhecimento saudável. Serão propostas atividades para serem trabalhadas em oito encontros, baseadas, principalmente, em três temas transversais: Envelhecimento e direitos humanos e socioassistenciais; Envelhecimento ativo e saudável; e Pessoa idosa, família e gênero.

Assim, após o grupo ter se constituído, a ideia é que possa olhar para si mesmo, refletir sobre a fase de vida compartilhada, os sentidos e significados vividos por cada pessoa idosa e iniciar discussões sobre as relações que estabelecem com a família e a comunidade. Espera-se que à medida que o grupo aprofunde sua reflexão, os laços entre os participantes fiquem mais fortes e a autoconfiança das pessoas idosas também.

Atividades propostas para os encontros do Percurso II: *O grupo se viu!*

Encontro I: Como é ser pessoa idosa hoje? (1º Parte)

As pessoas idosas estão se reunindo semanalmente há quase dois meses, já tiveram um primeiro encontro extra para realizarem o fechamento do primeiro percurso e, possivelmente, estão participando também de atividades de convívio semanais. Agora inicia-se uma nova etapa, em que alguns conteúdos serão trazidos para discussão do grupo e espera-se, assim, ampliar o conhecimento das pessoas idosas sobre a fase de vida em que se encontram, sobre algumas características pessoais e relações que estabelecem, apropriando-se da capacidade coletiva enquanto grupo de pessoas idosas, com visão crítica a respeito da realidade.

Para iniciarmos o Percurso II, sugerimos uma discussão sobre os sentidos e significados do que é ser pessoa idosa na sociedade atual, tendo como ponto de partida a experiência de cada pessoa idosa nas relações que estabelecem com a comunidade e com a família. Contudo, apesar da seriedade de alguns temas, é importante não perder a leveza, o afeto e a alegria. E, para isso, seria interessante realizar alguma atividade lúdica para início dos trabalhos.

Há uma dinâmica de grupo chamada de “caixinha de surpresas”, que consiste em colocar um espelho dentro de uma caixinha com tampa e explicar para o grupo que dentro da caixinha há a foto de uma pessoa muito importante! O orientador social (ou facilitador, se houver) deve enfatizar que é uma pessoa muito importante e, que depois de passar a caixinha para outra pessoa idosa-, tem que relatar as características desta pessoa importante sem dizer o nome para o restante do grupo. Em seguida, após passar a caixinha para outra pessoa idosa, a mesma também descreverá quem é esta pessoa, passando, assim, a caixinha por todo o

grupo. Há uma versão desta dinâmica que é feita com um chapéu com o espelho colado no fundo e a pergunta feita a pessoa idosa é se ele tiraria o chapéu para esta pessoa da foto e por quê? Ao passar o chapéu para outra pessoa idosa, o orientador social deve fingir que mudou a foto que supostamente estaria dentro do chapéu. No final, o orientador social deve perguntar ao grupo como cada um se sentiu falando da pessoa importante que estava na foto.

Após os relatos, proponha que as pessoas idosas se dividam em pequenos grupos para realizarem um trabalho coletivo com colagem, pintura e desenho a respeito do que consideram ser pessoa idosa. Os pequenos grupos poderão discutir sobre o tema e depois devem apresentar os trabalhos, ampliando a discussão para o grande grupo.

É muito importante a participação do orientador social na discussão, que deve ficar atento às crenças e opiniões trazidas pelas pessoas idosas a respeito da fase atual em que se encontram, aproveitando a oportunidade, na medida do possível, para trazer a reflexão do grupo para ideias relacionadas a uma imagem positiva da pessoa idosa.

Esta reflexão é fundamental para promoção de uma cultura de valorização da pessoa idosa, principalmente, se considerarmos, como alerta Minayo (2004), que as próprias pessoas idosas também são responsáveis pela manutenção da visão negativa do envelhecimento:

“Embora a sociedade adulta seja a grande responsável pelo imaginário sobre a velhice, também os próprios velhos estão imbricados na produção da ideologia que sobre eles é produzida. Muitos não se conformam com a perda de poder, outros que só viveram para o trabalho, sentem-se perdendo a identidade quando se retiram das atividades profissionais, outros, ainda, se isolam do mundo, da vida, enclausurando-se numa solidão desnecessária.” (MINAYO, 2004, p. 2)

Esta discussão será a matéria-prima para elaborar as atividades do próximo encontro, que dará continuidade à discussão sobre o mesmo tema.

Encontro II: Como é ser pessoa idosa hoje? (2ª Parte)

A proposta é que o conteúdo deste encontro seja identificado no encontro anterior, na discussão das pessoas idosas sobre o que pensam e sentem a respeito de ser pessoa idosa. Para que isto ocorra, o orientador social deverá planejar as atividades entre um encontro e outro, a partir das falas das pessoas idosas, tendo o objetivo de ampliar o significado sobre a velhice entre os participantes, produzindo novos sentidos. A primeira parte deste documento de orientação, que trata dos fundamentos e concepções, deve ajudar a planejar a atividade e facilitar a discussão do grupo.

É importante que antes da proposta de atividade, o orientador social (ou o facilitador, se houver) realize algum trabalho para aquecer o grupo como, por exemplo, pedir para caminharem na sala, descalços, sentindo os pés no chão; pedir para esticarem os braços,

se espreguiçarem; balançarem os braços de um lado para o outro; soltarem as pernas. Esse pequeno trabalho de corpo ajuda a descontrair o grupo e relaxar as tensões, contribuindo para que os participantes estejam mais atentos e presentes na atividade.

Poderá utilizar como subsídios alguns textos, frases, ditos populares, relatos ou contos que trabalhem mitos e preconceitos em relação à velhice. Poderá utilizar também alguma história ou relato de pessoas idosas que seja exemplo na própria comunidade. Peça para as pessoas idosas se dividirem em pequenos grupos e distribua um texto para cada um dos grupos. Caso os membros de um pequeno grupo não saibam ler, o orientador social deverá ler para o pequeno grupo e deixar que a discussão seja feita pelas pessoas idosas para depois ser compartilhada no grande grupo.

A seguir, alguns ditos populares³¹ cujo tema é a velhice e que podem ser utilizados para provocar discussões entre os participantes sobre crenças, estereótipos, mitos e preconceitos em relação à pessoa idosa. O objetivo é que as reflexões produzidas possam ampliar a concepção sobre envelhecimento, contribuindo com outras possibilidades de vivência da atual fase em que se encontram. Lembre-se de articular com os temas transversais trabalhados neste percurso: envelhecimento e direitos humanos e socioassistenciais; envelhecimento ativo e saudável; e pessoa idosa, família e gênero.

"Velho que se cura cem anos dura."

"Velho que não anda, desanda."

"Não há sábado sem sol. Nem jardim sem flores. Nem velhos sem dores. Nem moças sem amores."

"Saúde de velho é muito remendada."

"O moço de bom juízo quando velho é adivinho."

"Papagaio velho não aprende a falar."

"Nunca deixe o amigo velho pelo novo."

"Em matéria de amor, os velhos não foram esquecidos: "Velho apaixonado com pouco tempo está casado. "Velho com amor, jardim com flor".

"Coco velho é que dá azeite".

³¹ Os ditos populares foram extraídos do blog, de responsabilidade de Marcos França, Cultura Nordestina, que "divulga e aborda os mais variados aspectos de nossa cultura popular nordestina e brasileira". Disponível em: <http://culturanordestina.blogspot.com/2010/03/proverbios-e-ditos-sobre-velhice.html>

Acesso em 09/12/10, as 15h30.

Encontro III: Envelheço com quem? (1º Parte)

Como já abordamos na parte 1 deste caderno de orientações, “ser velho é uma questão de relação com o mundo”. Ou seja, a pessoa idosa não é uma pessoa isolada, a maneira como vivencia a fase em que está depende da relação com os outros, com seus pares, sua família, as pessoas do lugar onde vive, a sociedade.

Após o grupo refletir sobre o significado de ser pessoa idosa, a proposta é que o grupo reflita sobre as relações que estabelecem com a família e com a comunidade onde vivem. Neste encontro, a família será o tema de trabalho e para iniciar as atividades, sugerimos uma brincadeira em que o orientador social solicite que as pessoas idosas fiquem de pé, coloque uma música e peça para eles caminharem no ritmo da música. Em seguida, interrompa o som e peça para as pessoas idosas que moram sozinhas fiquem num canto da sala; coloque novamente o som, peça para caminharem e, ao interromper a música, peça para aqueles que moram em alguma instituição, um abrigo, um serviço de acolhimento, fiquem em outro canto da sala; repita novamente as instruções de caminhar com a música e depois peça para aqueles que moram com um companheiro, se dirijam para outro canto da sala; e por último, aqueles que moram com algum familiar para outro canto. O orientador social deve adaptar as instruções de acordo com as características do grupo, devendo, para isso, criar outras indicações e suprimir algumas.

A brincadeira serve para introduzir o tema da família de maneira descontraída. Em seguida, distribua material para desenho, papel, giz de cera, lápis de colorir e peça para que cada pessoa idosa desenhe sua família. Depois, convide-os a sentar em círculo e peça para que eles falem da experiência, o que acharam de desenhar a família, o que sentiram. Aqueles que quiserem apresentar seus desenhos, sua família, podem fazê-lo. É importante que o orientador social sinta de uma maneira geral como estão os sentimentos das pessoas idosas em relação à família. Este é um rico momento para obter informações sobre o tema que deve servir de subsídios para atividades futuras.

Ao se preparar para este encontro, releia a primeira parte deste texto de orientações. É importante ter em mente que a política de assistência social se baseia na matricialidade sóciofamiliar e que o conceito de família difere do modelo nuclear, sendo uma das premissas da política o respeito pelos diversos arranjos familiares. Vale lembrar também que uma das características e finalidades deste Serviço é o fortalecimento de vínculos familiares. Outra questão que merece atenção é que parte da violência praticada contra a pessoa idosa ocorre por um membro da família.

Encontro IV: Envelheço com quem? (2º Parte)

Dando continuidade ao tema “envelheço com quem”, chame atenção do grupo para o fato de que a pessoa idosa não envelhece sozinha, todas as pessoas com quem eles convivem também estão envelhecendo. Assim, além da família, as pessoas que moram no

mesmo lugar que eles, com quem eles se relacionam, também estão envelhecendo. Pergunte para as pessoas idosas como eles percebem isso. Será que as pessoas se dão conta? Será que as pessoas só vêm o envelhecimento das pessoas idosas? Abra o debate a respeito de como as pessoas idosas se sentem em relação às pessoas com quem convivem no lugar onde moram, na comunidade, nos serviços em que utilizam, na padaria, no mercado, na feira, na praça, etc.

Será que as pessoas idosas se sentem respeitadas e valorizadas em sua comunidade?

O encontro a seguir tratará dos direitos e deveres do cidadão idoso e pode ser que caiba adiantar algum conteúdo relacionado à vivência da pessoa idosa na sociedade, como por exemplo, citar o art. 230 da Constituição Federal, que diz:

“Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (BRASIL, 1988)

Dependendo de como o grupo esteja, poderá iniciar ou finalizar a atividade com alguma proposta lúdica. É fundamental que o facilitador apresente os temas em sintonia com o movimento do grupo e poderá desenvolver outras atividades com o objetivo de aprofundar algum dos temas, como a relação com a família, desdobrando em subtemas de acordo com a necessidade das pessoas idosas, como por exemplo, a relação com filhos, o cuidado de netos. A sensibilidade, criatividade e autonomia do orientador social são fatores que fazem a diferença e devem ser valorizados e respeitados.

Encontros V e VI: Os direitos e deveres do cidadão idoso

Este encontro objetiva subsidiar as pessoas idosas com informações sobre seus direitos e deveres. Desta maneira, proponha a constituição de grupos de trabalho sobre temas específicos contidos no Estatuto do Idoso. Realize uma dinâmica para compor os grupos, que pode ser algo simples como distribuir cartões de diversas cores, solicitando que as pessoas idosas com cartão de mesma cor formem o mesmo grupo.

Questione o grupo se conhecem os direitos e deveres da pessoa idosa, se conhecem o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e peça para eles darem exemplos de direitos conquistados e também de deveres, como por exemplo, o voto obrigatório dos 18 até os 70 anos de idade. Dê um tema para ser trabalhado por cada grupo, com base no Estatuto do Idoso. Extraia artigos do Estatuto, por temas, que sejam interessantes para as pessoas idosas lerem em pequenos grupos e distribua um tema para cada grupo, como os capítulos I e II, que tratam dos direitos fundamentais; o IV, que trata do direito à saúde; e outros, que tratam da educação, cultura, esporte e lazer; da profissionalização e do trabalho; da previdência social; da assistência social; da habitação e do transporte.

Peça para as pessoas idosas organizarem apresentações de cada tema e pesquisar para o próximo encontro exemplos de direitos das pessoas idosas respeitados ou não na comunidade onde vivem. As apresentações dos grupos podem ficar para o encontro seguinte. Sugira a utilização de recursos lúdicos, audiovisuais e artísticos para realizarem as apresentações.

Quando abordar a assistência social, informe sobre o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e os serviços ofertados pelo SUAS, como este Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos. Não se esqueça de falar também da Carteira do Idoso, documento fornecido pela secretaria municipal de assistência social ao idoso que não tem como comprovar sua renda, que deve ser igual ou inferior a dois salários mínimos para terem direito (Art. 40 do Estatuto do Idoso), ao transporte coletivo interestadual gratuito ou desconto de 50% no valor da passagem, quando a reserva de duas vagas por veículo já tiverem sido ocupadas.

Chame a atenção para o direito da pessoa idosa de gerir sua renda, sua pensão, aposentadoria ou seu benefício socioassistencial (BPC). O Art. 102 do Estatuto do Idoso estabelece a pena de reclusão de um a quatro anos e multa para quem *“apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade”*.

Fale sobre a importância de não aceitar intermediários que limitam sua autonomia e cobram para viabilizar a concessão desses direitos juntos aos órgãos públicos. O INSS tem um trabalho educativo³² cujo objetivo é informar sobre os direitos e deveres previdenciários, incluindo orientações específicas para evitar intermediários no acesso das pessoas idosas aos direitos previdenciários e ao Benefício de Prestação Continuada. Esta pode ser uma possibilidade de parceria e de articulação a ser realizada pelo técnico de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Faça um fechamento da atividade. Abra espaço para as pessoas idosas exporem suas opiniões a respeito do conhecimento que tinham e do que aprenderam com o Estatuto do Idoso. Dependendo do envolvimento do grupo pode propor uma atividade coletiva de campo, como por exemplo, elaborar folhetos informativos para divulgar os direitos das pessoas idosas na comunidade, com base no Estatuto do Idoso. Esta pode ser uma atividade de participação social das pessoas idosas e de exercício da cidadania.

Encontro VII: Uma vida ativa e saudável! (1ª Parte)

³² Este trabalho inclui a realização de palestras; orientações em espaços comunitários, associações, praças públicas; parcerias com entidades assistenciais, associações de bairros, em escolas; cursos presenciais e à distância. Para conhecer melhor este trabalho acesse o sítio institucional do Ministério da Previdência Social sobre educação previdenciária <http://www.inss.gov.br/conteudoDinamico.php?id=35>

Uma vida ativa e saudável é o tema deste encontro. Saúde é compreendida no sentido amplo e vida ativa também, pois não trata apenas de um corpo saudável, no sentido biológico, que não tenha doenças, mas de indivíduos inteiros e integrados em um modo de vida e ambiente saudáveis. E uma vida ativa não se resume a atividades físicas, mas inclui também uma relação social participativa, seja no âmbito da família ou da comunidade, uma atitude que não seja passiva diante da vida, mas que traduza o movimento e capacidade para decidir, criar e agir.

A Organização Mundial de Saúde³³ define saúde como “*um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças*”. E nesta direção, define uma dimensão de saúde que extrapola as ciências médicas e amplia-se para uma proposição de qualidade de vida.

Provavelmente, o tema da saúde já tenha aparecido nos encontros anteriores com as pessoas idosas e isto já dá um indicativo de como melhor trabalhar o tema no grupo. A proposta é que este tema transversal, que constitui em um dos eixos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, possa, ao longo dos percursos, cultivar um modo de vida saudável, baseado em hábitos saudáveis e práticas de autocuidado, visando vitalidade e qualidade de vida das pessoas idosas.

Comece com as pessoas idosas realizando um trabalho corporal, seja um alongamento breve, uma automassagem, um relaxamento ou algo semelhante. Pergunte como estão de saúde. Proponha que se dividam em duplas para responder a pergunta: como cuida de minha saúde? Em seguida, convide as pessoas idosas para agrupar em um painel todas as formas de cuidado da saúde realizada por elas.

Abra o diálogo. Reflita sobre as concepções de saúde trazidas pelas pessoas idosas, quais os hábitos que são prejudiciais à saúde como, por exemplo, consumo de bebidas alcoólicas e cigarro, má alimentação, ausência de atividade física, e que cuidados de saúde poderiam ser adotados entre as pessoas idosas. Além da visita regular ao médico ou posto de saúde, a manutenção da saúde também é feita por práticas de autocuidado, como uma boa noite de sono, uma caminhada, o contato com a natureza, cultivando plantas, fazendo jardinagem, praticando alguma atividade prazerosa, visitando parentes e amigos, estabelecendo relações positivas, evitando sobrecarga de trabalho e estresse, tão presentes no nosso cotidiano.

A saúde deve ser compreendida não apenas do ponto de vista do indivíduo, mas também do coletivo. Assim, é importante refletir que o cuidado com a saúde é amplo, podendo se referir à saúde da própria comunidade, a partir do uso adequado da água e do solo, com práticas de preservação do meio ambiente, com saneamento básico, armazenamento de lixo apropriado, com práticas coletivas de saúde que estão também relacionadas à saúde pessoal, devendo ser incentivadas.

Convide o grupo para construir uma proposta de cuidados da saúde que poderiam ser realizados no cotidiano das pessoas idosas. Peça para o grupo indicar uma prática saudável

³³Disponível em: <http://www.who.int/suggestions/faq/es/index.html> Acesso em: 14/12/2010

que poderia ser adotada pelo grupo em seus encontros e peça para cada um indicar, entre as propostas, que mudança poderia fazer na sua vida.

A ideia é que possamos nos apropriar do cuidado com nosso corpo (MORAIS, 2009), do cuidado de nós mesmos, aumentar o conhecimento sobre nosso corpo, nossos limites e possibilidades, realizando práticas preventivas de autocuidado, adquirindo novas atitudes e hábitos saudáveis, tão necessários em qualquer idade, principalmente, entre as pessoas idosas, cujo corpo começa a dar sinais mais visíveis do envelhecimento, buscando evitar, assim, o surgimento de doenças crônicas e degenerativas, responsáveis pela maior parte das situações de dependência nesta fase de vida.

Encontro VIII: Uma vida ativa e saudável! (2º Parte)

Organize uma sessão de cinema para as pessoas idosas assistirem *Elsa e Fred*. Uma história de duas pessoas idosas que se apaixonam. O filme é um drama do diretor Marcos Carnevale, lançado em 2005, que pode ser encontrado nas locadoras. A duração é de quase duas horas, assim, é provável que não dê para as pessoas idosas discutirem no mesmo encontro o que acharem do filme. Alguns temas podem aparecer na reflexão do grupo, como sexualidade da pessoa idosa, saúde/doença e vida/morte. Assim, é importante reservar tempo e espaço para o grupo trocar opiniões e impressões a respeito.

A sexualidade na velhice é um tema tabu, mas dada sua importância, merece espaço e atenção. Sinta o movimento do grupo! Pode ser que até o momento, as pessoas idosas não tenham comentado sobre o tema, mas muito provavelmente, após o filme, surgirão comentários. Aproveite a oportunidade para tratar da sexualidade relacionada não apenas ao ato sexual em si, mas a vivência da afetividade, do companheirismo, da relação com o corpo, com o outro, a vitalidade. Há uma visão geral na sociedade que as pessoas idosas não têm vida sexual ativa ou não podem ter, e isso não é verdade! Inclusive esse tem sido um dos problemas no combate à AIDS e a doenças sexualmente transmissíveis, pois ao negarmos a sexualidade das pessoas idosas, não investimos em orientações e informação para este público, o que provavelmente tem contribuído com o aumento do número de pessoas idosas com doenças sexualmente transmissíveis.

Viana (2009) cita alguns estudos que indicam que as pessoas não interrompem sua vida sexual ao chegarem aos 60 anos. Elas continuam com uma vivência de sua vida sexual e afetiva muito semelhante a que tiveram na fase adulta. Considerando que a vivência sexual também é um indicativo de qualidade de vida, esse é um fator muito positivo. *“A sexualidade também é uma autoafirmação do funcionamento do próprio organismo, de como esse organismo ainda está ativo, saudável.”* (VIANA, 2009, p. 117)

Sobre a questão da morte, da finitude da existência humana, esse também é um tema delicado que deve ser abordado, preferencialmente, quando trazido pelas pessoas idosas. Alguns estudos têm apontado que a perda de parentes e amigos é um dos fatores de maior estresse vivido pelas pessoas na fase da velhice, principalmente entre as pessoas idosas acima de 80 anos (FORTES-BURGOS, NERI e CUPERTINO, 2009). Uma rede social ampla e apoio familiar são recursos que contribuem para o enfrentamento dessas situações de perda.

Norbert Elias foi um sociólogo alemão que produziu reflexões contundentes sobre a questão da morte nas sociedades modernas. Segundo ele, as pessoas não sabem como lidar com a morte e isolam os doentes, principalmente, aqueles que estão em fase terminal, os “moribundos”. “(...) se uma pessoa que está a morrer sentir que deixou de ter significado para os outros, a solidão está configurada (MENEZES, 2001).” Elias defende a necessidade de falarmos mais clara e abertamente sobre a morte. Denuncia o isolamento vivido pelas pessoas mais idosas e defende a necessidade de relação com os outros, mesmo entre aqueles que estão muito adoecidos e prestes a morrer.

“Muitas pessoas morrem gradualmente; adoecem, envelhecem. As últimas horas são importantes, é claro. Muitas vezes a partida começa muito antes. A fragilidade dessas pessoas é muitas vezes suficiente para separar os que envelhecem dos vivos. Sua decadência os isola. Podem tornar-se menos sociáveis e seus sentimentos menos calorosos, sem que se extinga suas necessidades dos outros. Isto é o mais difícil – o isolamento tácito dos velhos e dos moribundos da comunidade dos vivos, o gradual esfriamento de suas relações com pessoas a quem eram afeiçoados, a separação em relação aos seres humanos em geral, tudo o que lhes dava sentido e segurança. Os anos de decadência são penosos não só para os que sofrem, mas também para os que são deixados sós. O fato de que, sem que haja especial intenção, o isolamento, o isolamento precoce do moribundos ocorra com mais frequência nas sociedades mais avançadas é uma das fraquezas destas sociedades. É um testemunho das dificuldades que muitas pessoas têm de identificar-se com os velhos e moribundos. () A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas”. (Norbert Elias, 2001, p. 8-10)

A espiritualidade também é um tema importante que pode surgir eventualmente no grupo, fazer parte da forma como as pessoas idosas se relacionam no cotidiano ou ser mencionado juntamente com a questão da morte. É importante diferenciar a espiritualidade relacionada ao sentimento e vivência da religiosidade da prática e experiência religiosa que está ligada a uma determinada religião.

Por não ter a finalidade de ser um espaço religioso, não cabe o desenvolvimento de práticas religiosas como atividade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos. Deve-se primar pela diversidade, pelo respeito das vivências religiosas e escolhas pessoais de cada usuário.

Alguns estudos têm apontado que o envolvimento religioso está associado a um maior bem-estar e também à qualidade de vida, principalmente, entre as pessoas idosas. Com o avanço da idade e a perda de autonomia, as pessoas idosas tendem a vivenciar o sentimento religioso de maneira menos formal, constituindo em um importante recurso no enfrentamento de crises e de produção de sentido para vida (CARDOSO e FERREIRA, 2009).

Proposta de encontro no final do percurso:

O percurso II chegou ao fim. A proposta é que seja encerrado com o desenvolvimento de uma atividade intergeracional para integrar pessoas idosas e familiares. Uma sugestão é a realização de uma gincana intergeracional em que as equipes sejam constituídas de pessoas idosas e netos ou filhos. Faça a divulgação com antecedência e planeje as atividades com a participação das pessoas idosas. Proponha jogos competitivos, cooperativos, esportivos e recreativos, e atividades que envolvam o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e experiência das pessoas idosas. O lúdico não deve ser esquecido. Música, dança, expressões artísticas e culturais devem ser privilegiadas.

Orientação para atividades de convivência:

No percurso II, foram trabalhados três eixos transversais: envelhecimento e direitos humanos e socioassistenciais; envelhecimento ativo e saudável; e pessoa idosa, família e gênero. Assim, é interessante incluir nas atividades semanais de convívio práticas de autocuidado e de promoção da saúde. Pode-se ainda convidar familiares para participação nas atividades. Por exemplo, ao realizar uma atividade de canto, coral aberto a todos as pessoas idosas, poderá, no início de cada encontro, realizar uma atividade de alongamento para preparar o corpo para o exercício do canto. Se a atividade for hidroginástica, poderá fazer o convite para que a pessoa idosa traga um familiar em uma aula específica e realizar um lanche coletivo após o término da aula, ou ainda falar do direito da pessoa idosa à prática esportiva e da importância da atividade física na manutenção da saúde da pessoa idosa. Estas atividades poderão ser realizadas de forma articulada com outras políticas públicas ou organizações da comunidade.

Proposta de Oficina:

Ao longo do traçado metodológico estão previstas duas oficinas com duração mínima de oito horas. Os temas das oficinas devem estar em sintonia com os objetivos do SCFVI e baseados nos três eixos estruturantes: Convivência Social e Intergeracionalidade; Envelhecimento Ativo e Saudável; e Autonomia e Protagonismo. Pode ser escolhido mais de um tema transversal para ser desenvolvido na Oficina. A ideia é planejar uma forma de aprofundar o tema, organizando para isso o espaço e infraestrutura adequados.

Sugerimos para primeira Oficina o tema envelhecimento ativo e saudável. Assim, a ideia é criar um espaço em que as pessoas idosas possam desenvolver práticas de autocuidado. Reserve um dia para isso, ou dois turnos, e escolha um lugar adequado. Ao planejar as atividades, veja quais os profissionais que poderiam contribuir com o desenvolvimento do tema, seja profissional da própria equipe técnica, como o responsável

pelas atividades de convívio, seja de entidades parceiras, como uma entidade que trabalhe, por exemplo, com meio ambiente, ou ainda o serviço de outra política pública, como a de saúde.

Planeje a programação incluindo, por exemplo, uma caminhada pela natureza, um passeio ao ar livre, observando os seres vivos que estão ao redor. É importante que não seja realizada em um horário em que o sol esteja muito forte. Assim, o ideal é que seja feito no início da manhã ou no final da tarde. Não é necessário que seja um lugar distante, pode ser uma praça tranquila que tenha árvores e plantas, um jardim ou até um quintal que permita contato com a natureza. Pode sugerir que seja feito de pés no chão, em silêncio, sentindo a brisa, observando se há algum animal por perto, pássaros, por exemplo.

Se houver um profissional disponível que trabalhe com educação física ou com atividade corporal, poderá ser momento de realizar alguma prática. Se não, peça para as pessoas idosas espreguiçarem, respirarem o ar puro, sentirem a natureza, observarem as cores do dia, o azul do céu, o branco das nuvens. É importante lembrar que o ser humano também faz parte da natureza, que esta não é feita apenas de plantas e animais, não podemos esquecer disto! O contato, a troca de energia com a natureza é fundamental.

Realize um lanche coletivo saudável, em que poderá abordar a necessidade de uma alimentação adequada e nutritiva. Caso um profissional da área de saúde esteja participando da oficina, poderá incluir conteúdos que sejam úteis para o dia-a-dia das pessoas idosas, e não tendo, solicite que eles prestem atenção à cor dos alimentos, ao aroma e sabor. Peça para comerem com atenção, percebendo o que estão fazendo, observando o desejo de comer, a sede, a necessidade de comer mais ou parar. É importante cuidarmos do que comemos e da forma como fazemos, pois o alimento é a principal fonte de energia do nosso corpo. Muitas doenças podem ser evitadas ou terem seus sintomas diminuídos com uma alimentação adequada.

Dependendo dos profissionais e entidades parceiras que estão participando deste dia, poderá haver uma palestra ou uma atividade prática, como ensinar uma automassagem para as pessoas idosas, exibir um vídeo, cuidando para que o tema e o tempo da exibição estejam adequados para o público e horário, ou mesmo proceder a leitura de um texto leve e curto que tenha sentido para o momento. Se for uma oficina com duração de um dia, é importante pensar na parada para o almoço.

Prepare também um momento descontraído, com música suave, com a possibilidade da conversa informal e da troca espontânea entre as pessoas idosas. Deixe-os à vontade. Esse momento de encontro livre é fundamental para a convivência, para constituir os vínculos e laços entre as pessoas, para dar espaço para a criatividade. Quem sabe pode surgir daí uma poesia, uma música!

Abra o grande grupo e dê espaço para as pessoas idosas se expressarem. Para falarem do que acharam do encontro, o que estão levando dali, o que aprenderam, do que gostariam que acontecesse no próximo encontro. Uma avaliação do trabalho é sempre importante! O registro da oficina com fotos também não deve ser esquecido.

Para encerrar o dia, poderá realizar um momento de relaxamento. Se tiver algum profissional que tenha prática em conduzir relaxamentos poderá fazê-lo. Se não, conduza

desta forma: coloque, se possível, colchonetes no chão ou forre com toalhas e peça para as pessoas idosas deitarem em uma posição confortável, fecharem os olhos, respirarem fundo cerca de três vezes e escutar uma música calma. Quando a música acabar, peça para mexerem o corpo devagar e levantarem com calma. É hora de cada um retornar para sua casa.

3.4.3 Percurso III

O grupo olhou o mundo!

Após a constituição, o grupo teve um primeiro momento cujo objetivo foi refletir, principalmente, sobre a questão de ser pessoa idosa, seus direitos, sua relação com o grupo social mais próximo que é a família, e também sobre a importância de uma vida saudável. Agora estamos no segundo momento, no Percurso III, cuja ideia é promover uma discussão sobre o ambiente em que as pessoas idosas vivem, participam e exercem sua cidadania.

A proposta do Percurso III é expandir os horizontes das pessoas idosas, sair do espaço privado da família para ir para o espaço público da comunidade. Refletir sobre sua contribuição social, sua produção e trabalho, cultura e memória, e também sobre temas atuais como recursos tecnológicos.

O Percurso III é baseado em quatro temas transversais: pessoa idosa, família e gênero; memória, arte e cultura; envelhecimento e participação social; e envelhecimento e temas da atualidade, cujos conteúdos serão trabalhados em aproximadamente dez encontros.

Atividades propostas para os encontros do Percurso III: *O grupo olhou o mundo!*

Encontro I: Faço parte do envelhecimento populacional? O que isso quer dizer?

O significado de ser pessoa idosa é vivido de forma particular por cada pessoa, dependendo de sua história de vida, suas experiências e concepção de mundo, mas também da relação com os outros, com seus familiares, amigos e com a sociedade. O contexto social, histórico, político e econômico de uma época e lugar afeta substancialmente a experiência individual, sendo também assim a vivência do envelhecimento. O envelhecimento da população é um fenômeno que ocorre no mundo inteiro, mas tem suas especificidades de acordo com cada realidade.

No Brasil, por sua diversidade, a vivência do envelhecimento também é múltipla. Contudo, podemos identificar alguns aspectos comuns, por exemplo, o fato de pessoas viverem mais é resultado de um conjunto de fatores, como a diminuição do número de filhos das famílias, que por sua vez reflete na entrada da mulher no mercado de trabalho, e a utilização dos métodos anticonceptivos; e também é fruto dos avanços da medicina, que reduziram as mortes por doenças infectocontagiosas, como sarampo e poliomielite (conhecida como paralisia infantil e que por conta da vacinação está erradicada em alguns continentes

como na América do Sul), e que também prolongam a vida com a utilização de novas tecnologias.

O envelhecimento populacional é fruto de muitos avanços e é uma conquista da humanidade! O Brasil está deixando de ser um país jovem para ser um país maduro, com muitas pessoas idosas contribuindo com sua experiência em diversas áreas. Fato é que boa parte das personalidades públicas já se encontra na faixa etária dos 60 anos. Observe! Esta é uma idade muito produtiva!

Abra o grupo e faça uma breve introdução sobre a questão do envelhecimento populacional do Brasil e do mundo. Ressalte que o envelhecimento populacional é fruto do avanço de muitas áreas, que para conseguir o resultado das pessoas viverem mais, de termos mais idosos, muitas mudanças precisaram acontecer e muito trabalho foi feito. Solicite às pessoas idosas que se dividam em pequenos grupos para compartilhar as mudanças que puderam acompanhar, por exemplo, o acesso à saúde, as campanhas de vacinação, o uso de métodos anticoncepcionais, a quantidade de filhos nas famílias, a entrada da mulher no mundo do trabalho, etc.

Provavelmente, este é um tema que levará as pessoas idosas a relatarem suas histórias de vida e exercitarem a atividade de memória. Para Bosi (1994), um dos trabalhos sociais da pessoa idosa é a memória, o ato de lembrar, de produzir conhecimento e informações que não estão acessíveis nos registros oficiais sobre a história; a forma como o relato oral é expresso tem uma riqueza e contribuição social valiosa. A pessoa idosa, quando compartilha sua experiência com o outro, acrescenta mais uma versão, um olhar, sobre os fatos, retratando a complexidade da realidade. Quando compartilha com uma pessoa de outra geração dá vida a história e possibilita aproximação entre o passado e o presente, sendo elo do tempo. O trabalho da memória produz sentidos novos não só para quem escuta, mas também para quem fala, quem rememora, pois expande também o tempo para o futuro, abre portas, perspectivas, ganha sentidos para o agora e projeta possibilidades, cria sonhos.

Durante a discussão dos pequenos grupos, distribua folhas de cartolina ou papel e revistas contendo figuras diversas e peça para cada grupo representar as mudanças que foram testemunhas e que, provavelmente, contribuíram com o fato de as pessoas viverem mais hoje. Conclua a atividade, abrindo a discussão para o grande grupo. Cole os trabalhos na parede para formar um grande painel e registre a produção das pessoas idosas.

Encontro II e III: O lugar onde moro

A comunidade onde vive a pessoa idosa é o tema deste encontro. Peça para as pessoas idosas observarem como é o lugar onde vivem, talvez, um passeio pela cidade, pelas ruas, ajude a refletir sobre isso. O lugar onde estamos é feito de uma diversidade de coisas: casas, prédios, ruas, pessoas, bicicletas, carros, ônibus, árvores, jardins e praças. Como é este lugar? Que aspectos deste lugar retratam como as pessoas vivem? Como são tratadas pelo setor público? Como o lixo é cuidado? A saúde pública? Tem saneamento, água encanada, esgoto tratado? Que lugar ocupam as pessoas idosas? Como estão as famílias que moram nesta região? A que riscos sociais estão submetidas? Por exemplo, se as casas das pessoas

estão próximas a uma avenida de intenso fluxo de carro, há risco de pessoas serem atropeladas; ou se para crianças irem à escola têm que passar por uma região deserta, podem sofrer alguma violência como um assalto; se moram às margens de um rio, há risco de enchente; se na comunidade há pessoas envolvidas com o consumo ou tráfico de drogas, os adolescentes e jovens podem estar expostos a esse risco.

Ou seja, os lugares não são compostos apenas de sua dimensão geográfica, com suas árvores, altos e declives e, geralmente, estão marcados pela presença humana, pela forma como as pessoas se organizam em termos sociais, políticos, culturais e econômicos. Os lugares, os territórios, não são neutros e é interessante vermos a paisagem que estamos acostumados diariamente com um novo olhar, uma leitura diferente.

Proponha às pessoas idosas uma atividade utilizando fotografias do lugar onde moram. As pessoas idosas poderão trazer as fotos que dispõem e pedir algumas para familiares, amigos e vizinhos. Verifique se é possível realizar uma atividade intergeracional, com a participação de pessoas idosas e jovens, para tirarem fotografias da comunidade onde vivem. Sugira que tentem retratar a comunidade como se pudessem mostrá-la para uma pessoa que não conhece o lugar. Oriente os jovens e as pessoas idosas para fotografarem a comunidade em seu cotidiano, no modo de vida das pessoas daquele lugar, mostrando sua paisagem, sua cultura.

Com as fotos nas mãos do grupo, sejam aquelas trazidas pelas pessoas idosas, sejam aquelas que foram fotografadas, proponha a realização de um grande painel, como se pudessem fazer um mapa de fotografias da comunidade. Pode chamar os jovens para participar também deste momento. Havendo participantes idosos de comunidades distintas, proponha um painel para cada comunidade. Para finalizar, abra o grande grupo para compartilhar da experiência. A atividade permitiu que as pessoas idosas se apropriassem mais do lugar onde vivem? Que reflexões foram trazidas? Surgiram questões sobre dificuldades enfrentadas pela comunidade? Houve propostas de mudanças? Os recursos e potencialidades da comunidade foram observados?

É provável que o tema deste encontro seja desdobrado em outros encontros e isso deve ser feito para melhor adequar o desenvolvimento das atividades. Se houver oportunidade de realização de uma oficina intergeracional sobre fotografia e incluir como um dos temas a comunidade onde vivem as pessoas idosas, seria uma excelente forma de promover convivência intergeracional e aproximar as pessoas idosas de um recurso tecnológico simples, como é a máquina fotográfica, e da arte da fotografia, forma de expressão e comunicação.

Encontro IV: A contribuição das pessoas idosas na construção da comunidade

Explorando ainda o tema da pessoa idosa na comunidade, a proposta deste encontro é refletir sobre a contribuição social da pessoa idosa na construção do lugar onde vivem. Aproveite o painel de fotografia sobre a comunidade para conversar com as pessoas idosas sobre a história do bairro, do lugar onde moram. Pergunte quanto tempo as pessoas idosas

moram ali, quem conhece a história da região, como a comunidade se formou, quem participou deste momento, quais as mudanças que ocorreram? Como eles percebem hoje a comunidade?

Proponha às pessoas idosas dividirem-se em pequenos grupos para tratar da contribuição social da pessoa idosa na construção da comunidade. As pessoas idosas podem falar da própria experiência ou tomar como base o conhecimento que têm da história do lugar onde vivem. Provavelmente, as pessoas idosas de hoje eram os adultos que trabalharam, participaram e testemunharam a formação do bairro, da comunidade, como ela se encontra atualmente.

Depois forme o grande grupo para compartilhar os trabalhos e proponha a realização de uma atividade coletiva: a comunidade conta sua história. A ideia é fazer uma exposição aberta à comunidade sobre a história do lugar onde vivem. Importante ressaltar neste trabalho a contribuição social das pessoas idosas de hoje neste processo e, para isso, poderão colher relatos com outras pessoas idosas da comunidade que não participam do grupo. Lembre que a história da comunidade é feita das histórias de muitas pessoas e o grupo poderá incluir na exposição histórias de algumas pessoas idosas. Incentive a pesquisa, a busca de informação e o envolvimento de outros atores na exposição. O grupo já dispõe das fotografias sobre a comunidade e poderá criar outras atividades interessantes. Por exemplo, convidar algum grupo cultural da comunidade para fazer uma apresentação no lançamento da exposição.

Esta é uma oportunidade de fortalecer os vínculos comunitários e de promover encontros intergeracionais. Provavelmente, será necessário que as pessoas idosas se reúnam em outros momentos, além do horário do grupo, e poderão utilizar outros espaços para a preparação da exposição. A utilização de outros espaços é também uma oportunidade de convivência social que deve ser incentivada. Planeje o melhor momento da exposição. É possível que possa incluir outros temas, como o trabalho da pessoa idosa, que será debatido no próximo encontro.

Encontro V: O trabalho da pessoa idosa

“Artigo 10 – O potencial dos idosos constitui sólida base para o desenvolvimento futuro. Permite à sociedade recorrer cada vez mais a competências, experiência e sabedoria dos idosos, não só para tomar a iniciativa de sua própria melhoria, mas também para participar ativamente na de toda a sociedade.”

Declaração Política.

Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento.

Abril/2002.

As pessoas idosas tiveram oportunidade de discutir neste percurso questões referentes ao envelhecimento populacional e à participação das pessoas idosas neste processo; características e histórias da comunidade onde vivem; e a contribuição e testemunho das pessoas idosas em relação às mudanças ocorridas na comunidade. A proposta agora é discutir sobre o trabalho da pessoa idosa, sua capacidade produtiva e a contribuição que destina à sociedade com suas possibilidades e realizações.

Abra o debate no grande grupo a respeito de quem no grupo trabalha. Provavelmente, parte significativa responderá que já está aposentada ou que recebe o Benefício de Prestação Continuada. Mas insista no questionamento. Certo, a maioria tem uma renda fixa e mensal, mas algum de vocês realiza algum outro tipo de trabalho que ajuda a complementar a renda? Algum de vocês trabalha em casa? É responsável, por exemplo, por cuidados de netos ou até mesmo de outra pessoa na família que também é idosa?

Segundo o art. 27 do Estatuto do Idoso, *“o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas”*.

O que as pessoas idosas acham disso? Há pessoas idosas que gostariam de trabalhar? De que modo? Há dificuldades para exercer esse direito? Quais são os impeditivos? Em que as pessoas idosas poderiam contribuir com a comunidade? Que tipo de trabalho as pessoas idosas poderiam realizar? E como?

Ao tratar do tema trabalho com as pessoas idosas é importante não reproduzir o discurso de valorização apenas das pessoas que trabalham, minimizando o trabalho realizado pela pessoa idosa ao longo de sua vida, que hoje lhe dá direito à aposentadoria, a uma etapa de vida de não trabalho. Deve-se cuidar para não reduzir o cidadão àquele que trabalha, que exerce uma profissão, que é considerado socialmente produtivo. O conceito de trabalho deve ser ampliado, pois há muitas atividades realizadas por pessoas idosas que não são vistas, que não são valorizadas e nem reconhecidas como trabalho, como, por exemplo, o trabalho doméstico, as atividades ligadas ao cuidado, ou mesmo da memória. Nesta direção, vale à pena citarmos Bosi, inspirada nas ideias de Halbwachs:

“Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. (BOSI, 1994, p. 55)

Citando novamente o dado da pesquisa sobre o Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílio, realizada a partir dos dados do Censo de 2000, observa-se importante papel da pessoa idosa na organização atual das famílias brasileiras, já que 20% dos domicílios tinham, na época, a pessoa idosa como pessoa de referência. Já do ponto de vista das pessoas idosas, 62,4% destes exerciam essa função de referência no domicílio e 22% eram cônjuges, totalizando 84,4% de idosos brasileiros como pessoa de referência nos domicílios (IBGE, 2002).

O direito ao trabalho deve ser compreendido como o direito a participar da sociedade em condições que permita a pessoa idosa a autonomia, a realização e o sentimento de contribuir com suas capacidades, potencialidades e possibilidades para construção social.

Dialogue com as pessoas idosas, deixe que expressem como se sentem na comunidade. São valorizados, reconhecidos? Pergunte se conhecem pessoas idosas na comunidade que trabalham. Como veem as oportunidades de trabalho para a pessoa idosa que quer trabalhar. Após o debate sobre essa questão com o grupo, proponha acrescentar, na exposição sobre a história da comunidade, informações sobre o trabalho de pessoas idosas que vivem na comunidade. O grupo pode fazer uma pesquisa para saber, se possível, quantas pessoas idosas trabalham, desenvolvendo que tipo de trabalho, investigando outros elementos que sejam pertinentes ao tema. Certamente, os resultados desta pesquisa apontarão que as pessoas idosas, mesmo aposentadas, realizam diversos tipos de trabalho e contribuem socialmente de várias formas. Poderá utilizar relatos, depoimentos e histórias de vida de pessoas idosas, que enriquecerá ainda mais a exposição.

Encontro VI: Vida e Memória

“A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. (...) Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito.” (Bosi, 1994, p. 39)

É do humano a necessidade de contar histórias. Faz parte do modo como nos relacionamos, utilizando a linguagem, a comunicação para compartilhar da vida, dos fatos do cotidiano com o outro. A necessidade de falar de si, de contar histórias de nossa própria vida é também uma característica do nosso modo de ser enquanto pessoas. A experiência vivida constitui em alicerce para nosso momento atual e futuro, e é por meio da memória que o que vivemos se faz presente.

À medida que envelhecemos outros modos de vida vão se configurando, que se diferenciam do modo da juventude, voltado para os sonhos da adolescência e da vivência do futuro; do modo acelerado e tenso da vida adulta, pressionado pelas atividades profissionais, pelas preocupações do cotidiano e do cuidado com os filhos; começa a ganhar espaço um modo de vida mais amadurecido, com novos valores, com um ritmo diferenciado, com uma nova relação com o tempo, cuja experiência vivida ganha um outro peso e dimensão no dia-a-dia. Provavelmente por isso, o ato da memória para a pessoa idosa ocupe um lugar tão significativo!

Assim, para trabalhar com a pessoa idosa é importante dar espaço para esse ritmo, para esse modo de expressão, para essa forma de relação com o presente, permeado de experiências, de vivências, de passado, de histórias. É necessário valorizá-lo, estimular este

processo, pois é de história que se constitui o presente, que nos apropriamos de nós mesmos e que produzimos sentidos para o nosso futuro.

“Ao lembrar do passado ele (velho) não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida.”
(Bosi, 1994, p. 60)

A memória não é apenas individual, é também social, reflete a vida de um grupo, um coletivo, uma época. Após falar dos fatos históricos que contribuíram com o envelhecimento da população, depois de construir a história da comunidade e pesquisar histórias de pessoas idosas que foram testemunhas desse processo, é momento de ter um espaço para as pessoas idosas compartilharem de forma mais livre suas próprias histórias. Assim, história de vida é o tema deste encontro.

Para facilitar o início das falas, proponha no encontro anterior que cada pessoa idosa traga um objeto pessoal que considere importante em sua vida e que queira compartilhar sua história com o grupo. Solicite que as pessoas idosas reúnam-se em duplas para compartilhar uma história que tem relação com este objeto, porque ele é importante em sua vida, como o adquiriu, que história ele traz, compartilhando sua história de vida para seu companheiro de dupla. A ideia é que o objeto possa ser facilitador dessa troca, respeitando aqueles que preferam falar apenas do objeto que trouxeram. No final, convide todos para compartilhar da experiência. O que acharam? O que sentiram? Existiram histórias semelhantes?

A proposta é que as pessoas idosas possam compartilhar suas histórias, exercitando a memória, fortalecendo os vínculos e apropriando-se de si mesmo. Possivelmente, os laços entre os participantes estão mais estreitos, já que as pessoas idosas se reúnem há mais de cinco meses. Assim, provavelmente, os participantes sintam-se mais à vontade para compartilhar sua vida com seus companheiros, podendo até sentir necessidade desse compartilhamento. Como a experiência passada, as histórias vividas têm uma função de trazer sentidos para os momentos atuais, constituindo em base para os projetos futuros. É importante ter espaço para momentos como este e, se for necessidade do grupo, o orientador social poderá organizar outro encontro com este mesmo tema.

Encontro VII: Memória e diversidade cultural: expressão dos povos

“(...) o patrimônio cultural é diretamente vinculado a uma memória das gerações anteriores que se manifesta no dia a dia.” (MDS, 2009, p. 64)

Memória não é apenas uma capacidade individual, mas coletiva, expressão da cultura dos povos. O Brasil, por sua dimensão e história constituída por vários povos, expressa uma diversidade cultural muito rica, alimentada pela memória de grupos étnicos diversos, oriundos de vários continentes como a África, a Europa, a Ásia Oriental, como os japoneses, além dos indígenas, nativos das Américas no período das colonizações europeias. A mistura desses povos caracteriza a cultura miscigenada do povo brasileiro, produzindo a diversidade cultural expressa na língua, na culinária, nos costumes, nas brincadeiras, nas expressões artísticas, na religiosidade, na organização social e econômica.

A cultura do nosso cotidiano tem, assim, uma multiplicidade de influências e uma expressão muito diversa. Basta visitarmos um lugar, em cada uma das regiões, para sentir a dimensão de nosso país continental; conhecer o ritmo dos tambores da Bahia, o sabor da comida mineira, os modos de locomoção na região norte, permeados pelas águas do Amazonas, as festas populares no interior de Goiás, o vestuário gaúcho, com seu folclore e tradições. Muito do que fazemos no dia-a-dia tem influência de várias culturas que estão incorporadas no nosso modo de vida, sem sabermos de suas origens.

Além da singularidade da cultura de cada região e lugar, temos também a presença de diversos povos e comunidades tradicionais³⁴, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, etc, contribuindo com a diversidade brasileira e a pluralidade cultural que constitui a identidade do nosso povo. Pela tradição oral, que caracteriza a maioria dessas comunidades, é comum que as pessoas idosas constituam a memória desses grupos, ocupando um lugar de destaque na organização social pela responsabilidade da transmissão dos saberes para as gerações mais novas. O conhecimento dessas comunidades tradicionais, suas culturas, crenças e saberes, fazem parte do patrimônio imaterial brasileiro³⁵.

A cultura é alimentada e constituída pela memória e uma das formas de sua reprodução se dá pelas histórias populares, os contos, as lendas e os provérbios. Convide as pessoas idosas a contar as histórias populares que conhecem, que escutaram quando eram crianças e que aprenderam com as pessoas do lugar onde vivem. Faça da atividade um momento lúdico e descontraído. Se alguma das pessoas idosas sentir naturalidade em expressar os contos que conhecer por meio da música, da dança, do teatro e da poesia, incentive essa expressão artística.

³⁴ Em 2007, foi regulamentada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais por meio do Decreto n.º 6.040/2007. O MDS é responsável por presidir a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Outras informações podem ser obtidas no sítio institucional do MDS no link: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais>

³⁵ O Ministério da Cultura desenvolve a Ação Griô Nacional que consiste na “preservação das tradições orais das comunidades e a valorização dos Griôs, Mestres e Aprendizes, enquanto patrimônio cultural Brasileiro.” Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidania/acao-griou/](http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidania/acao-griou) Acesso em 04/01/2011.

O estímulo à vivência cultural e à expressão artística poderá ser explorada em todos os encontros.

À medida que tiver oportunidade, ou ao encerrar o grupo, fale sobre a diversidade cultural do povo brasileiro, sobre a riqueza de nossa cultura e das várias comunidades que compõem nossa população. Enfatize que a diversidade deve ser respeitada, que a pluralidade produz diferentes modos de vida e alimenta a criatividade. Abra espaço para que as pessoas idosas possam dialogar sobre isso. Se for oportuno, peça para os participantes pesquisarem para o próximo encontro histórias de comunidades tradicionais localizadas nos lugares onde vivem ou em suas proximidades. Se houver pessoas idosas de comunidades tradicionais participando do grupo, explore a herança cultural do povo que faz parte.

Encontro VIII: Pessoa Idosa é cultura: valorização da memória e de expressões artísticas e culturais das pessoas idosas

Este encontro pode ser desenvolvido a partir da pesquisa trazida pelas pessoas idosas sobre a cultura de povos e comunidades tradicionais onde vivem, ou ser realizada a partir de algum material trazido pelo orientador social para explorar o tema da diversidade cultural. Nesta direção, colocamos alguns textos que expressam a riqueza dos saberes populares e podem ser utilizados para trabalhar o tema.

O primeiro texto consiste em um relato sobre as origens do Tambor de Crioula, manifestação popular da cultura do Maranhão que compreende uma *“forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores.”* (RAMASSOTE, IN IPHAN, 2006, p. 16)

*“O tambor é muito importante, o tambor é formado uma festa de amor dada pelos preto velho antigo, onde um preto, numa fazenda, um preto antigo, onde princesa Isabel libertou os pretos e ele ficou muito alegre, e ele gritava, falava, batia em cima de uma lata, fazendo a festa. Aí um falou e disse assim: é muito importante eu saber por causa (é uma história boa, depois eu vou lhe dizer de onde é que vem a história), aí dissero, aí formaro um coro, aí encubriro um pau assim como um tambor, aí ficaro fazendo a festa de alegria, de alegria.”
Leôncio Baca, Tambor de Leôncio”*

O segundo texto foi retirado da dissertação de mestrado de Larissa Malty que buscou “trazer par a academia o conhecimento tradicional de comunidades do cerrado mantidos por suas matriarcas”. A autora utilizou recursos artísticos e teatrais desenvolvendo uma “personagem teatral arquetípica, a Velha do Cerrado, que visita as comunidades pesquisadas em busca da compreensão de sua produção cultural relacionada à preservação ambiental” (MALTY, 2007, p. 5)³⁶.

“No caminho das águas uma árvore velha observa a velha senhora. Elas são do mesmo tamanho. Elas têm a mesma raiz. Estão ambas sentadas sobre as pedras.

Vem a chuva e elas abrem a boca. Vem a tempestade e elas se fincam nas pedras. Vem o sol e elas bebem a chuva. Se curvam diante do sol, como se murchassem, elas reverenciam.

Nos dedos mais finos da árvore estão os rostos de seus filhos, os brotos.

Nas mãos velhas da velha tem as linhas.

Tudo está escrito na terra. Tudo está na ponta dos dedos, na palma da mão.

Tudo tem seu tempo de amanhecer.

Se é broto, ao mesmo tempo é mãe; Se é mãe, ao mesmo tempo é deus;

Se é deus, ao mesmo tempo é chuva.

No coração da árvore tem uma flor. Na flor da velha, um coração.

A velha põe sua flor nos cabelos e sai embelezando o caminho. E o coração da árvore brotou todo dentro dela.

Velha do Cerrado, Goiânia, maio 2005” (MALTY, 2007, p. 25).

³⁶ Dissertação apresentada por Larissa dos Santos Malty ao Mestrado Acadêmico em Gestão Ambiental do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, em 2007. Disponível em: <http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/LarissaMalty.pdf> Acesso em: 21/12/2010, as 11h11.

O terceiro texto é um mito indígena sobre a criação da humanidade. Este mito é contado pelo povo Desana, que vive no estado do Amazonas e também na Colômbia³⁷.

“Para o Desana, a humanidade inteira tem a mesma origem. Contam que no princípio, quando o mundo não existia, uma mulher conhecida como Yebá Buró, ou a Avó do Mundo, gerou cinco homens Trovões. Eles é que deveriam criar a futura humanidade, mas não conseguiram. Então ela criou o Bisneto do Mundo, Yebá Gõãmu, e depois seu irmão, Umukomahsu Boreka.

Os dois irmãos e o Terceiro Trovão saíram para criar a futura humanidade e para isso levaram todas as riquezas que possuíam. O Terceiro Trovão se transformou em uma cobra grande e desceu até o fundo do Lago de Leite. Essa cobra, também chamada de Canoa de Transformação, tinha os dois irmãos como comandantes e se deslocava como um submarino.

Eles criaram casas em baixo d’água e em cada lugar que paravam faziam rituais com as riquezas que haviam levado. Estas riquezas se transformaram em gente. Depois disso, os irmãos criaram as línguas dos diferentes grupos que ainda hoje vivem na região do alto rio Negro.

Na volta, a Canoa de Transformação levou os humanos até uma cachoeira. Foi lá que eles pisaram na terra pela primeira vez. Yebá Gõãmu, o Bisneto do Mundo, não foi à terra, mas deu origem ao chefe dos Tukano, que foi o primeiro a descer da cobra-canoa. Depois foi Boreka, o chefe dos Desana, que desceu. O terceiro foi o chefe dos Pyra-Tapuyo, o quarto o dos Siriano, o quinto foi o chefe dos Baniwa e o sexto a sair foi o chefe dos Maku. O Bisneto do Mundo deu a todos eles alguns objetos e o poder de serem tranquilos, de fazerem grandes festas e de conviverem bem com muita gente.

O sétimo a sair foi o homem branco que tinha uma espingarda na mão. Yebá Gõãmu não lhe deu bens, mas disse que seria uma pessoa sem medo, que faria guerra para roubar a riqueza dos outros. O branco depois de dar um tiro com sua espingarda seguiu em direção ao sul para fazer guerra.”

A pesquisa das pessoas idosas sobre povos e comunidades tradicionais do lugar onde vivem, os textos que inspiram a reflexão sobre a diversidade cultural desses povos e as influências que exercem nos nossos modos de vida, são conteúdos a serem

³⁷ Texto retirado do site Povos Indígenas no Brasil Mirim, projeto do Instituto Socioambiental (ISA), cujo objetivo é produzir material destinado à pesquisa escolar, visando “apresentar a diversidade de povos, romper com a ideia de “todos os índios são iguais” e despertar o interesse e o respeito das crianças às culturas indígenas existentes no Brasil”. Disponível em: <http://pibmirim.socioambiental.org/como-vivem/mitos> Acesso em: 21/12/10, as 10h40.

trabalhados. No entanto, o orientador social pode ainda convidar as pessoas idosas a demonstrarem suas habilidades artísticas e culturais, incluindo no encontro apresentações e o compartilhamento sobre as expressões criativas das pessoas idosas.

Encontro IX: As possibilidades da geração atual das pessoas idosas (1º Parte)

Outro tema a ser explorado neste percurso refere-se a conteúdos atuais voltados, por exemplo, para utilização de recursos tecnológicos e ferramentas de comunicação. Utilizaremos o computador como exemplo mais emblemático da era digital, que vem revolucionando a vida contemporânea em todas as áreas. O uso do computador está muito associado a uma imagem de juventude, ao que se tem de mais avançado, um símbolo da modernidade, sendo o oposto da imagem da pessoa idosa, associada ao arcaico, ultrapassado e antiquado. O uso do computador por pessoas idosas é algo comumente visto como um descompasso ou mesmo como tarefas inconciliáveis. No entanto, experiências têm mostrado que este é mais um dos mitos sobre a velhice. Afinal, o tempo das pessoas idosas também é o tempo de hoje, com todos os avanços e possibilidades de aprendizagem que possam usufruir.

Basta uma pesquisa no Google para descobrir vários projetos bem sucedidos de inclusão digital para pessoas idosas. Citamos pelo menos três: o Batismo Digital da 3ª Idade, iniciativa de donos de Lan House que participam da Rede CDI LAN³⁸; o Curso de Informática para Melhor Idade, promovido semestralmente para pessoas acima de 50 anos pela UNIVATES³⁹; e a Estação Digital do Clube da Pessoa Idosa, que constituiu um telecentro mantido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa⁴⁰.

Os depoimentos sobre os projetos relatam que no início as pessoas idosas mostram-se temerosos diante do contato com o computador, principalmente quando é o primeiro contato. Mas logo em seguida, com orientações didáticas, respeitando o ritmo de aprendizado de cada um, exercitando a coordenação motora com o uso do mouse, as pessoas idosas descobrem as possibilidades da navegação na internet e as facilidades do uso do computador.

A experiência permite que as pessoas idosas se aproximem de familiares mais jovens, como filhos e netos, por meio de e-mails, mensagens instantâneas e redes sociais, mantendo contato com aqueles que estão distantes, compartilhando fotos e vídeos. Exercitam a memória e a criatividade escrevendo em blogs; mantêm relações com outras pessoas, mediadas pelo computador, diminuindo situações de isolamento e solidão; pesquisam assuntos de seu

³⁸ A rede CDI LAN é uma divisão do Comitê para Democratização da Informática – CDI, organização não governamental que “*utiliza tecnologia como uma ferramenta para combater a pobreza e a desigualdade, estimular o empreendedorismo e criar novas gerações de empreendedores sociais*”. Para saber mais sobre o projeto Batismo Digital da 3ª Idade acesse: <http://cdilan.com.br/profiles/blogs/batismo-digital-da-3-idade-1>

³⁹ A UNIVATES é um centro universitário mantido pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (FUVATES), localizada em Lajeado (RS). Mais informações sobre o curso podem ser obtidas no link: http://www.univates.br/ctti/cursos_terceira_idade.php

⁴⁰ Site da Estação Digital de João Pessoa: <http://www.estacaodigitaljp.com.br/> Informação disponível em: <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20100903123923&cat=paraiba&keys=idosos-tem-aula-informatica-se-conectam-ao-mundo-virtual> Acesso em 22/12/2010, as 20h38.

interesse, buscando informações sobre cultura, saúde, entretenimento, etc; e ainda utilizam os serviços disponíveis pela internet, como acesso a conta bancária, entre outros. O uso do computador e da internet ainda tem estimulado as pessoas idosas a começarem novos projetos, retornarem à sala de aula e continuarem os estudos. A realidade tem mostrado que, depois de se tornar um usuário do computador e da internet, não há diferença no seu uso entre pessoas mais jovens e mais velhas.

A inclusão digital de pessoas idosas é uma atividade muito enriquecedora. Assim, se houver meios de promover a iniciação de pessoas idosas no mundo digital, deverá ser feito o possível para concretizá-lo. Poderá ser negociado o uso de horário nas instalações do CRAS, de outros serviços socioassistenciais ou de outra unidade da prefeitura, como os telecentros, nas quais haja disponibilidade de equipamentos. Esta é também uma oportunidade de realizar parcerias, como com o Ministério das Comunicações, por exemplo, que por meio do Programa Gesac⁴¹ dispõe de mais de 11.000 pontos de tecnologia da informação e comunicação em mais de 4.750 municípios, atendendo principalmente lugares de difícil acesso.

Outra alternativa é identificar uma “*lan house*”, um estabelecimento comercial para uso de computadores e acesso a internet, próximo ao local onde o Serviço é realizado e conversar sobre a possibilidade de uma visita das pessoas idosas para conhecer o mundo da informática. Dependendo da quantidade de pessoas idosas e do tamanho do lugar, pode-se dividir o grupo para facilitar o contato com os computadores e a atenção que poderá disponibilizar para cada um nesta atividade.

Esta visita poderá ser apenas para as pessoas idosas conhecerem este ambiente, considerado muitas vezes como exclusivo de jovens, e estarem diante da tela de um computador, sugerindo a possibilidade de um novo mundo possível para eles. Pesquise antes alguma informação que considere interessante para as pessoas idosas terem acesso por meio da internet, como por exemplo, o Portal do Envelhecimento www.portaldoenvelhecimento.org.br, o site do Observatório Nacional do Idoso <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/>, o Portal da Terceira Idade www.portaldaterceiraidade.com.br, acessando, por exemplo, uma matéria interessante como a dos 103 anos de Oscar Niemeyer⁴², arquiteto responsável pelo projeto da cidade de Brasília e que ainda desenvolve trabalhos na área da arquitetura e até compõe música.

Outro aspecto que deve considerar é o alto índice de analfabetismo entre as pessoas idosas. Desta maneira, quando for realizar essa atividade, organize outras possibilidades de acesso ao computador, que não seja apenas por meio da leitura, para aqueles que não são alfabetizados. Possibilidades como, por exemplo, apresentar um vídeo, acessar uma música numa rádio disponível na internet, uma reportagem gravada em algum dos sites de jornal *on line*, mostrar fotos do próprio grupo de pessoas idosas que foram tiradas em alguma atividade do Serviço. Explore o contato por meio da imagem e da oralidade, utilizando ícones, vídeos, fotos e sons. Aproveite a oportunidade para despertar a curiosidade das pessoas idosas, o interesse pelo computador, estimulando a vontade de aprender a ler e escrever. Este pode ser

⁴¹ Para saber mais acesse: <http://www.gesac.gov.br/>

⁴² Disponível em: http://www.portalterceiraidade.com.br/horizontais/noticias_cidadao/noticia02.htm

Acesso em 23/12/2010, as 10h43.

um momento de informar ao técnico de referência sobre as pessoas idosas que tiverem interesse para cursos de alfabetização de jovens e adultos, constituindo em mais uma possibilidade de parceria com a rede de serviços locais.

Após a atividade ou no encontro seguinte, faça um fechamento com as pessoas idosas para que possam expressar sobre o que acharam da experiência e o que sentiram.

Encontro X: As possibilidades da geração atual de pessoas idosas (2º Parte)

A ideia deste segundo encontro é explorar outros recursos tecnológicos que fazem parte do cotidiano da pessoa idosa, de modo a aumentar a familiaridade com estes recursos e o domínio em sua utilização, gerando uma maior autonomia, sensação de segurança e independência. O grupo poderá sugerir e escolher temas que sejam de seu interesse, como por exemplo, a utilização de cartões de banco pelas pessoas idosas e o acesso a agências bancárias e caixas automáticos. As páginas dos jornais estão cheias de situações de pessoas idosas que são vítimas de golpes de pessoas que se propõem a auxiliá-las quando vão fazer algum saque em agência bancária ou caixa eletrônico e realizam alguma fraude contra as mesmas, roubando seu cartão bancário e sua senha, e até praticando violência física.

Para algumas pessoas idosas, o ambiente da agência bancária ou o manuseio de caixas eletrônicos produz tensão e insegurança, dado o receio de que algum erro gere perda financeira, a dificuldade de entendimento das instruções dos caixas eletrônicos, as letras que para algumas pessoas idosas é de tamanho reduzido, a velocidade exigida para passar para próxima tela, cuja demora leva o sistema a retornar para tela inicial, exigindo que as pessoas idosas reiniciem a operação e sintam uma maior pressão da fila de pessoas que aguarda sua liberação do caixa (ALMEIDA *et al*, 2009). Assim, é muito comum que pessoas idosas procurem ajuda de terceiros. Sabendo desta situação, há quadrilhas que se especializam em aplicar golpes em pessoas idosas, passando-se por funcionários bancários, induzem as mesmas a acreditarem que houve algum problema, sendo necessário digitar novamente a senha, utilizando de outros artifícios para ludibriá-las.

O estudo realizado por Almeida *et al* (2009) indica que a maior parte das pessoas idosas que sentem dificuldades em realizar transações bancárias são mulheres. Isso se deve ao fato desta ter sido uma atribuição de seus maridos durante toda a vida, sendo necessário que as mulheres habituem-se a ela após o falecimento do cônjuge.

Soma-se a esta realidade a violência que todos na sociedade, principalmente, nos grandes centros urbanos, estão expostos, e em especial às pessoas que já estão em uma situação de maior fragilidade, como ocorre com as pessoas idosas que muitas vezes apresentam maior lentidão ou dificuldades de locomoção, aumentando a tensão e a sensação de insegurança nos ambientes bancários.

Proponha o debate no grande grupo sobre o tema e realize uma atividade didática de como realizar operações bancárias de modo seguro. Utilize material audiovisual para informar a maneira correta de utilizar o cartão bancário, quais as operações que estão disponíveis, faça um passo a passo geral que ajude as pessoas idosas a sentirem-se mais familiarizadas e mais

seguras com a situação e peça para elas encenarem entre si um momento habitual de utilização dos serviços bancários. Dê algumas orientações como não fornecer a senha, não aceitar ajuda de estranhos, confirmar se a pessoa que se propõe a ajudar é mesmo funcionária do banco, não realizar operações se se sentir intimidado por alguma pessoa estranha.

Escute as dificuldades das pessoas idosas, use sua criatividade e busque possibilidades de parceria para desenvolver a atividade, por exemplo, se há algum programa educativo na agência bancária que as pessoas idosas possam participar. Poderá ampliar a proposta do encontro e realizar a discussão sobre outros temas semelhantes como, por exemplo, fazer uma oficina sobre educação financeira. O MDS em parceria com a Caixa Econômica elaborou uma versão preliminar de cartilha sobre educação financeira para beneficiários do Programa Bolsa Família⁴³, que pode ser útil para as pessoas idosas.

Proposta de encontro no final do percurso:

Encerrado o Percurso III, é momento de reunir as pessoas idosas e propor uma atividade com a participação da comunidade. A sugestão é que o tema deste encontro seja a cultura. Havendo no grupo pessoas com habilidades artísticas, como músicos, cantores, poetas, dançarinos, artísticas plásticos, proponha apresentações culturais realizadas pelas pessoas idosas do próprio grupo. Caso não haja pessoas idosas com essa aptidão, busque na comunidade grupos culturais, de preferência que tenham a participação de pessoas idosas ou sejam formados por pessoas idosas. É também uma oportunidade de explorar os recursos da comunidade, ampliar as redes e as possibilidades de parceria. Em Campina Grande, na Paraíba, por exemplo, há uma banda de pífano formada por pessoas idosas do Centro Municipal de Convivência do Idoso de Campina Grande chamada de Cantores da Colina. Esta banda tem realizado apresentações em diversos eventos e, por sua qualidade, tem feito muito sucesso! Quem sabe surge ideias como esta no grupo em que está facilitando?

⁴³ A cartilha está disponível em formato digital na biblioteca do site do MDS. Acesse: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/cartilhas/educacao-financeira-para-beneficiarios-do-programa-bolsa-familia/educacao-financeira-para-beneficiarios-do-bolsa-familia>

Um outro documento que poderá ser útil é a Cartilha de Procedimentos Bancários para a Pessoa Idosa, elaborada pela Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/manual/13.pdf> Acesso em: 05/01/2011.

3.4.3. Percurso IV

O grupo reinventou sua casa!

O Percurso IV objetiva exercer a criatividade, a capacidade da pessoa idosa de envolvimento com seu entorno, potencializando a participação social, sua autonomia e a construção de projetos pessoais e coletivos. Este é um momento ativo, de ação, de expansão das fronteiras do grupo em direção ao coletivo. É momento de reinventar a si mesmo, a relação familiar e com o mundo, de reinventar sua casa. Aqui o sentido de casa não é apenas o espaço doméstico, mas o próprio corpo, a própria pessoa, as relações familiares, o espaço comunitário, o grupo de pessoas idosas, no seu diálogo com a sociedade.

A proposta é que o Percurso IV seja constituído de uma média de dez encontros e explore conteúdos de três temas transversais: envelhecimento e direitos humanos e socioassistenciais; pessoa idosa, família e gênero; e envelhecimento e participação social. Considerando o desenho do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, cujo movimento expressa um ciclo que se inicia com a formação do grupo, no Percurso I; explora temas sobre a questão do envelhecimento, do significado de ser pessoa idosa, seus direitos e a relação com a família, no Percurso II; expande os temas para a questão do envelhecimento populacional, da comunidade, da cultura e temas atuais, como a utilização de recursos tecnológicos por pessoa idosa, no Percurso III; então, no Percurso IV, pretende avançar na direção da participação social da pessoa idosa, no fortalecimento de vínculos comunitários, na expressão de sua criatividade, no desenvolvimento de capacidades para realização de projetos pessoais e coletivos.

Atividades propostas para os encontros do Percurso IV: *O grupo reinventou sua casa!*

Encontro 1: A pessoa idosa e as instâncias de participação e controle social

A Política Nacional do Idoso, regulamentada pela Lei n.º 8.842/1994 e pelo Decreto n.º 1.948/1996, tem como uma de suas diretrizes:

“II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos.” (Art. 4º, Lei n.º 8.842/1994)

A Lei n.º 8.842/1994 estabelece ainda em seu art. 6º que:

“Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.”

E diz ainda em seu art. 7º, conforme nova redação dada pela Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso:

*“Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a **supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso**, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.”*

Desta maneira, desde 1994, os conselhos de defesa de direitos das pessoas idosas estão oficializados no país, sendo compostos por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. A regulamentação de conselhos municipais, estaduais, distrital e federal expressa a luta das pessoas idosas e dos movimentos sociais neste campo e cria um espaço de participação política das pessoas idosas, de exercício da cidadania, de possibilidade de maior intervenção das pessoas idosas na esfera pública, de reivindicação de direitos e de concretização de ações de seu interesse.

Em 2006, foi organizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, cujo tema central foi a criação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – RENADI. Em 2009, foi realizada a II Conferência Nacional, que teve o objetivo de avaliar a RENADI. A II Conferência foi precedida em 2008 por conferências municipais, regionais, territoriais, estaduais e Distrital, mobilizando cerca de 61 mil participantes em 1.154 municípios do país⁴⁴.

O objetivo desse encontro é informar a pessoa idosa sobre as instâncias de participação e controle social e estimular seu protagonismo e exercício da cidadania. Portanto, informe-se sobre a existência de conselho de defesa dos direitos da pessoa idosa em seu município e proponha alguma ação, seja para realização de uma visita do grupo de pessoa idosa, seja para uma palestra promovida pelo próprio Conselho. Muitas possibilidades podem ser desdobradas neste encontro. Se o município não dispõe de conselho de direitos dos idosos, fale sobre sua importância, seu papel, e sobre a possibilidade das pessoas idosas se organizarem e mobilizarem-se em busca de sua criação. Poderá ser uma oportunidade também para conhecer outros conselhos, como os de assistência social e saúde, por exemplo.

⁴⁴ Informações disponíveis nos Anais da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Avaliação da rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa: avanços e desafios. 1ª Ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/PR, 2010. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/idoso/anais_cndi_2.pdf Acesso em 04/01/2011.

“As conferências e os conselhos, nas três esferas, são “caixas de ressonância” das demandas da sociedade. São espaços privilegiados de interlocução e negociação política, fundamentais para a democratização da política de assistência social.” (BRASIL, 2008, vol. 2, p. 27)

Os conselhos e conferências são canais de participação popular, expressando o esforço de democratização e descentralização das políticas públicas e o aumento do controle social exercido pela sociedade. No entanto, esta é uma cultura nova que ainda está se estabelecendo e, por isso, algumas vezes, requer o confronto com práticas clientelistas, paternalistas e autoritárias, que tendem a dominar estes espaços de embate político, de presença de usuários e manifestação popular.

Além destes, há outros espaços de controle social como orçamento participativo e câmara de vereadores, que podem e devem ser utilizados pela participação popular, controle e reivindicação de direitos pelos cidadãos. Assim, é importante pesquisar a realidade local, informar as pessoas idosas e estimular sua participação e protagonismo.

Encontro 2: Respeito e valorização da pessoa idosa: prevenção à violência (1ª Parte)

“O maior antídoto da violência é a ampliação da inclusão na cidadania.” (MINAYO, 2004, p. 40)

Uma “sociedade para todas as idades” é um *slogan* presente no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2003) e na maioria das conferências sobre a pessoa idosa. De fato, o envelhecimento da população mundial é um fenômeno recente, principalmente se pensarmos nos países em desenvolvimento, e requer mudanças culturais na forma como as pessoas idosas são vistas, tratadas, cuidadas e acolhidas na sociedade. É necessário rever o espaço social destinado às pessoas idosas, as possibilidades de participação, contribuição e exercício de sua cidadania, suas necessidades e as formas de atendê-las, legitimando o direito de viver com qualidade e dignidade.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas tem como um de seus propósitos a promoção de uma cultura de respeito, solidariedade, autonomia e de participação cidadã e, por se tratar de um serviço de proteção social básica, objetiva prevenir riscos sociais. Desta maneira, informar sobre a violência contra a pessoa idosa, conhecê-la com o objetivo de preveni-la, constitui-se no tema deste encontro.

Segundo Minayo (2004), a violência contra a pessoa idosa não deve ser vista de forma dissociada do contexto social e reflete a violência que a sociedade brasileira está exposta, produzindo e introjetando em sua cultura. Reflete a forma como a pessoa idosa é tratada, o espaço que lhe é destinado na sociedade, algo que já abordamos em momentos anteriores, referindo-se a uma dimensão coletiva relacionada à imagem negativa do envelhecimento, impregnada no imaginário popular:

“A sociedade mantém e reproduz a ideia de que a pessoa vale o quanto produz e o quanto ganha e por isso, os mais velhos, fora do mercado de trabalho e quase sempre, ganhando uma pequena aposentadoria, podem ser descartados: são considerados inúteis ou peso morto.” (MINAYO, 2004, p. 2)

A autora aponta outra dimensão da violência que diz respeito à convivência, à história e às relações com as pessoas idosas, considerando “que há idosos e idosos, distintos em suas características e em suas necessidades”. (MINAYO, 2004, p. 2)

Nessa direção, denuncia que as pessoas idosas que estão em situação de maior dependência, seja física ou mentalmente, estão mais vulneráveis e sujeitos à violência; que aqueles que sofrem os agravos da desigualdade social e da pobreza estão mais vulneráveis a riscos sociais, entre estes, à violência; que as mulheres são maiores vítimas de abusos no interior da casa, enquanto os homens são as vítimas preferenciais nas ruas.

A violência e os maus tratos contra a pessoa idosa se expressam de forma física, psicológica, em violações de direitos como abandono, negligências, abuso financeiro e em comportamento de autonegligência⁴⁵. Constitui um problema universal que acomete todas as classes sociais, culturas, etnias e religiões, indicando que as estatísticas de violência contra a pessoa idosa são apenas “a ponta do iceberg de uma cultura relacional de dominação, de conflitos intergeracionais, de negligências familiares e institucionais”. (MINAYO, 2004, p. 26)

De acordo com Minayo (2004), estudos internacionais apontam que 2/3 da violência contra idosos é praticada por filhos ou cônjuges. A autora cita pesquisas brasileiras e internacionais⁴⁶ que indicam sinais de riscos e vulnerabilidades de exposição dos idosos à violência em suas próprias casas:

- ✓ *“o agressor viver na mesma casa que a vítima;*
 - ✓ *o fato de filhos serem dependentes financeiramente de seus pais de idade avançada;*
 - ✓ *os idosos dependerem da família de seus filhos para sua manutenção e sobrevivência;*
 - ✓ *o abuso de álcool e drogas pelos filhos, por outros adultos da casa ou pelo próprio idoso;*
 - ✓ *os vínculos afetivos entre os familiares serem frouxos e pouco comunicativos;*
 - ✓ *o isolamento social dos familiares ou da pessoa de idade avançada;*
 - ✓ *o idoso ter sido ou ser uma pessoa agressiva nas relações com seus familiares;*
 - ✓ *haver história de violência na família;*
 - ✓ *os cuidadores terem sido vítimas de violência doméstica, padecerem de depressão ou de qualquer tipo de sofrimento mental ou psiquiátrico.”*
- (MINAYO, 2004, p. 34-35)

⁴⁵ Diz respeito ao comportamento do idoso que ameaça à própria saúde e segurança como a recusa por tratamento ou alimentação.

⁴⁶ Menezes (1999), Ortmann et al. (2001), Wolf (1995); Sanmartin et al (2001), Costa & Chaves (2002), Reay & Browne (2001), Williamson & Schaffer (2001), Lachs et al (1998), Anetzberger et al (1994).

Para Minayo (2004), a maioria das culturas segrega os idosos, seja de forma simbólica ou materialmente, e ainda deseja sua morte.

“Nas sociedades ocidentais, o desejo social de morte dos idosos se expressa, sobretudo, nos conflitos intergeracionais, nas várias formas de violência física e emocional e nas negligências de cuidados. As manifestações culturais e simbólicas desse desejo de se liberar dos mais velhos se diferenciam no tempo, por classes, por etnias e por gênero. No caso brasileiro, os maus tratos e abusos são os mais variados. Cometidos em grande maioria pelas famílias, eles vão desde os castigos em cárcere privado, abandono material, apropriação indébita de bens, pertences e objetos, tomada de suas residências, coações, ameaças e mortes. Das instituições públicas e privadas de proteção e da sociedade em geral, os idosos se queixam de maus tratos, desrespeito e negligências. Muitos abusos contra esse segmento da população, na conjuntura atual, são agravados pela situação de desemprego, levando a que o grupo familiar se apodere dos parcos benefícios da aposentadoria do idoso, relegando-o a uma vida de pobreza, de dependência ou de internação em asilos para indigentes. Nos asilos, frequentemente, eles padecem de isolamento social, problemas de saúde não atendidos e de desnutrição (Guerra et al, 2000).” (MINAYO, 2004, p. 9)

Espera-se que com os elementos trazidos sobre a violência contra a pessoa idosa, o facilitador tenha subsídios para trabalhar o tema no grupo. Além de informar as pessoas idosas sobre a gravidade desse fenômeno, é importante abrir espaço para reflexão, comentários e indicar os serviços disponíveis no município que recebem denúncias, protegem e apoiam as pessoas idosas que foram vítimas de violência, como defensorias públicas e Centros Integrados de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa⁴⁷. Esta é mais uma possibilidade de parceria que poderá desdobrar em outras atividades com as pessoas idosas. É momento também de articulação com a proteção social especial, responsável no Sistema Único de Assistência Social por serviço socioassistencial de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Assim, ao observar situações de violência contra a pessoa idosa, o técnico de referência do CRAS deverá ser imediatamente informado para que possa fazer encaminhamento à proteção social especial.

Encontro 3: Respeito e valorização da pessoa idosa: prevenção à violência (2º Parte)

Após a discussão sobre o tema da violência contra a pessoa idosa, proponha ao grupo a realização de uma campanha de promoção da valorização da pessoa idosa. Esta é uma excelente forma de prevenir a violência contra a pessoa idosa.

⁴⁷ Estes Centros foram criados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, estão vinculados a instituições governamentais e não governamentais e são avaliados e monitorados pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli – CLAVES/ENSP/FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/centros/index.php>

Estimule a exporem a contribuição social das pessoas idosas, o trabalho realizado por estes, que muitas vezes é invisível para a sociedade, por nem sempre ser remunerado. Poderá utilizar informações e material produzido em percursos anteriores. A campanha poderá conter também informações sobre os direitos das pessoas idosas e a necessidade de proteção social e de prevenção da violência contra a pessoa idosa. Poderá otimizar as ações, utilizando material de uma campanha que já esteja sendo realizada pela proteção social especial ou pela secretaria de direitos humanos. Aproveitar para comemorar o Dia Nacional do Idoso, estabelecido pela Lei n.º 11.433, de 28 de dezembro de 2006, como o dia primeiro de outubro de cada ano. Poderá ainda, por exemplo, trabalhar um tema específico, como a violência no trânsito contra as pessoas idosas.

“Sendo os acidentes e violências no trânsito a primeira causa externa específica de morte nesse grupo etário, é preciso ter em conta a alta relevância de preparar melhor os dispositivos e sinais nas ruas e nas “travessias nas cidades. É de extrema importância, promover campanhas educativas, colocar conteúdos sobre os direitos dos idosos nas escolas de formação de motoristas, mobilizar os empresários do setor e punir os agressores, institucionais e individuais que os desrespeitam e os penalizam nos transportes públicos.” (MINAYO, 2004, p. 40-41)

“No trânsito, os idosos no Brasil passam por uma combinação de desvantagens: dificuldades de movimentos, próprias da idade, se somam a muita falta de respeito e mesmo a violências impingidas por motoristas e negligências do poder público.” (MINAYO, 2004, p. 19)

“Estudo qualitativo realizado por Machado (2002) mostra que uma das formas de violência social e relacional da qual as pessoas mais velhas mais se ressentem no Rio de Janeiro, por exemplo, é a forma como são tratadas nas travessias e nos transportes públicos, tornando o privilégio da “gratuidade do passe”, a que têm direito por lei nos meios de transporte, em humilhação e discriminação.” (MINAYO, 2004, p. 19)

Incentive o grupo a discutir a forma como fará a campanha, que recursos utilizará e produzirá (cartazes, folders, panfletos), onde serão desenvolvidos os trabalhos, onde será realizada a campanha. Deverão definir se haverá divulgação em escolas, em praças, ruas, etc, decidindo também sobre a divisão de tarefas entre todos os membros. Incentive a realização de parcerias, por exemplo, com o Conselho de Defesa dos Direitos dos Idosos, com organizações não governamentais, Centros Integrados de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa, entre outros.

A equipe técnica deve estar atenta para o surgimento de demandas a partir do trabalho de campo realizado pelas pessoas idosas. Ao observar, por exemplo, situações de violência contra a pessoa idosa, deverá informar ao técnico de referência do CRAS para as providências necessárias, como encaminhamento para proteção social especial.

“A decisão política de universalizar direitos e proteger a todos os idosos é uma atitude nova, própria deste momento histórico da consciência nacional. É um avanço do pensamento que precisa ser concretizado na prática.” (MINAYO, 2004, p. 8)

O grupo iniciou este Percurso conhecendo possibilidades de participação cidadã e de controle social, por meio dos conselhos e conferências da pessoa idosa; em seguida, discutiu a questão da violência contra a pessoa idosa e empreendeu uma campanha de valorização e promoção dos direitos das pessoas idosas. A proposta deste encontro é a realização de um projeto de reivindicação de direitos com o intuito de ensaiar uma possibilidade concreta de participação cidadã das pessoas idosas, interferindo na realidade local.

Exponha para o grupo a proposta de realizar um projeto de reivindicação de direitos e, para iniciar, peça que se dividam em grupos de seis a oito integrantes para refletir sobre os problemas que atingem a comunidade, focando aqueles que afetam mais diretamente as pessoas idosas. Peça para listarem em cartolina ou outro papel os problemas discutidos. Em seguida, com os pequenos grupos ainda reunidos, oriente para que numa outra folha indiquem os recursos disponíveis na comunidade, as vantagens, os pontos fortes que poderão apontar caminhos e alternativas. Forme o grande grupo para discutirem e compartilhem os trabalhos realizados. A ideia é que as pessoas idosas realizem um diagnóstico rápido e possam discutir coletivamente sobre as questões trazidas.

Após uma primeira discussão geral, proponha que as pessoas idosas identifiquem um problema que poderia ser solucionado com a organização e reivindicação das pessoas. Por exemplo, a comunidade onde as pessoas idosas vivem está precisando melhorar a coleta de lixo. São poucos os locais onde as famílias depositam o lixo e ainda há inadequação no armazenamento. Este foi o problema escolhido pelo grupo para constituir um pequeno projeto de reivindicação de direitos.

Escolhida a questão, peça para o grupo pensar as alternativas para solucionar o caso. Provavelmente, algumas rápidas sugestões virão: ligar no setor responsável pela coleta de lixo, pedindo mais depósitos para colocar o lixo e um cronograma mais frequente para o caminhão de lixo realizar a coleta. Outros podem sugerir contato com a associação de moradores ou com algum órgão público ligado ao meio ambiente ou à saúde pública, ou falar diretamente com a prefeitura, por exemplo. Anote as alternativas apontadas para solucionar o problema. Questionar quanto tempo a situação do lixo encontra-se desse modo. Se for um problema antigo, provavelmente, as ligações já devem ter sido feitas em momentos anteriores por outras pessoas, pela associação de moradores, por exemplo. Será necessário pensar em outras estratégias, uma conversa presencial por uma comissão de moradores com a chefia responsável pelo setor que cuida da coleta do lixo da comunidade, um abaixo assinado, uma manifestação em frente ao órgão responsável, um contato com a imprensa, outras formas de reivindicação, pressão e negociação certamente surgirão. Várias alternativas poderão ser adotadas, não sendo necessário escolher apenas uma delas. Organize as atividades dividindo a responsabilidade entre o grupo. É possível que a questão do lixo

não seja tão simples como uma simples coleta e, se o grupo se debruçar mais sobre o problema, poderá refletir sobre outros fatores que estão interligados, como a saúde das pessoas que moram ali, o cuidado com o meio ambiente, a educação das crianças e o bem-estar da comunidade. Explore as reflexões que surgirem e depois organize todas as ideias em um modelo de projeto que poderá ou não ser colocado em prática.

O exemplo dado refere-se a uma questão que envolve a todos da comunidade e não apenas as pessoas idosas. Mas poderão surgir questões específicas das pessoas idosas, como por exemplo, a necessidade de um espaço público em que as pessoas idosas possam realizar atividades físicas. A instalação de um circuito de treinamento físico em uma praça poderia ser uma solução, ou uma parceria com algum equipamento da prefeitura que pudesse destinar horários para as pessoas idosas participarem de aulas ou utilizarem suas instalações para realizarem exercícios físicos.

Outra questão pode ser a violação do direito da pessoa idosa ao transporte interestadual, praticada por algumas empresas de ônibus que não querem reconhecer a Carteira do Idoso fornecida pela secretaria municipal de assistência social. Ou ainda, a falta de atividade cultural e de lazer para envolver o público idoso, que poderá ser motivo de reivindicação junto à secretaria de cultura.

O projeto de conquista de um direito propõe organizar as pessoas idosas em torno de uma causa; refletir sobre as dificuldades concretas enfrentadas na comunidade onde vivem; experimentar a realização de um diagnóstico rápido; definir um foco de atuação; trazer questões de como poderiam agir para reivindicar este direito, quais estratégias utilizar, como lutar para concretizar direitos. A montagem do projeto deverá ser auxiliada pelo facilitador e, se for viável, esse deverá estimular a realização da proposta pelas pessoas idosas.

Encontros 5 e 6: Participação da pessoa idosa na comunidade (1º e 2º Parte)

“Por que decaiu a arte de contar histórias? Talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências. A experiência que passa de boca em boca e que o mundo da técnica desorienta.”
(BOSI, 1994, p. 84)

A proposta deste encontro é explorar a participação cidadã da pessoa idosa, os vínculos familiares e comunitários. Está dividida em duas partes. A primeira parte tem como atividade sugerida a contação de histórias apenas entre pessoas idosas, e a segunda parte agregando crianças e adolescentes. Mas antes de iniciar, proponha a brincadeira do telefone sem fio para descontrair o grupo. Faça, em seguida, um primeiro momento de contação de histórias com as pessoas idosas. No grande grupo, de forma livre, pergunte se alguma pessoa idosa sabe de uma história divertida, verídica ou não, que gostaria de compartilhar no grupo. Ao terminar, pergunte se

haveria mais algum participante contador de histórias. E assim, instaure um momento descontraído de contação de histórias no grupo. Se preferir, poderá começar a atividade com o próprio facilitador (se houver) contando uma história. Poderá intercalar a contação de histórias de forma livre com a leitura de algum conto, ou realizar a atividade de alguma outra maneira criativa e interessante.

Posteriormente, peça para as pessoas idosas se dividirem em grupos pequenos e proponha que cada grupo escolha histórias para serem contadas para crianças, na segunda parte deste encontro. Solicite que se organizem para contar as histórias, decidindo a forma como serão contadas: se com um único narrador, se por vários personagens, se as histórias serão lidas, se utilizarão recursos lúdicos, artísticos, expressivos. No final, peça para que cada grupo apresente o que definiu, quais histórias escolheram e como contarão para as crianças.

Antes de terminar a primeira parte do encontro, lembre-se de falar para as pessoas idosas trazerem crianças na segunda parte encontro. Podem ser filhos, netos, sobrinhos, vizinhos, sem restrições, desde que o espaço físico seja suficiente para comportar confortavelmente a todos. Se for possível e viável, poderá integrar essa atividade com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças até seis anos e de seis a 15 anos. A contação de histórias⁴⁸ é uma estratégia lúdica, criativa e de promoção da convivência intergeracional por excelência, constituindo valiosa contribuição social da pessoa idosa, principalmente, para formação das crianças.

A atividade sugerida para exercitar a participação das pessoas idosas na comunidade foi a contação de histórias. Mas o orientador social e o próprio grupo poderão propor outras atividades, como jardinagem, que pode ser realizada no jardim do próprio local onde as pessoas idosas se reúnem ou numa praça próxima; poderá propor uma atividade aberta à comunidade: “aprenda com a pessoa idosa”, na qual algumas pessoas idosas poderão ensinar alguma arte ou habilidade que domine para pessoas da comunidade, tais como tricô, crochê, bordado, culinária, pintura, música. A realidade concreta do grupo apontará as melhores sugestões.

Encontro 7: A contribuição da pessoa idosa na família (1º Parte)

⁴⁸ Na internet, há vários sites interessantes que tratam da contação de histórias. Poderá fazer uma pesquisa no Google para conhecer experiências e ter inspirações para a atividade. Segue o link para um dos sites que localizamos numa rápida pesquisa na internet: <http://www.botucatu.sp.gov.br/Eventos/2007/contHistorias/index.html> Acesso em 08/01/11.

A contação de histórias foi a atividade sugerida para os dois últimos encontros. Contar histórias faz parte da nossa cultura, das nossas tradições, enriquecendo e produzindo uma forma genuína de encontro de gerações. Desta maneira, tem uma característica facilitadora de convivência intergeracional e familiar. A família será novamente o tema de nosso encontro, com o propósito de discutir algumas questões, como a mudança de valores, o papel exercido pela mulher e pelo homem, a pessoa idosa, principalmente, em relação às tarefas de cuidado.

Os estudos referentes ao envelhecimento populacional apontam novas demandas para as famílias, pois o envelhecer é acompanhado, muitas vezes, de uma maior situação de dependência, que exige novos cuidados para a família. Atualmente, as famílias tendem a ser menores e com todos os membros envolvidos em atividades externas, seja de trabalho ou de estudo, dificultando o suporte prestado tradicionalmente para os membros com maior dependência, como as pessoas idosas e as crianças pequenas. Novas exigências, crises e soluções tendem a desafiar a capacidade de organização das famílias.

Um elemento importante a ser acrescentado refere-se ao papel da mulher, pois as necessidades de cuidado dos membros da família são tradicionalmente exercidas pelas mulheres, que acumulam essas tarefas com as exigências relacionadas à profissionalização e ao trabalho exercido fora de casa. Deve-se considerar ainda o aumento dos domicílios em que as mulheres são as pessoas de referência, acumulando as atividades de cuidado e de manutenção do lar, enfrentando um mercado de trabalho que lhes destina, em geral, uma remuneração mais baixa do que os salários dos homens. Em 1998, 25,9% das famílias tinham uma mulher como pessoa de referência do domicílio, em 2008, este número sobe para 34,9% (IBGE, 2009). Observa-se, assim, uma sobrecarga de funções e de trabalho para a mulher.

A situação de envelhecimento populacional também afeta esta sobrecarga, seja por aumentar as necessidades de cuidado dos membros da família, seja porque muitas vezes esta tarefa de cuidado é exercida pela mulher idosa, cuidando de outro pessoa idosa, do marido, da mãe mais idosa, às vezes com dependência, ou até dos netos. Segundo o IBGE (2009), a taxa de atividade, que diz respeito à participação no mercado de trabalho, de mulheres idosas é elevada - em torno de 20% - em comparação aos países europeus. Um dado a acrescentar é que há uma tendência à feminilização da velhice, pois os homens tendem a morrer mais cedo em decorrência de estilo de vida de maior risco, como a exposição à violência, o consumo de álcool e cigarro, entre outros. No Brasil, em 2008, a diferença entre os sexos era de aproximadamente 7,6 anos, com os homens com uma esperança de vida ao nascer de aproximadamente 69 anos e as mulheres com quase 77, segundo o IBGE (2008). Além disso, os homens idosos tendem a casar mais, e com mulheres mais jovens, do que as idosas, refazendo seus núcleos familiares e encontrando outras soluções para suas necessidades de cuidado.

A proposta é discutir estes conteúdos neste encontro e para isso sugerimos utilizar a argila ou massa de modelar como meios de expressão das pessoas idosas, propondo como tema de reflexão a família, suas necessidades de cuidado e a divisão de tarefas entre seus membros.

Distribua para cada pessoa idosa um pouco de argila ou massa de modelar. Diga-lhes que o tema de reflexão do encontro é a família. Faça questões para o grupo como um todo, de modo que cada pessoa idosa possa refletir a respeito enquanto trabalha a massa ou argila. Pergunte, por exemplo, como está a família dos participantes deste grupo? Quais as necessidades vividas hoje? Como está a divisão de tarefas entre os membros familiares? Qual o papel que cabe às pessoas idosas?

As perguntas devem ser feitas de forma espaçada para permitir que as pessoas idosas pensem sobre cada uma delas e trabalhem a massa. Se houver no grupo uma quantidade grande de pessoas idosas que saibam ler, poderá colocar estas frases em uma cartolina ou mural para que eles possam se reportar durante o trabalho com a massa e lembrar das reflexões a serem feitas. Lembrando que outras questões relacionadas ao tema poderão ser feitas, mas cuide para que não sejam muitas questões, pois pode dificultar o processo de reflexão dos participantes.

No final, reúna todas as pessoas idosas para que possam expressar o que acharam do trabalho e compartilhar da experiência. Reserve espaço às pessoas idosas que queiram falar sobre o tema da família e sobre as questões levantadas. Fique atento para facilitar a discussão de modo a preservar a individualidade das pessoas idosas, o respeito pelas diferenças, pela fala e pela privacidade dos participantes, e observe relatos que indiquem a necessidade de um trabalho com a família das pessoas idosas, que deverá ser comunicado ao técnico de referência para possível inclusão no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

Solicite às pessoas idosas que tragam para o próximo encontro algum objeto que lembre o tema da família, que retrate suas famílias, que expresse sua relação ou seu sentimento familiar: podem trazer fotos, um presente que tenha recebido ou qualquer outra coisa relacionada ao tema, que queira compartilhar com o grupo.

Encontro 8: A contribuição da pessoa idosa na família (2ª Parte)

Muitas questões referentes à família foram levantadas no encontro anterior. A proposta agora é questionar as pessoas idosas sobre que aprendizado, mudança ou contribuição eles podem fazer em relação à família, considerando a situação atual da família, suas necessidades, as possibilidades das pessoas idosas e tudo o que eles têm visto e aprendido durante os encontros do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas.

As mudanças devem ser compreendidas de uma forma ampla, pode ser apenas uma nova forma de ver a família, pode ser uma nova tarefa que a pessoa idosa se proponha a realizar, contar uma história para o neto, por exemplo; pode ser a decisão de falar sobre os direitos das pessoas idosas para seus familiares, pode ser uma nova atitude, como por exemplo, não realizar incansavelmente todos os trabalhos domésticos, visitar mais vezes os irmãos, etc. Isso tudo deve ser proposto de uma forma livre e aberta, que permita à pessoa idosa refletir e fazer uma proposta, principalmente, para si mesmo. Não é necessário que a pessoa idosa compartilhe com

o grupo, mas deve-se reservar espaço e cuidar para os que quiserem dividir suas reflexões com o grupo.

A forma como estas questões serão trabalhadas no grupo poderão ser criadas pelo orientador social. Mas segue aqui nossa sugestão metodológica: com todos reunidos em círculo, peça para que cada um apresente o objeto que trouxe que lembra sua família, esclarecendo os motivos dessa lembrança. (Este objeto foi solicitado no encontro anterior).

Em seguida, distribua pedaços pequenos de cartolina para cada pessoa idosa. Fale que certamente eles adquiriram, durante os encontros, mais conhecimento sobre família e pode ser que algum deles tenha mudado sua atitude, pensamento ou sentimento em relação a esta. Pergunte para as pessoas idosas se é possível realizar alguma contribuição para família. O que poderiam se comprometer a fazer? Este é um compromisso pessoal, não precisa ser compartilhado, só se quiser. Poder ser, por exemplo, uma mudança em casa, fazer algo diferente, uma nova atitude, ter uma conversa com outro membro da família, etc. Peça para as pessoas idosas desenharem ou escreverem uma palavra que traduza esse aprendizado, essa mudança que ocorreu com eles em relação à família, ou ainda a proposta de uma nova contribuição que possa dar. Assim, aqueles que quiserem, poderão utilizar ambos os versos da cartolina, uma para aprendizado e outro para contribuição.

Ao final, reserve tempo para as pessoas idosas compartilharem no grande grupo a experiência. Não é necessário que cada um fale sobre seu aprendizado ou contribuição, mas aqueles que sentirem necessidade, devem ter espaço para poder fazê-lo.

Encontro 9: Olhando para o futuro: o que gostaria de criar/ser? (1º Parte)

A sugestão para este encontro é a exibição do filme *Up – Altas Aventuras*, da Disney Pixar, disponível em locadoras. Dirigido por Pete Docter, *Up – Altas Aventuras* é um filme de animação para todas as idades. Conta a história de “um vendedor de balões de 78 anos, chamado Carl Fredricksen, que finalmente realiza o seu sonho de embarcar em uma grande aventura”⁴⁹.

A aventura vivida por Carl Fredricksen, aos 78 anos, foi sonhada quando ele era uma criança. O início do filme passa toda a sua história de vida. Assim, consideramos que esta seja uma boa forma de abordar a questão dos sonhos e dos projetos. Por ser um filme de animação do gênero de aventura, poderá aproveitar para ser um momento intergeracional com a participação de crianças.

⁴⁹ Mais informações sobre o filme estão disponíveis em seu site oficial:

<http://www.disney.com.br/cinema/up/> Acesso em: 10/01/11.

O filme tem uma duração aproximada de uma hora e meia, sendo possível reservar alguns minutos para comentários gerais dos participantes. No entanto, o tema que queremos abordar com as pessoas idosas sobre realização de projetos, deverá ser trabalhado na segunda parte do encontro.

Encontro 10: Olhando para o futuro: o que gostaria de criar/ser? (2º Parte)

Comece o grupo abrindo a palavra para as pessoas idosas expressarem algum comentário, que ainda gostariam de fazer, sobre o filme exibido no encontro anterior. Faça algumas observações a respeito, questione o que acharam da parte do filme em que relata a história de vida de Carl Fredricksen.

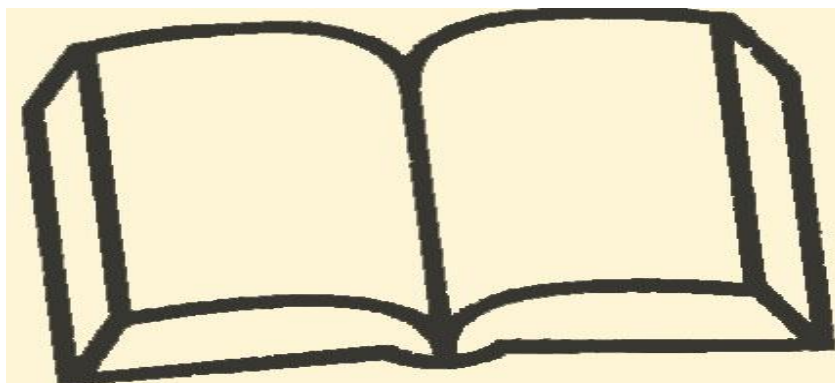
Distribua para cada um dos participantes uma cartolina, giz de cera e lápis de colorir. Faça uma pergunta para as pessoas idosas refletirem, para levar os participantes a pensar sobre os sonhos: alguém tem um sonho como o de Carl, que começou na infância e ainda não realizou?

Peça aos participantes que dobrem a cartolina recebida na metade, como se fizessem um grande cartão, um livro. Peça para abrirem a cartolina e realizarem, na parte esquerda, um desenho que representa um sonho. Após um período de tempo, peça para fazerem um desenho, na parte direita, que represente um projeto, algo que gostariam de realizar, construir, ser; uma proposta a partir de todo esse período que participaram do SCFVI. Pode ser algo simples, individual e subjetivo, como também pode ter uma dimensão mais coletiva e ser o resultado de uma decisão após um processo de reflexão.

Fechando a cartolina na dobra do meio, os dois desenhos ficarão na parte interna do cartão/livro e ainda restarão as capas, que cada pessoa idosa poderá trabalhar como quiser. Veja o que tentamos sugerir na imagem:

Sonho

Projeto



Após todos produzirem seus livros de sonho e projeto, convide-os a compartilhar da experiência no grande grupo. Considere o término do Percurso IV e a chegada do último percurso.

Assim, se considerar que é necessário, agende mais um encontro para tratar do tema, solicitando que cada pessoa idosa traga seu livro de sonho e projeto. É possível que algumas pessoas idosas queiram avançar mais na discussão sobre os projetos propostos, trocar ideias e ter auxílio de como poderiam concretizá-los. Ou apenas falar mais dessa experiência de pensar em suas histórias, em seus sonhos e nas possibilidades de realização. Cuide da privacidade e individualidade das pessoas idosas, pois é possível que alguns desenhos retratem sonhos e projetos pessoais e que, por isso, as pessoas idosas não tenham interesse em compartilhar. É importante respeitar os processos de reflexão e descoberta, dando segurança à pessoa idosa para exercer seu direito de ir e vir, movimentando-se de seu mundo particular para o coletivo.

Orientação para atividades de convivência: No Percurso IV, muitas sugestões de atividades que poderão ser desdobradas em atividades abertas de convivência foram propostas. É importante que os profissionais da equipe troquem informações sobre como está o andamento do grupo, acompanhar o movimento das pessoas idosas, para garantir a integralidade do Serviço, articulando as atividades de convívio com os encontros do grupo.

Proposta de oficina: **Oficina de brinquedos e brincadeiras.**

Sugere-se como tema para segunda oficina do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas a confecção de brinquedos e brincadeiras. A ideia é utilizar o conhecimento e habilidades das pessoas idosas para fabricar brinquedos e resgatar brincadeiras vividas em suas infâncias. Assim, as pessoas idosas que saibam costurar poderão fazer bonecas de pano, fantoches, bolas de pano, roupas para bonecas etc; aqueles que têm facilidade com madeira poderão fazer carros, peões, cavalinhos, bancos, mesas, casas, entre outros brinquedos;

poderão ainda utilizar material reciclado como garrafas peti, fazer pipas, utilizar argila e fazer panelinhas. Muitos materiais poderão ser úteis para produzir brinquedos diversos, utilizando bastante a criatividade.

Inicie a oficina realizando alguma brincadeira, cantigas de roda, jogos de rua e expressões populares poderão facilitar a chegada do tema. Dê espaço para as pessoas idosas se expressarem e trazerem formas de brincar que eram comuns em suas infâncias, nos lugares onde cresceram. Músicas, contos populares e brincadeiras deverão ser propostas e experimentadas por todos. Abuse do lúdico! Este é um momento de vivenciar brincadeiras e trazer formas de diversão vividas pelas pessoas idosas que poderão ser muito úteis para eles próprios, além de ser uma excelente contribuição para o desenvolvimento das crianças de hoje. Tente alguma forma de registro das brincadeiras trazidas pelas pessoas idosas, pois facilitará a proposição das brincadeiras para as crianças.

Organize um segundo momento em que as pessoas idosas serão artesãos de brinquedos, produzindo objetos que poderão ser utilizados como brinquedos para as crianças. Um fundo musical suave com antigas canções infantis poderá propiciar um clima alegre, criativo e inspirador. Para realização desta oficina e, em especial, este momento, poderá convidar algum profissional ou artista que produza brinquedos ou que possa ensinar algumas técnicas para utilização de recursos ou materiais, por exemplo, ensinando a arte do origami, que é uma arte tradicional japonesa de dobrar o papel e formar figuras.

Um terceiro momento da oficina poderia incluir a participação de crianças. Poderá organizar o espaço onde as pessoas idosas estejam trabalhando, deixando disponíveis os brinquedos produzidos para que as crianças pudessem brincar livremente. Estimule a interação das pessoas idosas com as crianças e a proposição de brincadeiras que poderão ser feitas com todo o grupo de crianças, ou ainda em pequenos grupos. Essa Oficina certamente será um momento de convívio intergeracional muito rico e divertido, produzindo aprendizado e troca para todos os participantes.

3.4.4. Percurso V

E o grupo voou...

O final do ciclo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas chegou. O Percurso V “*e o grupo voou...*” tem o objetivo de encerrar as atividades do grupo e criar outras possibilidades e formas alternativas de encontro entre seus participantes. É chegado o momento de avaliar, de refletir tudo que foi vivido durante os encontros, de pensar sobre o aprendizado e experiências adquiridas com o convívio semanal do grupo. Contudo, a proposta é de que neste percurso as pessoas idosas ensaiem possibilidades de manterem a convivência e o contato. Assim, ao mesmo tempo em que se encerra o ciclo, novos projetos poderão começar. Reflexo do movimento da vida, que com os fechamentos de algumas etapas outras poderão surgir.

A proposta é que este Percurso tenha duração de seis encontros e possa trabalhar conteúdos relacionados a qualquer um dos seis temas transversais: envelhecimento e direitos humanos e socioassistenciais; pessoa idosa, família e gênero; envelhecimento ativo e saudável; envelhecimento e participação social; e envelhecimento e temas da atualidade. A escolha dos temas dependerá do interesse dos participantes, da sensibilidade e avaliação do orientador social.

Atividades propostas para os encontros do Percurso V: *E o grupo voou...*

Encontros I, II e III: Como continuarei com o grupo? (1º, 2º e 3º Parte)

O grupo de encontros regulares está chegando ao fim, mas resta ainda algum trabalho a fazer. O desafio é envolver os participantes em alguma atividade, após o grupo, que possa dar continuidade à convivência das pessoas idosas, à participação cidadã, constituindo em estímulo para um envelhecimento ativo e saudável.

Muito provavelmente esta já será uma demanda das pessoas idosas, que ao participarem dos encontros por um ano, demonstrem interesse em continuar. É necessário pensar em formas de atender esta demanda, já que o caráter de convivência do Serviço pressupõe uma lógica diferente da de um curso, por exemplo, onde o objetivo é adquirir conhecimentos e habilidades e, ao término deste, supõe-se que o aprendizado tenha sido adquirido, conquistado, findando a necessidade de continuidade.

A natureza de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é diferente, pois apesar de ter objetivos definidos, a sua necessidade é de outra ordem; ou alguém já ouviu falar que conviveu o suficiente com sua família ou amigos e agora já cumpriu suas tarefas, não tendo mais esta necessidade? A necessidade de participação de um Serviço como este, que

objetiva promover convivência, fortalecer vínculos, prevenir e proteger, está sempre se colocando, variando sua intensidade, de acordo com a situação das pessoas, dos grupos e das comunidades. Os objetivos e as metas se renovam, pois devem estar em sintonia com o movimento da vida, da realidade, que sempre aponta novos desafios, estando próximo da necessidade existencial das pessoas. É certo que o atendimento desta necessidade depara-se com os limites de infraestrutura, recursos humanos e materiais e demais condições de gestão, merecendo um momento específico de discussão.

Contudo, o que nos interessa é promover possibilidade de convívio das pessoas idosas e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Este deve ser um dos propósitos do Percurso V. Este objetivo fundamenta-se na visão de uma proteção de assistência social que não tem um caráter pontual ou fragmentado; na necessidade de convívio das pessoas idosas; e na capacidade de participação e contribuição destes para a sociedade.

Assim, aproveitando o ritmo de participação e criação do Percurso IV, em que as pessoas idosas realizaram vários projetos de envolvimento com a comunidade, ensaiaram possibilidades de reivindicação de direitos, refletiram sobre a contribuição possível de cada um na sua relação familiar e comunitária, vislumbrando projetos pessoais, propomos que as pessoas idosas pensem sobre o próximo momento, após grupo, refletindo sobre suas necessidades e organizando-se para concretizá-las.

Sugerimos que se inicie o Percurso V ao som de uma música, realizando um alongamento suave para aquecer o corpo para o trabalho. Peça que as pessoas idosas caminhem pela sala e diga-lhes que este é o último percurso, que os encontros do grupo estão chegando ao fim. Faça algumas questões para as pessoas idosas refletirem, como por exemplo: após o término do grupo, o que eu, pessoa idosa participante deste grupo, gostaria de realizar? O que eu, pessoa idosa, poderia e gostaria de fazer?

Após alguns minutos, peça para o grupo sentar em círculo e deixe o espaço aberto para as pessoas idosas se expressarem e dizerem o que quiserem. Lembre-se que este não é momento de avaliação e poderá esclarecer para as pessoas idosas que haverá dois encontros com esta finalidade. No entanto, pode ser que fazer alguma avaliação seja inevitável para algumas das pessoas idosas ou para o grupo. Conduza a discussão com sabedoria, respeito e sensibilidade.

Em seguida, diga-lhes qual é o desafio: organizar alguma atividade para as pessoas idosas participantes deste grupo após o término do ciclo de encontros semanais. Peça para as pessoas idosas dividirem-se em pequenos grupos, como se fossem comissões de trabalho para discutirem propostas. Cada grupo deverá produzir uma proposta que deverá ser apresentada no grande grupo.

Se julgar necessário, poderá organizar comissões temáticas, por exemplo: uma que trabalhará propostas relacionadas ao envelhecimento ativo e saudável; outra que trabalhará a participação cidadã das pessoas idosas e os direitos humanos e socioassistenciais; uma terceira que desenvolverá propostas de contribuição social das pessoas idosas e sua relação com temas atuais; e uma última de fortalecimento do convívio familiar, comunitário e intergeracional.

Sugira que cada comissão realize um estudo de viabilidade, trabalhando, durante a semana, para apresentar o andamento de suas propostas no próximo encontro. As pessoas

idosas deverão incluir o modo em que viabilizarão as propostas, os recursos disponíveis, as necessidades, os possíveis obstáculos e desafios, a possibilidade de parceiros, a participação do setor público, etc. Estimule a autogestão do grupo, a possibilidade de realização de parcerias, a capacidade de contribuição social das pessoas idosas, as habilidades e conhecimentos individuais, o respeito pelas diferenças e individualidade, os sonhos e interesses dos participantes.

Não é necessário que seja um projeto para todos. É possível que alguma pessoa idosa queira desenvolver uma atividade diferente, que seja um projeto pessoal, e que não envolva a participação de outras pessoas, por exemplo, levar a mãe muito idosa para um passeio todos os dias e frequentar as atividades de convívio abertas à comunidade. Poderá ser um projeto coletivo, como a promoção, por uma pessoa idosa, de um curso de corte e costura, mas que não é de interesse da maioria do grupo. Ou seja, não é necessário um projeto único. O grupo poderá ainda realizar uma atividade específica para este grupo, como um encontro mensal ao som de uma boa música. Dependendo da possibilidade, poderá convidar o orientador social e o facilitador (se houver) para uma visita, reunião ou encontro. Poderá ser proposto sessões de cinema para comunidade, organizando a exibição de filmes no próprio espaço onde ocorre o Serviço, desde que seja compatível com outras atividades e autorizado pela direção do espaço. Poderá reivindicar do poder público uma atividade cultural, como um coral de pessoas idosas, onde a prefeitura poderá fornecer o espaço e profissional de música para ser o regente das pessoas idosas, ou ainda um curso de inclusão digital para pessoas idosas.

As possibilidades são bem diversas, contudo é necessário organização, envolvimento e participação das pessoas idosas. Esta é uma responsabilidade que deverá ser das próprias pessoas idosas. Assim, reserve tempo para que cada comissão apresente suas propostas junto com o estudo de viabilidade, um levantamento do que é necessário, e também para o planejamento de como as propostas serão concretizadas. Algumas perguntas poderão facilitar o planejamento: quem é a pessoa idosa responsável pela proposta? Todos os recursos necessários já foram conquistados? O que é necessário ainda fazer? Quais os próximos passos? Onde será realizada a proposta? Tem parceiros? Quem pode participar? Quando será o início da proposta?

Lembre as pessoas idosas que não haverá mais encontros regulares semanais do grupo e que a responsabilidade de realização das propostas é das próprias pessoas idosas. Assim, as propostas que tiverem mais adiantadas, com seus planos mais organizados e são mais viáveis, que contam com a participação das pessoas idosas e, principalmente, com a designação de um responsável, terão mais chances de serem concretizadas. O SCFVI poderá apoiar de algum modo, seja permitindo o uso de espaço para que as pessoas idosas façam alguma reunião, seja divulgando para os usuários do SUAS as propostas abertas à comunidade, ou realizando alguma tarefa secundária que seja necessária e possível.

Encontro IV: O que aprendi no grupo?

Prepare um encontro lúdico e descontraído para as pessoas idosas, utilizando alguma dinâmica de grupo que permita que os participantes avaliem o aprendizado experimentado pela participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Grupos.

Coloque uma música suave e distribua pedaços de papel e lápis, ou canetas coloridas as pessoas idosas. Peça para que cada um reflita sobre o aprendizado obtido durante os encontros. Diga-lhes para utilizarem o material para expressar com desenhos ou palavras, de um modo sintético, este aprendizado.

Sugira que formem um par para compartilhar as reflexões deste aprendizado. Diga para o grupo que este é o último Percurso, que tem entre seus objetivos avaliar a vivência que eles tiveram até o momento. Assim, poderá acrescentar algumas outras questões: valeu à pena participar destes encontros? Atendeu minhas expectativas? Era o que eu esperava? O trabalho em duplas poderá facilitar a expressão das pessoas idosas, constituindo em um momento de reflexão e troca das experiências vividas e dos significados construídos para cada um ao longo dos encontros.

Após um período de tempo, distribua bolas de encher (bexigas, balões) para cada um das pessoas idosas e peça para eles colocarem um pedaço pequeno de papel dentro delas, antes de encher. Neste pedaço de papel, a pessoa idosa deverá fazer um único desenho ou escrever uma palavra que expresse o aprendizado que lhe foi mais significativo e importante. Ajude as pessoas idosas que não conseguirem encher os balões. Ao som de uma música, estimule as pessoas idosas a brincarem com os balões e jogarem uns para os outros.

Em seguida, solicite que cada uma das pessoas idosas estoure um balão e pegue o papel que tem dentro. Em círculo, peça para as pessoas idosas mostrarem, cada um na sua vez, o que tem no balão e adivinhar quem é o responsável pelo papel. A pessoa idosa que for o responsável deverá confirmar e poderá esclarecer o que o desenho representa, ou acrescentar mais algumas palavras além da que escreveu. Peça para que cada um coloque o papel que pegou em um quadro, cartolina ou cartaz, que deve ficar disponível na sala. A ideia é ter uma síntese da avaliação do aprendizado adquirido.

A dimensão da avaliação é ampla e pode ser direcionada para múltiplos aspectos: aprendizado das pessoas idosas, atividades propostas ao grupo, participação das pessoas idosas, convivência grupal, satisfação e expectativas em relação ao Serviço, desempenho do orientador social e do facilitador, infraestrutura e condições de oferta etc. Veja o item que fala da avaliação na parte II deste documento de orientação. Por ser um dos temas centrais deste Percurso, é momento de explorar a realização de avaliações, pois além de contribuir com o encerramento do grupo, com a necessidade de fechamento e síntese das experiências vividas pelas pessoas idosas, é material privilegiado para o aperfeiçoamento do Serviço prestado.

Encontro V: O que levarei comigo?

Este encontro também tem como tema a avaliação, visando, principalmente, as experiências das pessoas idosas, a criação de um espaço que facilite a capacidade de integração da experiência vivida, a produção de uma síntese, o fechamento do ciclo.

Proponha uma brincadeira às pessoas idosas. Poderá ser aquela baseada na frase: “fui viajar e levei...” Cada um dos participantes deve acrescentar o objeto que levará, mais os outros mencionados anteriormente. Por exemplo, fui viajar e levei uma mala (primeiro participante); fui viajar e levei uma mala e uma camisa (segundo participante). E assim por diante. Após um período, troque a frase: “fui viajar” por “levarei do grupo...”. Cada pessoa idosa deverá dizer o que levará do grupo. Por exemplo, levarei do grupo amigos (primeiro participante); levarei do grupo amigos e conhecimento (segundo participante). E assim, deverá continuar até todas as pessoas idosas terem falado. Poderá alterar a brincadeira para que cada pessoa idosa diga apenas o que levará do grupo.

Ao término da brincadeira, abra o grande grupo para que cada pessoa idosa possa expressar o que está achando do término. Deixe que as pessoas idosas falem livremente e expressem o significado deste momento.

Para finalizar o encontro, proponha um desenho coletivo. Poderá colar cartolinas, para que tenham um papel grande o suficiente para que todos possam participar do desenho. No final, exponha o grande desenho numa parede da sala. Certamente, esta arte coletiva expressará muito dos sentimentos vividos pelas pessoas idosas.

Encontro VI: O que o SCFV tem para dizer à pessoa idosa?

Este é o último encontro do Percurso e do ciclo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas. Os dois últimos encontros foram de avaliação das pessoas idosas sobre a experiência dos encontros regulares e demais atividades. Propomos que este último momento seja um movimento contrário, de avaliação do SCFV para as pessoas idosas, de retorno para os participantes. Assim, o orientador social poderá resgatar as experiências e atividades planejadas no início do ciclo, no Percurso I, como material de avaliação do trabalho do grupo. Poderá fazer painéis de fotos dos momentos vividos pelas pessoas idosas e dispor na sala. Organizar uma síntese das conquistas observadas e do trabalho coletivo, por exemplo, da exposição sobre a história da comunidade ou a campanha sobre os direitos das pessoas idosas. Se considerar conveniente, pode exemplificar algumas conquistas pessoais de algumas pessoas idosas, por exemplo, se tiver algum que não tinha coragem de falar no grupo e passou a participar sempre das discussões; se tiver outro que achava que não tinha jeito com crianças e se mostrou um excelente contador de histórias, fazendo sucesso com a criança.

Após esse momento de avaliação, apresente para as pessoas idosas as propostas para o ano seguinte, como por exemplo, que haverá atividades de convívio aberta à comunidade e que eles já estão convidados a participar das oficinas e atividades coletivas organizadas pelo SCFV. Poderão frequentar o espaço para obter informações, procurar os profissionais da equipe quando tiverem alguma necessidade, e ainda dar notícias sobre o andamento das propostas que irão realizar. Se já houver uma agenda de atividades para o ano seguinte, poderá informar aquelas que sejam viáveis para sua participação.

Proposta de encontro no final do percurso:

Para o encontro de final de percurso, propomos a realização de uma festa ou baile de encerramento das atividades, com a participação apenas das pessoas idosas do grupo. Havendo possibilidade, organize outro momento mais coletivo em que poderão participar familiares das pessoas idosas e ainda participantes de outros grupos. Convide as pessoas idosas a organizarem este momento, propondo atividades que traduzam o encerramento do grupo, como realização de apresentação cultural, depoimento do grupo, exposição de fotos ou algo que sentirem vontade.

Orientação para atividades de convivência: o(s) profissional(ais) responsável(eis) pelas atividades de convivência deverão estar atentos a este momento de encerramento do grupo, deixando claro que estas atividades não se encerram com o término do grupo e são abertas para participação das pessoas idosas. Talvez mais pessoas idosas se interessem pelas atividades e seja necessário verificar, com a coordenação ou gestor local, a possibilidade de expansão de vagas ou de realização de novas parcerias.

VERSÃO PRELIMINAR

4. Conclusão do Traçado Metodológico

Ao final do Traçado, após a conclusão do último Percurso, os usuários devem ser esclarecidos sobre a possibilidade de sua saída do grupo regular, em razão da finalização do ciclo. Essa situação irá ocorrer quando forem atingidos os objetivos do Serviço, contribuindo para desenvolvimento da autonomia e do protagonismo social das pessoas idosas, bem como para a melhoria da qualidade de vida e da convivência familiar e comunitária.

Esse desligamento deverá ser precedido de uma avaliação individual realizada por toda a equipe do SCFV, incluindo o técnico de referência do CRAS, devendo ser registrada formalmente. Deve ser considerada ainda a necessidade apresentada por cada usuário, sua opinião sobre o desenvolvimento e conclusão do ciclo, bem como a disponibilidade de recursos para a oferta do Serviço.

A saída da pessoa idosa do Serviço ao término do último Percurso não é obrigatória. O SCFVI deve prover outras formas de participação da pessoa idosa, além do Grupo regular de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e deve avaliar, em conjunto com o técnico de referência, a possibilidade de permanência das pessoas idosas no grupo no momento de seu término, considerando a necessidade de cada usuário, a demanda e condições de oferta. Assim, dependendo desta avaliação, a pessoa idosa poderá ser inserida em outro Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que esteja iniciando, ou participar apenas das atividades de convívio.

Dessa forma, concluído o desenvolvimento do Traçado, as pessoas idosas poderão continuar participando das atividades de convívio ofertadas, de livre participação. Assim, permanecerão mantendo contato entre si, estimulando a convivência e a participação na vida comunitária. Deve ficar claro que as pessoas idosas apenas deixarão de frequentar os encontros regulares, mensais e as oficinas, mas poderão continuar a participar livremente das atividades de convívio, como as atividades culturais, de lazer, esportivas etc.

Caso a avaliação da equipe seja de que a pessoa idosa necessita permanecer no grupo por mais um ciclo, poderá ser inserida em um grupo que irá se iniciar e frequentar integralmente os encontros, ou participar de apenas alguns encontros cujos temas tenha interesse. Nesse caso, deverão ser estudadas formas de diversificar o desenvolvimento dos temas para que o ciclo não se torne repetitivo e desinteressante para o usuário que o frequenta pela segunda vez.

Outra alternativa para a continuidade dos usuários nos encontros regulares é a ampliação do Traçado, por meio da criação de novos ciclos, a elaboração de outros percursos, desenvolvendo novas temáticas, ou ainda a ampliação da duração dos percursos.

A equipe técnica pode criar novos ciclos a partir das demandas identificadas no território, buscando abordar temas que impactam a vida das pessoas idosas e que contribuam para o envelhecimento ativo e saudável.

É preciso ficar atento para que a saída da pessoa idosa do grupo regular não gere isolamento ou exclusão social. A equipe do Serviço deve orientar as pessoas idosas sobre as

possibilidades de participação, buscando sempre promover a convivência e o fortalecimento de vínculos.

5. Desligamento do SCFVI

A saída da pessoa idosa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos poderá ocorrer durante o andamento do grupo, em razão de mudança de endereço, inserção em outros serviços ou atividades, desistência espontânea, entre outros.

Essa situação deverá ser acompanhada pela equipe técnica para compreender os motivos que levaram à desistência da participação e, assim, avaliar a decisão da pessoa idosa e suas demandas, que poderão ensejar a inserção em outro serviço, além de possibilitar obter retorno sobre o trabalho realizado. É possível que a saída da pessoa idosa gere uma demanda de acompanhamento pela equipe do PAIF, caso o motivo de sua saída esteja relacionado ao agravamento da situação de vulnerabilidade e risco social.

Assim, as equipes de ambos os Serviços devem prever fluxos de comunicação e encaminhamento deste tipo de situação.

VERSÃO PRELIMINAR

Considerações Finais

Este documento de orientação para gestores e técnicos do Sistema Único de Assistência Social sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas se propôs a apresentar um panorama sobre a questão do envelhecimento populacional, apresentando dados gerais sobre a população, fornecendo orientações a respeito da gestão do SCFV, articulado ao CRAS e referenciado ao PAIF, e propor um Traçado Metodológico que avance na definição disposta na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Espera-se que este documento possa se constituir não só em elemento de informação útil para o gestor e técnico de assistência social, mas ser um meio de aproximação deste com a situação da pessoa idosa usuária do SUAS, fornecendo subsídios para um trabalho integrado e de qualidade, cujos desafios se apresentam diante da realidade, em contato com a população.

A leitura crítica destas orientações pelos técnicos do SUAS deve ser utilizada não só para fornecer noções sobre o trabalho com a pessoa idosa, mas para contribuir no exercício de suas atividades e funções, sendo elemento de estímulo da criatividade diante dos desafios do território, fortalecendo a capacidade técnica de leitura da realidade, de busca por alternativas, de apresentação de respostas, de acordo com cada contexto, e também para ser usado como instrumento de aprimoramento contínuo da oferta dos serviços socioassistenciais.

Este é mais um passo na caminhada de consolidação do SUAS, que requer ainda outros, envolvendo os diversos atores que participam da gestão e execução do SCFVI, como, por exemplo, ampla divulgação da proposta apresentada; leitura crítica pelos trabalhadores do SUAS, em confronto com a realidade e a diversidade do país; criação de espaço ou canal que possibilite troca e compartilhamento de informações e experiências entre os técnicos que lidam diretamente com as pessoas idosas; constituição de meio que permita o aperfeiçoamento da proposta de SCFVI, a partir da contribuição de usuários e equipes municipais, estaduais e do Distrito Federal.

Espera-se, por fim, que este texto contribua para a superação dos desafios relacionados à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas e ao aprimoramento da qualidade deste Serviço.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Herdy et al. **A percepção da terceira idade sobre uso de autoatendimento bancário. Polêmica: Revista Eletrônica.** Labore: Laboratório de Estudos Contemporâneos. UERJ, Rio de Janeiro, 2009, p. 92 a 97. Disponível em: [http://www.polemica.uerj.br/8\(4\)/artigos/gestao_2.pdf](http://www.polemica.uerj.br/8(4)/artigos/gestao_2.pdf) Acesso em: 23/12/2010, as 17h09.

BATISTA, Analia Soria et al. **Os idosos em situação de dependência e a proteção social no Brasil.** (Texto para discussão n.º 1402). Série Seguridade Social. Brasília: Ipea, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** BRASIL, 1988.

_____. Presidência da República. **Política Nacional do Idoso.** Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

_____. _____. **Decreto n.º 1.948,** de 3 de julho de 1996.

_____. _____. _____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica NOB/Suas.** Brasília, 2005.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Conanda, 2006. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/avisos-e-documentos/copia-de-pncfc-28-12-06-documento-oficial.pdf/view Acesso em: 26/07/10.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos. **Direitos Humanos e Cidadania. Plano de Ação para Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. UNESCO. Brasília: 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Estatuto do Idoso.** Lei n.º 10.741/2003. 4ª edição. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **SUAS: Configurando os eixos da mudança.** 1ª Ed. Brasília: MDS, 2008.

_____. _____. _____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **LOAS anotada. Lei Orgânica de Assistência Social.** Brasília, MDS, 2009 a.

_____. _____ . **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1ª. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009 b.

_____. _____ . Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução CNAS n.º 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS, CNAS, 2009 c.

_____. _____ . Comissão Intergestores Tripartite. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Resolução CIT n.º 7, de 10 de setembro de 2009. Brasília: MDS, CIT, 2009 d.

_____. _____ . **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. CapacitaSUAS. 1ª Ed., vol. 2. Brasília: MDS, 2008.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. **In Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.) **Os Novos Idosos Brasileiros: muito além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=274 Acesso em: 05/08/10.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, Vozes, 1996.

CARDOSO, Myrian Cristina da Silva & FERREIRA, Maria Cristina. Envolvimento Religioso e Bem-Estar Subjetivo em Idosos. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília, Junho, 2009, Vol. 29, n.º 2, p. 380-393. Disponível em: http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200013&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 13/10/2010.

CARLOS, Sérgio Antônio. O processo grupal. **In Psicologia Social Contemporânea: livro texto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. **In A família contemporânea em debate**. Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.) 7ª Ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006.

CASTRO, Flávio José Rodrigues de. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços**: orientações para gestores e projetistas municipais. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

FORTES-BURGOS, Andréa; NERI, Anita & CUPERTINO, Ana. Eventos de vida estressantes entre idosos brasileiros residentes na comunidade. **Estudos de Psicologia**. Vol. 14, n.º 1, Janeiro-Abril, Natal, 2009, p. 69-75. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000100009&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 13/12/10.

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In **A família contemporânea em debate**. Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.) 7ª Ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2009** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. _____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. N. 26. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf Acesso em: 10/08/10.

_____. _____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050**. Revisão 2008. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. N. 24. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm Acesso em: 06/08/10.

_____. _____. **Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílios no Brasil 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. _____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009**. Comunicados do IPEA. N.º 63, outubro de 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. **Os tambores da ilha**. Rodrigo Martins Ramassote (Coord.). São Luís, 2006.

MALTY, Larissa dos Santos. **Velha do Cerrado: a personificação de um arquétipo em busca da sustentabilidade cultural no cerrado**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Projovem Adolescente. Caderno do Orientador Social: Ciclo I: Percurso Socioeducativo II: "Consolidação do Coletivo"**. MDS. 1ª ed. Brasília: MDS, 2009.

MENEZES, Rachel Aisengart. A Solidão dos Moribundos: Falando Abertamente sobre a Morte. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, Vol. 14, n.º 1, p. 147-171, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a09.pdf> Acesso em: 13/10/2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2004.

MORAIS, Olga Nazaré Pantoja de. Grupos de Idosos: Atuação da Psicogerontologia no Enfoque Preventivo. **Psicologia Ciência e Profissão**. Vol. 29, n.º 4. Brasília, 2009, p. 846-855.

MORI, Maria Elizabeth. O direito humano ao envelhecimento e o impacto nas políticas públicas. O envelhecimento da mulher: políticas para uma clínica ampliada. In **Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social**. (Org.) Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/livro_envelhecimentoFINAL.pdf Acesso em: 21/06/10.

NERI, Anita Liberalesso. Saúde e envelhecimento: prevenção e promoção: As necessidades afetivas dos idosos. In **Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social**. (Org.) Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/livro_envelhecimentoFINAL.pdf Acesso em: 21/06/10.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento, 2002**. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

RABELO, Dóris Firmino e NERI, Anita Liberalesso. Recursos psicológicos e ajustamento pessoal frente à incapacidade funcional na velhice. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 3, p. 403-412, set./dez. 2005.

ROMERO, Dalia E. Diferenciais de gênero no impacto do arranjo familiar no *status* de saúde dos idosos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 777-794, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000400013 Acesso em: 05/08/10.

Sartre, Jean-Paul. **A esperança agora**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos. Presidência da República. **Anais da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**. Avaliação da rede nacional de

proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa: avanços e desafios. 1ª Ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/PR, 2010. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/idoso/anais_cndi_2.pdf Acesso em 04/01/2011.

SILVEIRA, Terezinha Mello. Convívio de gerações: ampliando possibilidades. **Textos Envelhecimento**. V.4, n.8. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000200002&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 14/09/10, 16h12.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

VERAS, Renato Peixoto. **Considerações acerca de um jovem país que envelhece**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, Dec. 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1988000400004&script=sci_arttext&lng=en Acesso em: 15/07/2010.

VIANA, Helena Brandão. Saúde e envelhecimento: prevenção e promoção. Afetividade e sexualidade na maturidade: a vida continua. In **Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social**. (Org.) Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/livro_envelhecimentoFINAL.pdf Acesso em: 21/06/10.

ANEXO I
Quadro Síntese dos Percursos

	PERCURSOS				
	INÍCIO	DESENVOLVIMENTO			FIM
	Percurso I	Percurso II	Percurso III	Percurso IV	Percurso V
	<i>O grupo criou vida!</i>	<i>O grupo se viu!</i>	<i>O grupo olhou o mundo!</i>	<i>O grupo reinventou sua casa!</i>	<i>E o grupo voou...</i>
	Objetivo: Constituir o grupo	Objetivo: Refletir sobre ser idoso, envelhecimento e relação familiar	Objetivo: Refletir sobre a comunidade e a contribuição social do idoso	Objetivo: Exercitar capacidades criativas, participação social e construção de projetos pessoais e coletivos	Objetivo: Encerrar o grupo e criar possibilidade de encontros entre os participantes
Encontro I	Acolhida dos idosos no grupo	Como é ser idoso hoje? (primeira parte)	Faço parte do envelhecimento populacional? O que isso quer dizer?	O idoso e as instâncias de participação e controle social	Como continuarei com o grupo? (primeiro momento)
Encontro II	Definindo regras e acordos	Como é ser idoso hoje? (segunda parte)	O lugar onde moro (primeiro momento)	Respeito e valorização da pessoa idosa: prevenção à violência (primeiro momento)	Como continuarei com o grupo? (segundo momento)
Encontro III	Conhecendo as expectativas do grupo	Envelheço com quem? (primeira parte)	O lugar onde moro (segundo momento)	Respeito e valorização da pessoa idosa: prevenção à violência (segundo momento)	Como continuarei com o grupo? (terceiro momento)
Encontro IV	Explorando as expectativas do grupo	Envelheço com quem? (segunda parte)	A contribuição dos idosos na construção da comunidade	A luta por outros direitos	O que aprendi no grupo?
Encontro V	Planejando as atividades (primeiro momento)	Os direitos e os deveres do cidadão idoso (primeira parte)	O trabalho do idoso	Participação do idoso na comunidade (primeiro momento)	O que levarei comigo?
Encontro VI	Planejando as atividades (segundo momento)	Os direitos e os deveres do cidadão idoso (segunda parte)	Vida e memória	Participação do idoso na comunidade (segundo momento)	O que o Serviço tem para dizer ao idoso?
Encontro VII	Planejando as atividades (terceiro momento)	Uma vida ativa e saudável! (primeira parte)	Memória e diversidade cultural: expressão dos povos	A contribuição do idoso na família (primeiro momento)	Encerramento final do Percurso
Encontro VIII	Encerramento do Percurso I	Uma vida ativa e saudável! (segunda parte)	Idoso é cultura: valorização da memória e de expressões artísticas e culturais dos idosos	A contribuição do idoso na família (segundo momento)	
Encontro IX		Encerramento do Percurso II	As possibilidades da geração atual de idosos (primeiro momento)	Olhando para o futuro: o que gostaria de criar/ser? (primeiro momento)	
Encontro X			As possibilidades da geração atual de idosos (segundo momento)	Olhando para o futuro: o que gostaria de criar/ser? (segundo momento)	
Encontro XI			Encerramento do Percurso III	Encerramento do Percurso IV	

ANEXO II

Fluxograma do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas

